



Ata da assembleia municipal de Tondela de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos que se anexa.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados:

Carlos Alberto Antunes Viegas, Marta Franco Coimbra Marques, Sandra Patrícia Almiro Coimbra, Fernando da Silva Figueiredo e Jorge Manuel Lopes Soares.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a falta da segunda secretária da mesa, foi chamada pelo presidente o deputado António Figueiredo Pereira para completar a mesma, dando-se início à sessão.

1-Período de antes da Ordem do Dia:

1.1.Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 20 de dezembro de 2013

Interveio o deputado António Dinis para referir que a ata deve refletir o que se passa na assembleia. Alerta que respostas dadas, pelo senhor presidente da câmara em duas ou três situações, não foram refletida na ata, pelo que irá, novamente, coloca-las na sua intervenção e abster-se na aprovação da ata.

Não havendo mais intervenções, a ata da sessão ordinária de 20 de dezembro de dois mil e treze foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com quatro



abstenções, dos deputados António Dinis, Cristiana Ferreira, Jorge Batista e António Dias.

Os deputados Cristiana Ferreira, Jorge Batista e António Dias sustentaram a sua abstenção no facto de não terem estado presentes na sessão anterior.

1.2.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foi referido o plano de atividades e orçamento do exercício económico de 2014 da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o relatório de atividades e plano de ação da CPCJ de Tondela, a moção enviada pelo Município de Elvas em defesa dos doentes oncológicos.

O senhor presidente da assembleia municipal informou que participou no dia 13 de fevereiro, em Coimbra, num seminário no âmbito da lei 75/2013 de 12 de setembro.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou-se o ponto na bancada do PS com a intervenção do deputado Joaquim Santos. (anexo 1, 2e 3)

Continuaram os trabalhos com a bancada do CDS a intervir, através do deputado António Dinis. (anexos 4 e 5).

De seguida, foi a vez da bancada do PSD, com a intervenção do deputado Abílio dos Santos. (anexo 6).

Passou-se, depois, à deputada Marina Leitão. (anexo 7), à deputada Cristiana Ferreira (anexo8) e ao deputado Felisberto Figueiredo (anexo 9).

Interveio, seguidamente, o deputado Jorge Henriques:



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores membros da mesa, senhoras e senhores deputados, senhores membros da comunicação social, público.

Não fazia intenção de intervir neste ponto, nem fazia também intenção de falar no congresso do partido social democrata. Todavia, após a intervenção do nosso amigo Joaquim Santos não posso deixar de lhe dizer, que grande congresso Joaquim Santos! Que grandes intervenções de Morais Sarmiento, Marcelo Rebelo de Sousa, Paulo Rangel, Pedro Passos Coelho, que grande congresso Joaquim Santos! Teve realmente uma grande virtude! Teve a virtude desde logo, de obrigar o Partido Socialista a definir-se quanto ao candidato às eleições europeias. E, sobretudo, um grande congresso, porque foi possível verificar de que o PSD está preocupado com os problemas do país, que apresenta propostas credíveis e está empenhado no sucesso e na resolução de um problema que os senhores criaram.

Em relação à proposta aqui apresentada pelo meu amigo, engenheiro Dinis, penso que ela é muito prematura. A senhora engenheira Marina veio já aqui falar sobre o assunto, a questão está em discussão pública, aprovar aqui uma moção num documento que está em discussão pública, que não se sabe se é com fundos comunitários, se é com fundos privados, se é uma mistura dos dois, se é uma parceria público-privada, muito sinceramente meu caro amigo, se vai avançar, se há traçado, se é recuperado o projeto megalómano do nosso amigo engenheiro José Sócrates muito sinceramente, parece-me precipitada nesta fase a moção que apresentou e, por esses motivos obviamente o PSD irá votar contra.

Em relação à questão do Carnaval, a resposta competirá naturalmente ao senhor presidente da câmara; são, em primeira linha, respostas que têm que ser dadas pelo órgão que decide. Há uns anos atrás, e face a um conjunto de situações conhecidas, a autarquia entendeu por bem não realizar este evento. Não fará sentido se não se realiza o evento que necessariamente, os funcionários da autarquia tenham essa tolerância de ponto. Mas obviamente, penso que o senhor presidente da câmara responderá a esta questão.

Muito obrigado”.

Continuou o deputado Arménio Leite Marques:



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, membros da mesa, amigos, colegas, público e imprensa.

Eu tenho que dar os parabéns aos políticos das cadeiras da frente, dos partidos, porque de facto vocês estão profissionalizados na política. Os governos, até há três anos atrás, puseram o país de tanga, na bancarrota.

Hoje ouvi aqui uma coisa: que a Câmara de Tondela não tem dinheiro. É para mim muito triste ouvir uma coisa dessas e, para que o pouco dinheiro que possa ter não se estrague, aquilo que me fez aqui vir é um ponto que só tem por fim advertir problemas que são escusados. Parece-me, que tanto a nível nacional como a nível local, há pessoas que se esquecem de uma coisa muito importante: confundem o poder com o saber. A razão nunca esteve do lado do poder, está sempre do lado do saber. Se faz bem, tudo bem, se faz mal, é do poder. O poder é que faz mal, como se nota perfeitamente a nível nacional e até mundial.

O que é que eu venho aqui advertir, senhor presidente da câmara: mais ou menos há dois meses atrás, houve ali um acidente em que um rail de uma ponte entrou na frente de um automóvel e saiu na traseira. Naquele acidente, a parte de ferro que entrou no carro, entrou pela frente de um lado e saiu pela traseira do mesmo lado mas a fugir do carro. Não foi contra o condutor por uma razão simples, é que a parte cortante estava torcida na direção oposta.

Senhor presidente da câmara, aqui estou a alertá-lo, porque o problema é da responsabilidade da câmara. Aquilo dá processo-crime, para o responsável local como dá para o presidente das Estradas de Portugal. Eu já avisei umas poucas de vezes e aquilo continua na mesma. Não custariam muito, aos técnicos da câmara, irem a Viseu, às Estradas de Portugal, solicitar peças para tapar aquilo. Se agora lá bater um carro, não vai para fora, vai para dentro, vai parar do outro lado do carro, porque a inércia da velocidade transforma aquilo numa lança.

Há uns dez anos fez-se uma urbanização e a engenheira Marina, então vereadora da câmara, telefonou-me para eu ir a uma reunião para abrir uma rua, e, como sempre, eu nunca disse “não” ao meu município. Há quatros anos a senhora engenheira Carla dá-me uma telefonadela e diz-me que queria falar comigo, junto daquela estrutura para eu autorizar a colocação de umas caixas de águas pluviais, visto que não fizeram a dita



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

rua. Eu acedi. Há dois anos, reparei que as caixas não tinham tampa. Estavam abertas. Se fossem umas caixas de cinquenta centímetros ou sessenta centímetros, qualquer criança que lá caia, ficava com a cabeça de fora, mas é uma caixa funda em que, se lá cair uma criança, mesmo a gritar lá dentro, não se ouve cá fora. Qual é a obrigação de um munícipe que está interessado que a sua câmara aja em conformidade, nomeadamente um deputado da assembleia, é informar a autarquia. Eu ando há dois anos a informar que, depois daquela descarga que eu lá fiz de material, em que dei com aquela situação e, logo fui participar à câmara municipal. E o que é que eu fiz? Mandeí um operário meu com uma máquina, descarregar materiais de uma casa velha e colocar dois bocados de placa em cima daquilo.

Aqui há coisa de dois meses e meio, mais ou menos, os serviços da câmara onde se queixam que têm silvas e ervas junto das propriedades de cada um, telefonam-me e dizem: os moradores daquelas vivendas, estavam a queixar-se que aquilo tinha muito lixo, tinha silvas, etc.g Então fui lá ver. Bem, as silvas são do outro lado, do lado das vivendas. O que eu lá encontrei foi realmente erva, mas que era das vivendas e que eles lançavam para lá. Cortam e depois despejam para aquilo dos outros. Bom, eu mandei limpar aquilo, mandei lavar e, novamente fiz constar à fiscalização que as caixas continuavam abertas e que se houver algum risco ali, teremos de ver de quem é a responsabilidade. Devo reforçar aquela chamada de atenção por quê? Porque eu noto que há ali umas famílias com poucos recursos e, detetei ali crianças a brincar. Qualquer dia um deles cai lá dentro. Espero que rapidamente fique resolvido.

Também, não gostei muito de ver durante três meses um escadote junto do banco BPI, das iluminações elétricas. Também não gostei de um poste de eletricidade amarrado a uma varanda de uma casa dois meses e meio. Será que não passou por ali ninguém da câmara?

Isto tem por finalidade de avisar para se evitarem problemas.

Muito obrigado”.

Foi dada a palavra ao deputado José Manuel Mendes:

“Senhor presidente da assembleia, digníssima mesa, companheiros.

Tondela tem sido visitada realmente por pessoas importantes, que vêm ao nosso concelho trazer-nos coisas boas e também trouxeram coisas más, mas o único charlatão



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

que deve ter passado aqui há uns dez, doze anos, só se fosse o Engenheiro José Sócrates. Charlatões? Ó senhor Joaquim Santos só pelo carnaval, realmente. O senhor continua a usar este palco para lançar todas as atoardas e depois a mesa é que tem de corrigir algumas dessas coisas que o senhor manda por aí fora. Enfim, já estamos habituados”.

O deputado Joaquim Santos solicitou a palavra, o que lhe foi concedido:

“Muito Obrigado Senhor Presidente.

Começando pelo fim, sendo curto e grosso. Começando pelo último interveniente: vozes de burro não chegam aos céus.

Agora voltando ao princípio: engenheira Marina eu já sei que as minhas intervenções incomodam, agora só espero que não fique tão ofendida ou que, quando eu falar aqui na Lusitânia que não fique tão ofendida. Deixemos isso para essa altura. Ao Senhor deputado Jorge Henriques eu só quero dizer o seguinte: eu, por uma questão de cortesia, não vou cometendo a mesma falta de chá que os senhores têm vindo a fazer aqui, de cada vez que há um congresso do PS. Eu não quis falar do vosso partido, no vosso congresso. Eu não tenho nada a ver com isso, é a vossa casa, mas já que falou nisso eu só lhe quero dizer que aqueles senhores todos que lá apareceram, um deles é, porque quer ser candidato, outros, porque estão a prever uma mudança de liderança a médio prazo.

Quanto à escolha do candidato do PS, só ao PS compete. Posso dizer-lhe uma coisa, e garantir-lhe: o candidato do PS já estava escolhido há muito tempo, e por uma questão estratégica não havia de ser anunciado antes do congresso do PSD. E não lhe vá passar pela cabeça que foi no dia do congresso do PSD que o PS foi escolher o candidato, Francisco Assis.

Agora deixe-me só aqui só a propósito da A24 e a propósito da moção. Eu vou votar a favor dessa moção, aliás a posição do Partido Socialista sempre foi uma A24 portajada e um IP3 requalificado. Essa sempre foi a posição do Partido Socialista, portanto, estou completamente de acordo e votarei a favor dessa moção.

E agora só para terminar, só dizer ao senhor Arménio que viu um poste amarrado a uma varanda. Eu mandei aqui há tempos um officio para a câmara municipal de Tondela em que, em Vilar de Besteiros, à beira da estrada andaram a plantar postes



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

da PT, à beira da estrada 627 e, ainda não está resolvido o problema. Não sei se a câmara já tomou ou não providências em que a PT andou a mudar postes do pinhal para a berma da estrada pondo em risco quem circula nessas vias.

Muito Obrigado”.

O presidente da assembleia, de seguida, deu a palavra ao presidente da câmara para responder às anteriores intervenções.

“Senhor presidente da assembleia, membros da mesa, senhores deputados.

Eu pedi para me dirigir à Assembleia neste ponto, na medida em que foram feitas algumas observações de natureza da gestão do órgão executivo e, como tal, parece-me ser adequado também ter uma opinião sobre esta matéria, mas não sem antes tecer dois ou três comentários, não de natureza político-partidária, mas de natureza de observação enquanto cidadão.

Enquanto cidadão, naturalmente, que penso que cada um de nós percebeu o repto que aqui foi lançado: “Se o país está melhor ou se o país está pior”. Cada um fará a sua avaliação e a sua apreciação. Mas na política, e como em tudo, é preciso ter e reconhecer as evidências, e parece-me que sim, que o país estaria pior se não tivéssemos disciplina orçamental, se não tivéssemos com todas as dificuldades conhecidas, uma consolidação que leve a que o país não seja alimentado a empréstimos artificiais e num crescimento, esse sim, artificial. E, portanto, esta é que é a questão de fundo que a todos deve mobilizar, independentemente das forças partidárias, o que nós queremos saber, é qual é o rumo que devemos seguir para construir um país que cada vez mais dependa de si, que resgate a sua independência, a sua liberdade e que não esteja a viver de uma ilusão, ilusão essa apoiada em empréstimos sucessivos. É bom sabermos que sempre que termos um empréstimo e não formos capazes de o pagar, essa nossa dívida aumenta obrigatoriamente, por razões óbvias. Sempre que qualquer estado, qualquer município, qualquer família, qualquer cidadão não está em condições de honrar o seu compromisso, naturalmente nesse dia aumentou a sua dívida e, portanto, penso que é importante termos esta questão ponderada. Como também é bom sabermos que hoje o estado português, o nosso país, se tivesse as dívidas pagas, teria um excedente primário, isto é, o resultado entre aquilo que são as suas despesas e aquilo que são as suas receitas, teria



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

um excedente primário, ou seja, teria um saldo positivo. Bom, eu acho que este é o primeiro passo necessário para uma verdadeira consolidação orçamental. Diremos todos: “bom, mas parece que ainda há um caminho muito longo a percorrer”. Eu diria o seguinte: como todos sabem, o documento de estratégia orçamental, o célebre DEO, assinado por todas as forças políticas, leva a que se preveja um compromisso que em 2015 o deficit público terá que estar em 2,5%. Ora, se, hoje, está numa taxa superior a 4%, como é possível chegar a 2,5% se isto não implicar um ajustamento que se espera cada vez menor, por força do crescimento económico? Não me queria envolver noutra tipo de questões sequer, mas queria só fazer esta observação.

A questão do carnaval, para sermos claros sobre isto. Não há nem nunca houve nenhuma visão primária e ideológica de seguidismo. Há uma questão que me parece objetiva, o carnaval durante, uns bons anos, desenvolveu-se, promovido pelo município, em articulação com o movimento associativo. Tive a honra e a sorte de na altura ter esse pelouro e, nos últimos anos, vinha-se a notar um definhamento crescente, por razões que agora não importa aqui estar a justificar, em que o próprio movimento associativo foi mostrando algumas reservas em relação à participação nesta atividade. Foi isto que levou, ao contrário das marchas, por exemplo, onde de ano para ano há maior vontade de participação ou pelo menos está consolidado, levou a que houvesse uma regressão da iniciativa. No dia em que o movimento associativo entenda que deseja reativar esse projeto, que está em condições de o desenvolver, naturalmente, que estamos cá para acompanhar essa dinâmica. Agora não me parece, e repito, não há nenhum preconceito ideológico a não ser de quem o formula, que não tendo atividades pudéssemos ter uma situação de tolerância. Note-se que também aqui não há nenhum preconceito ideológico. Já este executivo concedeu tolerância nas vésperas de natal e ano novo e, não foi por questão de preconceito ideológico. É por razões objetivas em função do calendário que temos pela frente. No dia, repito, em que o movimento associativo justifique dinamizar esta atividade, que têm essa vontade, não só estaremos para conceder essa dita tolerância, mas, mais do que isso, para apoiar a iniciativa, porque essa sim, é a nossa primeira missão.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

Foram aqui colocadas questões pelo senhor deputado António Dinis sobre uma dita intervenção que teria tido e que não teria sido suficientemente clara a justificação. Parece-me ser objetivo aqui, que o município empurra aqui aquilo que não é cómodo. Bom, cómodo porventura, são as respostas que ouvimos e não queremos ouvir. Cómodo, é, porventura, termos um falso moralismo de circunstância. Eu para não haver dúvidas, tive o cuidado de ir aqui repescar a intervenção que foi no anexo dezasseis que está na ata e, em particular, sobre algumas questões que aqui estavam formuladas. Fiquei na dúvida se não teria havido um esclarecimento capaz, perceptível, inteligível para a pessoa em causa e, verdadeiramente visto que aqui está, há aqui um conjunto de perguntas sobre as GOP's, Poderia ter-me poupado tempo, se tivesse lido a intervenção toda, e a resposta estava na ata. (Passou à leitura das perguntas do deputado) “Segunda fase a que é que se deve? São os trabalhos realizados no gabinete da presidência? Nós percebemos o sarcasmo, mas também tem uma resposta que devia ter sido lida. Dinamização do comércio local: quarenta mil euros. O que pretendem fazer? Com esta verba para os cinco centros? Remodelação da rede de águas e esgotos ou Caramulo: O que pretendem fazer a seguir? Entregar a gestão e a exploração às Águas do Planalto depois dos investimentos pagos pelo município por fundos comunitários? E em que condições?” E continua por aí abaixo e, a dada altura centra-se até na questão dos parques desportivos e, depois na parceria.

Muito bem. Eu quero dizer que no quadro das justificações que foram dadas diz-se o seguinte: (da ata anterior)

“Na área de despesas, a que identifica como Edifícios / Outros, essa despesa de investimento, classe 07 está totalmente distribuída por diversos projetos do PPI.

Relativamente à questão sobre a requalificação / ampliação dos Paços do Concelho, tratam-se de trabalhos de requalificação de vários espaços do edifício.

No que diz respeito à dinamização dos Centros de Animação Local, reporta-se a um novo projeto, à luz do qual se pretende apoiar a dinamização desses espaços, particularmente com as respetivas instituições que gerem o seu funcionamento.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

Relativamente à obra de remodelação da rede de água e saneamento à vila do Caramulo, a gestão da mesma, após a execução das obras manter-se-á na esfera das Águas do Planalto, tal como já hoje acontece e como é do conhecimento do senhor membro da Assembleia.

As transferências para a Associação de Municípios do Planalto Beirão referem-se a valores anuais que se reportam à recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos. Estes valores referem-se a 2014 e incluem dívida de 2013 e o valor da dívida é diferente consoante os anos.

No que se refere ao Plano de Valorização da Serra do Caramulo, as obras previstas são as que se enquadram no relatório de avaliação do ICNF.

A requalificação dos parques desportivos será avaliada em função das situações mais críticas, situação aliás que esteve na esfera de competências do senhor membro da Assembleia, quando era vereador.”

O presidente da câmara, continuo e afirmou que registou a discordância do senhor membro da Assembleia António Dinis, em relação ao apoio dado pela autarquia à Associação de Parada de Gonta.

Quanto aos valores relativos à iluminação pública, o presidente da câmara referiu que esperava que a avaliação que o senhor membro da assembleia fez deste ponto, tivesse uma leitura mais sólida; que soubesse que o IVA relativo à iluminação pública alterou, bem como foi abolida a tarifa bonificada referente à iluminação pública, passando a mesma a ser cobrada ao abrigo dos valores das tarifas das baixas tensões normais, valores regulados pela ERSE.

No que respeita à RUCI e REC a candidatura enquadra-se nos objetivos e programa que o regulamento comunitário prevê, sendo verdade que a dinamização, a transferência de boas práticas e a capacitação serão relevantes para a boa concretização desses projetos.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

Relativamente à questão levantada sobre a PPP Tondelviva, o presidente da câmara afirmou estranhar, e muito, que o senhor membro da assembleia insinue não ter conhecimento das condições financeiras e contratuais da PPP Tondelviva, em particular tratando-se em alguns casos de equipamentos desportivos. Os contratos financeiros que serão pagos no ano 2014 serão os mesmos que existiam em 2013.

Quanto às Termas de Sangemil, o presidente da câmara afirmou que o seu executivo tem uma visão sustentada para o futuro das mesmas. Não é possível continuar a explorar um balneário com prejuízos sistemáticos, apesar do investimento feito com técnicos de promoção. Deitar dinheiro fora seria fazer obras de fachada e não resolver problemas estruturais.

E continuou: para não haver duvidas sobre a RUCI e REC convém dizer: RUCI, redes urbanas de competitividade e inovação. No âmbito da CIM vários municípios, Tondela, São Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Viseu, Nelas e Mangualde constituíram candidaturas enquadradas no âmbito deste projeto. Em momento algum o Município teve um protocolo financeiro assinado, teve sim uma candidatura de enquadramento que implicará saber se vamos ter ou não esse protocolo de financiamento. Existe uma intenção de candidatura feita e um enquadramento estratégico, por isso é que a obra aparece nas condições em que aparece. Esta no espírito da candidatura a divulgação e promoção da capacidade que as pessoas que vierem para este nex polis de biotecnologia e saúde, poderem ter um enquadramento que tenha a ver com uma bolsa a atribuir a esses jovens.

No que diz respeito à REC, rede de economias criativas, aí sim, existe um protocolo assinado e o Município está em condições de adjudicar obra, para que o antigo cinema seja convertido numa oficina criativa. Terá depois uma verba para equipamento e dinamização.

Sobre a autoestrada Viseu Coimbra: temos, na região centro, onze autoestradas. De todas elas, só uma, a nº 1, não é deficitária, tem mais de quinze mil veículos hora a passar. Temos de saber se queremos aprender com os erros do passado ou continuar com eles. Saber se queremos uma autoestrada que seja enquadrada num quadro de sustentabilidade, ou se queremos todos continuar a pagar através de deficit público



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

aquilo que é feito para benefício de alguns. Dir-me-ão mas o atual IP3 tem cerca de dezassete mil viaturas à volta de Coimbra, tem quinze mil viaturas à volta de Viseu e na zona da Aguieira por volta de doze mil. É verdade, mas no dia que tenhamos uma autoestrada paralela ao IP3 e o IP3 a circular em simultâneo, teremos de ver se essas mesmas viaturas lá passam ou se serão só metade. Quero saber se há um investidor privado que assuma por seu risco e responsabilidade nessas condições a execução dessa infraestrutura, sem qualquer cláusula de indemnizações, para o caso de haver diminuição de tráfego. Se houver sou o primeiro a subscrever.

Não tenho dúvidas que, no acordo de parceria que o Governo celebrou, está vertido que os últimos dez ou doze quilómetros, para fecho de um anel possam estar lá para ser financiados, mas os setenta quilómetros não estão previstos no financiamento.

Neste quadro, o presidente do município de Tondela assumiu uma posição clara: queremos uma via mais célere com maior segurança; se passa por utilizar alguns troços do atual IP3, então, esses troços não podem ser portajados, porque não passam por alternativas, mas se alguns troços, por ser mais vantajoso economicamente, construir novo e ele for diferente do IP3, então aí que seja portajado, porque há alternativa.

Convém dizer que em 2004, havia uma autoestrada e um modelo de financiamento, mas o governo seguinte tomou outra iniciativa que foi desenhar uma ligação Viseu/Mealhada e que nessa obra incluiu de IC, de IP, variantes e quando fez os cálculos custavam mais as obras complementares do que a própria autoestrada, o que levou o Tribunal de Contas em 2008 a chumbar esse concurso.

Hoje precisamos saber se temos ou não uma visão sustentável sobre esta questão. O que quero é ter uma via requalificada com melhores condições. O que sei é que no estudo de rodovias esta, a seguir ao fecho do Marão, é a obra mais prioritária.

Registo as questões pertinentes que o senhor Arménio fez. É verdade que, no caso na ponte, ela está na esfera das Estradas de Portugal, e é verdade que o município já solicitou essa intervenção. No caso das caixas, confesso que não sabia, mas devemos estar vigilantes para resolvermos essas questões.



Muito obrigada.”

De seguida, da parte do presidente da mesa da assembleia, foi colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento de António Fernando Ferreira Gonçalves, tendo sido aprovado por unanimidade.

Em continuidade, e, antes de colocar à votação a proposta de recomendação, sobre o Carnaval, apresentada pelo grupo parlamentar do PS, o deputado Joaquim Santos solicitou a possibilidade do uso da palavra, que lhe foi concedido:

“A questão da atitude ideológica foi posta propositadamente numa intervenção e foi retirada da proposta ao contrário que o senhor presidente depois veio aqui anunciar. Efetivamente, e só quero esclarecer isto, o executivo anterior assumiu aqui o, Dr. Carlos Marta, assumiu aqui em anos anteriores que, não dar tolerância de ponto era um motivo mesmo ideológico. Ele afirmou isto aqui, está nas atas escrito isso.

Esta proposta tem dois momentos. Um que é imediato é que a Câmara Municipal decreta tolerância de ponto, dia quatro de março, terça-feira. O outro recomenda a câmara, é que se volte a pensar numa manifestação do carnaval. Mas são coisas diferentes. Uma coisa é certa, não é necessário haver desfile de carnaval para haver tolerância de ponto. Isso é que é uma realidade, porque nós temos trezentos e oito municípios, com certeza numa terça parte deles ou em menos há manifestação e, com certeza em trezentos ficam oito onde se inclui, neste momento, Tondela em que não há tolerância de ponto. Em Viseu vai haver tolerância de ponto. Por isso mesmo senhor presidente, a questão da tolerância de ponto, e como já lhe disse, não há benefício nenhum, antes pelo contrário. A Câmara Municipal terça-feira se estiver aberta, vai ser visitada com certeza por ninguém, apenas pelos seus funcionários. A Câmara Municipal de Tondela vai ter que lhes pagar o seu subsídio de alimentação e a energia para a câmara funcionar. É nisto que estamos a falar. O ano passado entrou uma pessoa no dia de carnaval na Câmara Municipal de Tondela. Há dois anos não entrou uma única pessoa na Câmara Municipal de Tondela, isto é, quando eu falo em pessoas para tratar de assuntos, portanto, relativos aos seus interesses como munícipes. É nisto que estamos a falar.



Respondendo agora aos senhores, isto é uma proposta de recomendação. Uma proposta de recomendação, não sou eu quem a decide, é a assembleia, e se a assembleia, e que fique claro, é muito mau se a assembleia aprovar esta proposta e que a câmara não siga a recomendação. É isto que eu quero dizer.

Muito obrigado”.

O senhor presidente da câmara pediu a palavra para reafirmar que, no dia em que haja associações que pretendam voltar a incluir nas suas atividades o cortejo de carnaval, a câmara estará disponível para acolher a iniciativa. Frisou, igualmente, que a câmara não está unicamente aberta para acolher munícipes.

Colocado a proposta de recomendação à votação, a mesma foi rejeitada com os votos de: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Rodrigues, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Horácio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Figueiredo, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes. E a abstenção de Felisberto Figueiredo.

O deputado António Dinis solicitou intervir, antes da votação da moção apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS:

“Muito rapidamente, para dizer que esta moção, votámo-la na Assembleia Intermunicipal da CIM. Nós temos que perceber as coisas desta forma: temos a oportunidade de revindicar aquilo que foi sempre uma reivindicação de todos nós e exigir que também tenha financiamento comunitários, tal como acontece como no túnel do Marão. Se o argumentário para a fundamentação for não passarem carros aqui, imaginem quantos é que passam no túnel do Marão. Esta foi a posição que sempre defendemos. A questão, tanto mais que o CDS também está no governo, tem essa responsabilidade, acho que é importante continuar a lutar desta forma, com toda a legitimidade. É que depois vamos dizer que a culpa foi do Sócrates ou que a culpa foi do D. Afonso Henriques. Podemos dizer o que quisermos, agora quando estamos no momento de decidir “ai agora não é connosco, os outros é que deviam ter feito”.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

Andamos nesta conversa todos há demasiado tempo e, portanto, ou assumimos que queremos com participação, não vale a pena andarmos aqui enganados que sem participação não há nenhum privado, porque tem de pagar a totalidade do investimento, o que não é possível. Com os estudos de viabilidade, neste momento seriam sustentáveis, mas neste momento, há um desvio naturalmente de viaturas, portanto, a questão coloca-se no princípio do utilizador/pagador. Tive o cuidado de não tecer nenhum considerando político, é completamente inócuo, não ofende ninguém, os considerandos são todas infraestruturas, estratégia, nada, não aplico nada ao PS, PSD ou CDS, é aquilo que eu defendo.”

O deputado Jorge Henriques continuou os trabalhos com a seguinte intervenção:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores membros da mesa, minhas senhoras e meus senhores. Caro amigo Engenheiro Dinis:

Obviamente que, quando me referi há pouco que me parecia extemporâneo, eu continuo, se calhar, a achar o mesmo. Não temos ainda dados concretos, palpáveis, mas ainda assim, e admitindo que esta situação se possa encaixar no tal debate público e de que está aberta à discussão pública, esta questão das infraestruturas, onde obviamente encaixa o traçado de uma autoestrada Viseu-Coimbra, nós, e, caso queira reformular a sua moção no sentido de acrescentar, designadamente, aqueles pontos que aqui foram tocados pelo senhor presidente da câmara, a questão de haver troços que eventualmente sejam assumidos na íntegra por privados, haver troços que eventualmente sejam por financiamento público mas nessa lógica de utilizador-pagador, nós obviamente estaremos perfeitamente à vontade nesse sentido, incluindo esta lógica que aqui lhe acabo de transmitir para, eventualmente, repensar o sentido de voto. Mantendo meu caro amigo a moção apenas no sentido de pedir uma autoestrada com financiamento público, nós obviamente votaremos contra”.

A deputada Cristiana Ferreira interveio, de seguida:

“Senhor Presidente da Assembleia, pedi a palavra só para fazer aqui um pequeno esclarecimento, até porque conjuntamente com outros membros desta assembleia, temos assento da assembleia intermunicipal Viseu Dão Lafões. O senhor Engenheiro Dinis acabou aqui de referir que esta proposta teria sido votada favoravelmente na última assembleia intermunicipal. As mulheres normalmente têm boa memória e, peço



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

desculpa de referir isto, essa moção não foi a que ali apresentou. Não são os considerandos, mas a proposta no geral, até porque ao senhor membro desta assembleia, se se recorda, foi-lhe sugerido, por outros deputados, que fosse retirando alguns considerandos e, ela acabou por ficar uma coisa muito leve. Foi retirado grande parte do conteúdo daquele que aí está. Não é correto dizer-se a esta assembleia que foi a moção que foi aprovada na CIM”.

O deputado Joaquim Santos pediu a palavra e continuou intervindo

“Sinceramente, não me lembro qual foi o texto exato que foi aprovado, agora o que é certo é uma coisa, a moção foi aprovada, e não era com troços, era uma autoestrada entre Viseu e Coimbra e era a manutenção do IP3, não havia aqui troços pagos, porque senão acontece a mesma coisa que aconteceu na A25. Houve troços que desapareceram. Eu vou daqui para Albergaria, não tenho alternativa, e sou obrigado a pagar portagem. Isso é que é um facto. Portanto, essa história de aproveitar troços, não devemos estar de acordo, porque isso é apenas um engano, assim como nos enganaram, assim como este governo nos enganou, portanto, acerca da isenção, portanto, dos residentes na zona abrangida pela A24 e A25, em que nos deram o rebuçado durante alguns meses, depois deram-nos dez por cento durante mais uns meses, e agora tiraram-nos tudo. Eu agora, quero ir para o Porto e tenho piores condições que tinha há trinta anos atrás ou quarenta anos atrás, e isso é que é uma realidade. Eu neste momento se quiser ir para o Porto, ou pago, ou vou por uma estrada que é a estrada do Vouga, que está em piores condições que estava há trinta anos atrás. Isso é um facto e não venham cá dizer que isso não é verdade. Portanto, eu desafiava o Dinis para pôr na proposta que era para ver. Está tudo a esticar a corda, vamos até onde vamos. Proposta, se o Dinis me permitisse aqui alterar isto: A Assembleia Municipal de Tondela exige que este governo providencie, ou que negoceie uma autoestrada com fundos públicos, financiados pela comunidade, com fundos comunitários, daqui até Coimbra. Ponto final. E uma autoestrada é uma autoestrada, não é uma autoestrada feita aos pedacinhos, portanto, é uma autoestrada onde não há troço nenhum do atual IP3. Acho que foi este o espírito que foi votado na CIM, uma autoestrada. Agora se querem votar uma coisa diferente, assumam. Mais, isto aqui também pode ser a vossa prova para desmentirem o que tem sido dito até aqui. Os senhores defendem uma coisa aqui e, em Lisboa uma coisa



diferente. Quem diz aqui, diz Tondela ou Viseu, em que lá diz-se uma coisa e, depois, vai-se para os noticiários dizer outra coisa qualquer. Portanto, é isto que tem acontecido com o PSD”.

A deputada Marina Leitão solicitou o uso da palavra e interveio:

“É espantoso como se crítica, se lamenta a crise em que vivemos, o empobrecimento do país, e se leem as consequências e se percebe porque é que aconteceram, e se continua a querer fazer uma coisa que é aquela que toda a gente desde pequenino, e que desde o tempo dos nossos avós nos ensinavam a não fazer. Quem não tem dinheiro não tem vícios. Então se nós não temos dinheiro, estamos nestas circunstâncias, passamos a vida a dizer, e bem, que, efetivamente, estamos a pagar muito caro, todos, um conjunto de investimentos que foram feitos, o Dr. José António falou em 11 autoestradas na região centro e nós sabemos que há três paralelas à A1 de sul para norte. Portanto, meus amigos, nós ou mudamos a nossa mentalidade, ou vai acontecer aquilo que já aconteceu neste país que foi passarmos por um momento de crise, ter cá o FMI, ter a Troika, endireitarmos as finanças e, daqui a uns anos estamos na mesma. Eu penso que nós, de uma vez por todas, temos que perceber que temos que mudar o nosso estilo de vida, e só o podemos fazer na medida em que temos vontade e somos capazes de realizar alterações. Eu considero que a proposta, que não foi proposta porque o senhor presidente da câmara não a apresentou como tal, mas a explicação que ele nos deu, e aquilo que é a posição do presidente da câmara face a esta situação, é aquela que é razoável. Eu penso que estamos todos nas mesmas circunstâncias de que, a partir do momento em que a A25 passou a ser portajada, eu por exemplo, deixei de ir para Viseu pela A25. Venho por aqui por Tondela, ou então, vou pelo IP5 se quero ir para aquele lado de Viseu. Porquê? Porque não quero pagar a portagem daquela SCUT e, portanto, dou a volta. Mas porquê? Porque há alternativa. Se eu não tivesse alternativa tinha mesmo que pagar, aliás, é o que o Joaquim Santos estava a dizer para o Porto, a não ser que vá por aquelas estradas antigas. Eu penso que a prudência, a razoabilidade, e aquilo que efetivamente nós, como portugueses, e de uma geração que neste momento é responsável por conduzir este país a bom porto, diz-nos que efetivamente a posição correta é esta, se efetivamente não houver condições de financiamento, porque não há. Dinis, não vale a pena estar aqui a pensar em miragens



porque já está decidido. A União Europeia não financia mais aquilo que andámos a fazer. Eles emprestaram-nos o dinheiro para nós sairmos da corda bamba, eles é que nos emprestaram o dinheiro, e eles dizem-nos: “Os senhores andaram a gastar mal o dinheiro que vos disponibilizámos”. Portanto, neste momento falar em exigir que a Comunidade Europeia pague e financie estradas, não vale a pena. A prova é que nesse relatório, se o ler como dever ser, vê que há uma data de propostas na área da rodovia. Só foram aprovadas duas. O Túnel do Marão que já estava metade feito e, esta transformação da ligação Coimbra-Viseu. Mais nenhuma. Os outros não foram aprovados. Neste caso foi considerado estratégico, e o relatório aquilo de que fala é de um corredor estratégico. Então, nós se o queremos fazer, temos que o financiar, e temos que ser suficientemente responsáveis para perceber como é que o vamos fazer. O senhor presidente da câmara transmitiu-nos a sua posição, que me parece razoável e que eu acho que devia ser aquela que nós devíamos tomar, porque essa é possível. É dizer assim: Sim senhora vai-se para uma situação em que o projeto a executar seja aquele que haja possibilidade de pagar. Se tiver que ser feito em cima de troços do IP3 existente em condições de autoestrada, porque obviamente é disso que estamos a falar, então que não seja portajado, porque as pessoas não têm alternativa e têm que ir por ali. E aquelas que tiverem que ser feitas, nos casos das pontes que não possam ser alargadas, na Aguieira, tenha que haver ali um alternativa nova. Então nessas que se portaje. Porquê? Porque as pessoas se quiserem vão pelos caminhos que existem agora do IP3. Esta parece-me a posição mais razoável, e eu se o meu grupo parlamentar permitir, transformo isto então em proposta alternativa”.

Por sua solicitação, foi concedida a palavra ao deputado Arménio Leite Marques que continuou os trabalhos, expondo a sua posição:

“Excelentíssima mesa, excelentíssimos colegas, público

Parece que estamos aqui a votar a estrada da Corveira-Molelinhos ou Molelinhos-Tondela.

Meus amigos, eu vou votar contra, e senhor engenheiro, sabe porquê? Porque aquilo que o senhor está aqui a propor, vale zero. As autoestradas não são definidas assim, a única pessoa que falou aqui com alguns termos, que não são todos e bem, foi o presidente da câmara, mais nada. As autoestradas são definidas em mesas redondas e a



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

nível internacional e nacional e europeu. Como a Europa não dá nada para esta autoestrada, porque já temos autoestradas a mais. Esta autoestrada, meus amigos, vai ser resolvida em mesas redondas. Pergunto eu às pessoas todas que propuseram papéis e falaram aqui sobre isso. O que é que se está a fazer no IP3 já há cinco meses ou seis? Vocês estão a fazer aqui o quê? Vocês são ouvidos e achados? Nós estamos aqui a perder tempo. Mas isto é em todas as assembleias. Perder tempo com coisas a nível nacional, em que a Assembleia Municipal de Tondela, interfere zero ao nível do poder central, portanto, vou votar contra”.

Foi dada a palavra, ao deputado José Prazeres:

“Eu ainda não saudei a mesa, nem a assistência e, não tinha intenções de fazer aqui uma intervenção sobre este assunto, mas há aqui uma coisa que é natural. A política que tem vindo a ser feita a nível nacional, é uma política de destruição das coisas, da economia. Se nós formos olhar para a política que tem sido feita aqui no interior, tudo tem sido de dificuldades. Portanto, eu compreendo que o governo, porque está empenhado em destruir o interior, até que nem aponte aqui a autoestrada e que ela seja dificultada e que não haja dinheiro para esta autoestrada, mas há dinheiro para os grandes grupos, e isto é que custa, porque dinheiro há. Os mais ricos quanto é que aumentaram a fortuna e quanto é que o estado deu para essas grandes empresas? Deu muito dinheiro, mas, porque a autoestrada vem beneficiar o interior, e que era como pão para a boca, aqui para os meios em que nós vivemos, as pessoas têm de partilhar aquilo que o governo está a fazer que é destruir o interior, e eu não concordo com isso. Devíamos fazer força, todos, para que tivéssemos direito a ter aqui um bocado de autoestrada, porque é uma coisa tão pequena, e que dava muito jeito. Só quem não sabe, mesmo daqui até ao Hospital de Coimbra que está aqui tão perto, por vezes, leva-se tempo infinito para lá chegarmos daqui de tão perto. Era um grande desenvolvimento aqui para o meio. Há aqui só mais uma coisita que queria dizer, Há pouco foi aqui dito, e fizeram um elogio aos Hospitais de Tondela e de Viseu, é só um pequeno à parte. Eu há poucos dias fui com a santa minha mãe a Tondela ao hospital, e entrei eram três horas, e saí de lá às dez horas da noite. Deixo só este reparo. É uma mulher que tem quase noventa anos”.



Solicitada a palavra ao presidente da mesa, o deputado Jorge Henriques interveio:

“Senhor presidente, senhor presidente da câmara.

Senhor José Prazeres, o PSD não está contra a melhoria das condições rodoviárias, o que se discute aqui é somente uma moção que exige, e ouvi bem, exige financiamento comunitário, quando à partida sabe-se de antemão que não há financiamento comunitário para a dita obra. Portanto, isto é lavrar numa falsa premissa, a partir de um argumento que se sabe de antemão que é falso e , sobretudo, que não tem sustentação fáctica de facto, portanto, isto é, deliberadamente, lavrar em erro. Obviamente com base nesse erro, a posição do PSD é no sentido negativo. A proposta que aqui foi formulada pela Senhora Engenheira Marina, e depois a faremos chegar, por escrito, à mesa senhor presidente, é uma proposta que, no fundo, vai ao encontro, um pouco, da posição que já foi aqui transmitida pelo senhor presidente da câmara e que será, obviamente, a posição do PSD, ou seja, com base em dados reais daquilo que são as efetivas possibilidades do país. E, porque não basta, muito sinceramente, de alguma forma, estar aqui a trabalhar ou a lutar contra moinhos de vento, se não qualquer dia seremos todos Dom Quixote de la Mancha”.

Foi dada a palavra ao deputado Joaquim Santos que voltou ao debate:

“Senhor presidente é precisamente ao encontro das suas palavras que eu queria falar.

Mas eu queria fazer um ponto de ordem à mesa. É que o tempo da apresentação das propostas já lá vai. Se o PSD quer apresentar uma proposta, aguarda para outros assuntos de interesse para o concelho. Neste ponto não entra proposta mais nenhuma. Isto é o que eu entendo, e isto é que é o correto. O tempo de entrega das propostas passou e, para os trabalhos se acelerarem, eu sugeria que se passasse imediatamente à votação de proposta do CDS.

Muito obrigado”.

O presidente da mesa deu a possibilidade de intervir ao presidente da câmara que tomou da palavra:

“Muito obrigado senhor presidente.



Naturalmente que também registo a grande solidariedade parlamentar de defesa do Partido Socialista, em relação ao CDS, percebo, mas quero aqui esclarecer uma questão que me parece importante para não haver equívocos e sermos claros nesta matéria. Eu penso que o grau de responsabilidade de cada membro da assembleia deve-o levar a conhecer a discussão dos pontos que estão em causa. O estudo das infraestruturas de elevado valor acrescentado, não diz quais são as obras a fazer ou a financiar por este ou aquele governo. O estudo engloba um conjunto de peritos das várias áreas, em particular do sector privado, seja ligado à rodovia, aos portos marítimos e a um conjunto outro de serviços complementares, em que esse conselho de peritos entendeu que se tornava prioritário, para uma estratégia de desenvolvimento económico do país e que passa, em primeiro lugar, por privilegiar os portos em relação aos aeroportos, e por privilegiar a ferrovia em relação à rodovia. Mas, diz mais, e tem um conjunto de princípios que já estão claramente assumidos e eu não entro em demagogias, eu não entro em falsas questões. O estudo é bem claro, quando diz que para autoestradas não haverá mais dinheiro comunitário. Acabei de confirmar com o Secretário de Estado das Infraestruturas dos Transportes e Comunicações, e esse estudo diz o seguinte: “O Túnel do Marão terá os últimos fundos comunitários deste QREN 2007/13, previsto na obra que estava em causa. Foram assumidamente reservados estes fundos do QREN para que a obra não ficasse parada 20 anos, a meio”. Quer isto dizer, se alguém vem dizer, que não se defende uma autoestrada, sabendo eu como todos têm obrigação de saber que não haverá fundos comunitários, eu direi que são pouco ambiciosos. Porque é que não defendem também uma estação ferroviária em Tondela? Porque é que as mesmas pessoas não defendem um aeroporto?

A ilusão e a loucura dá para tudo o que se queira fazer. Eu acho que é falta de ambição. O que está em causa é muito simples. Esperava eu que tivessem percebido o alcance da nossa posição. Se nada for feito, o que teremos é uma autoestrada, ninguém tenha dúvidas, mas eu direi mais, uma autoestrada em cima do IP3. Toda ela, ou grande parte, em cima do IP3, e o IP3 todo portajado, e é isso que eu não quero. Eu quero uma autoestrada que melhore a acessibilidade, onde seja possível melhorar, mas que não tenha o constrangimento económico de ser um obstáculo ao desenvolvimento do meu concelho. Isso, eu estarei na primeira linha a defender. O que está previsto nesse estudo,



é que a dita autoestrada, se apoie em grande parte em cima do IP3 e, toda ela portajada. É a única forma de haver vinte e cinco a trinta milhões de euros de receitas/ano, que é o que irá financiar a obra durante vinte e cinco anos, obra esta que custará por volta de seiscentos milhões de euros. É isto que está previsto. O que está em causa é saber se queremos isto, que é ficar com uma autoestrada em cima do atual IP3, ou se queremos ter uma alternativa que nos dê uma boa acessibilidade e, se utilizar a plataforma do IP3, não deve ter portagem, onde for obra nova, então, que tenha portagem. Eu sou muito claro naquilo que quero. Sou muito claro naquilo que quero e, não contarão com o município para estar a defender uma autoestrada em cima do IP3, portajada. Eu não entro nessa demagogia. Eu quero defender o meu concelho, e quero defender os interesses económicos do meu concelho e, portanto, que fique bem claro esta posição. Tudo o que seja demagogia, como dizer: vamos defender uma autoestrada, o governo português que obtenha fundos comunitários. Eu direi: tivessem-na construído em 2005 e em 2008. Tinham essa responsabilidade e, portanto, não aceito demagogia e exijo clareza e responsabilidade, demagogia não.

Muito obrigado”.

Colocada à votação a moção apresentada pelo deputado António Dinis foi rejeitada com os votos contra de: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Rodrigues, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Horácio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes.

O grupo parlamentar do PSD apresentou uma declaração de voto, sobre o assunto acima referido. (anexo nº10)

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo do exposto no número 8 do artigo 25º do regimento da assembleia municipal - Análise e discussão dos preços de abastecimento de água no concelho de Tondela



O deputado Joaquim Santos iniciou o ponto com a intervenção constante do anexo 11 e com a entrega de quatro requerimentos (anexos 12,13,14 e15).

O presidente da assembleia passou, de seguida, à votação do primeiro requerimento. O mesmo foi aprovado por maioria com as abstenções de: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Rodrigues, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Horácio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Figueiredo, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes

O segundo requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções de: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Rodrigues, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Horácio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Figueiredo, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes

O deputado Felisberto Figueiredo solicitou a possibilidade de intervir para requer à mesa que os dois requerimentos seguintes fossem votados em simultâneo, o que, após votação, foi aprovado por unanimidade.

Colocados à votação, os dois requerimentos foram aprovados por maioria com as abstenções de: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Rodrigues, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Horácio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Figueiredo, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes



O deputado José dos Prazeres interveio, seguidamente:

“Já se falou aqui muito sobre água. A água tem a ver com os lucros e com as despesas. A primeira asneira que os partidos de direita fizeram foi na privatização da água, quando a água é de todos nós. Nós sem água não vivemos. A seguir à água não sei se irão privatizar o ar, porque nós sem ar e sem água não conseguimos viver.

Na zona serrana que é onde eu pertenço, não existe esta guerra, porque se as pessoas quiserem água, não a têm. Têm água de poços privados que, por vezes, lhes dá cabo da saúde. Também era bom que olhássemos para esse tipo de água que temos. Nós no Caramulo, não sei se poderei dizer, temos trinta ou quarenta por cento da população, mesmo na vila do Caramulo, que já tem água ao domicílio, talvez há mais de oitenta anos. Sou do tempo que só uma classe é que tinha direito a água, tinham direito à água quando eram bem comportados, sim senhor nós cedemos a água, e era um privado que a tinha. Portanto, eu quero dizer, na vila do Caramulo, há uma parte que nunca teve água ao domicílio. Claro, essa gente bebe água e até de qualidade, talvez até com melhor qualidade do que aquela da rede, porque a da rede, às vezes não se pode beber, e lá toda a gente teve de fazer explorações, e toda a gente tem água privada, portanto, tiveram de fazer um poço, porque na entrega ao domicílio não tinham direito a ela, porque havia água só para alguns, já naquele tempo, havia uma classe que tinha água, portanto, em rede coletiva, mas que era de uma sociedade. Essa água dessa sociedade explorada naquilo que era dos serranos, lá nos baldios, essa água agora é um negócio, essa que foi explorada aos serranos nos baldios, agora foi vendida ou foi alugada aqui à câmara ou ao Planalto Beirão e, se ainda não passou para o Planalto Beirão, talvez a câmara tenha de lá gastar algum dinheiro nosso para fazer a rede de água, porque ela deve estar velha. Tem de levar para ali tratamentos porque aqueles canos devem estar todos velhos e, até às vezes há pessoas que fazem alergias com esse tipo de águas. Talvez lixivia a mais. Portanto, temos uma água de fraca qualidade essa da rede é pública, por um lado, porque a água era das pessoas, era dos baldios, ou ainda não é privada, porque ainda não tem as condições do Planalto Beirão ir lá mamar, portanto, a câmara tem de lá gastar algum para entregar ao Planalto Beirão, penso eu, não sei se será bem assim. Portanto, numa serra que nós temos muita água, talvez o Caramulo seja o sítio do país onde mais



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

chove, tenho a certeza, e temos lá muita água e de muita qualidade, e aquela que está na distribuição da rede que está alugada, é de muito fraca qualidade. Não se pode beber, até sabe mal, portanto, são os tratamentos que lhe fazem.

Pronto, era assim o meu parecer sobre a água.

Gostava também de fazer uma pergunta ao senhor presidente da câmara, quanto é que custa o aluguer dessa água à sociedade do Caramulo por ano? Quanto é que já gastaram nestes dez ou quinze anos por aí assim? Quanto é que a sociedade do Caramulo recebeu?

Tenho dito”.

Seguidamente, o deputado António Dinis interveio. (anexo nº 16)

Continuou, o deputado Jorge Henriques. (anexo 17)

O deputado Joaquim Santos pediu a palavra, que lhe foi concedida e disse:

“Vou ter de responder ao senhor deputado Jorge Henriques. Primeiro, porque o senhor fez aqui uma grande confusão. Eu, efetivamente, na última reunião até me abstive quando foi posta à votação a questão dos senhores convidados falarem antes do tempo previsto, eu abstive-me. O que eu disse foi: havia coisas mais importantes para discutir que ouvi-los. Disse isso e está escrito, não vamos dizer que não. Além disso, não se trata de munícipes. Os membros do movimento de cidadãos que aqui estão são munícipes, são utentes das Águas do Planalto. É essa a grande diferença, e mais, a questão da legalidade. Nós temos que entender que o regimento não é nenhum instrumento legal, o regimento é um instrumento de orientação. Eu não quis violar o regimento, o que eu disse naquela reunião, e há testemunhas disso, está ali o senhor José Prazeres, António Dinis, o senhor presidente da assembleia e o senhor presidente da câmara. O que nós desafiámos, foi que da mesma maneira que convidou desconhecidos, com muito mais razão, ele deve convidar munícipes para participarem neste debate. Foi isso que foi dito, e mais, ao fim até lhe disse que ele foi desautorizado naquela reunião pelo seu próprio partido que o senhor estava a representar. O senhor ao fim e ao cabo veio para aqui dizer aquilo que nós já tínhamos ouvido, aliás, que eu estou a ouvir pela terceira vez. Ouvi-o aqui no dia vinte de dezembro, ouvi-o quando foi nas Águas do Planalto, tivemos a mesma intervenção daqueles senhores que aqui estiveram, que



fizeram de nós, ou queriam fazer de nós, aquilo que nós não somos e, ouvi agora aqui hoje o senhor. O senhor pelos vistos aprendeu bem a lição. Os que aqui estivemos e mesmo os membros do movimento de cidadãos que aqui estão, já ouviram quando se deslocaram às Águas do Planalto, isto é, eu ouvi pela terceira vez, eles estão a ouvir pela segunda. Já agora, o senhor disse uma coisa que me preocupou. O senhor falou aqui que veio cá o administrador das Águas do Planalto, e veio cá um consultor externo, e reforçou a palavra externo, Dr. Luís Ferreira, e que até pensa que ele veio cá gratuitamente. Era o que faltava! Não me digam que havia qualquer intenção do município em convidar este senhor a vir cá para lhe pagarem? Porque ele é consultor externo, mas é pago pelas Águas do Planalto, aliás, ele esteve lá, quando lá foi o movimento de cidadãos e nós não lhe pagámos. Era o que faltava que houvesse um cêntimo que a câmara municipal dispensasse para o ouvir. Então aí é que eu levantaria suspeitas. A câmara está aqui a defender quem, com o nosso dinheiro? A defender interesses privados de pessoas que nos roubam? Eu digo aqui, roubam-nos. Roubam-nos, e mais, a provar isso vejam o relatório que hoje saiu do Tribunal de Contas.

O senhor veio aqui dizer, que o preço fixado até tem o parecer favorável da ERSAR. Olhe eu já disse aqui, qual é a minha opinião acerca das entidades reguladoras, seja da ERSAR, seja da ERSE, seja da ANACOM. Estão apenas para defender toda a gente, menos o consumidor. Eu digo isso e, já escrevi isso para vários deles, e olhe que ainda nenhum me mandou prender. E aqui é a mesma coisa, porque se eu disse que o preço era fixado com o parecer da ERSAR, mas o senhor tem de saber que, este mesmo preço que é fixado com o parecer favorável da ERSAR, é censurado pelo Tribunal de Contas.

Agora deixe-me aqui falar noutro assunto. Quando o senhor diz aqui que, eu em junho de 2010 apresentei uma proposta onde o senhor diz que o PS não sabe aquilo que quer. Não, o PS sabe aquilo que quer. Sabe porquê? Nós não confundimos conceitos, nós sabemos que a taxa de controlo da água e dos recursos hídricos é devida. Mas sabe quem é que a vai pagar? Não é o consumidor que a tem que pagar, e o senhor encontrem-me, se faz favor, faturas dos concelhos vizinhos onde essa taxa venha. É ou não assumida pelo vendedor da água? Não temos de ser nós a pagá-la, aliás, isto acontece a mesma coisa que eu sempre anunciei aqui, contra aquela coisa que chamam “taxa



municipal dos direitos de passagem”, em que as operadoras de comunicações também reverterem o ónus, portanto, para os consumidores. Eu estou a falar naquilo que o senhor deputado disse acerca da proposta do Partido Socialista. Disse também, que nessa proposta eu falava na extinção da taxa de disponibilidade. Ele disse que não, que está tudo muito legal. Ele disse que é legal, que é o parecer não sei de quem, mas eu também dei aqui pareceres da DECO e até dos tribunais em que esta taxa é ilegal. Eu falei sobre isso, e mais, o senhor disse aqui uma não verdade, isto é, disse uma não verdade ou melhor, disse uma meia verdade que é uma mentira e eu vou-lhe explicar o que é: o senhor disse que eu pedi aqui a isenção do pagamento de ramais para Mosteiro de Fráguas, só não disse o resto. Aliás, eu até disse o resto e respondi à engenheira Marina na altura, que eu lembro-me, tenho boa memória, em que eu disse assim: o senhor só está a defender isso para Mosteiro de Fráguas. Não. Eu estou a defender isto para Mosteiro de Fráguas e para aquelas freguesias como compensação de até hoje, até ao ano de 2010, estarem à espera de água ao domicílio. Isto está nas atas, é fácil de comprovar, portanto, o senhor disse apenas meia verdade, o que corresponde a uma mentira acerca daquilo que eu disse. Quanto à isenção do pagamento de ramais, o que é certo, é que mal ou bem, está-se a fazer nalguns casos. Então explique-me porquê. Por que é que se está a fazer isenção de pagamento de ramais nalguns casos? Ao fim e ao cabo essa minha proposta fazia algum sentido e, ainda faz.

Muito obrigado senhor presidente”.

A deputada Vera Machado pediu a palavra e perguntou ao deputado Joaquim Santos se queria ou não rasgar o contrato de concessão das águas.

Perguntou, também, ao deputado António Dinis onde é que o deputado estava quando, ele mesmo, aprovou em reunião do executivo a adenda ao contrato de águas.

O deputado Joaquim Santos respondeu a Vera Machado:

“Vera, o PS já disse aqui, não hoje, mas já disse outras vezes, que não quer rasgar contrato nenhum. O que o PS quer é averiguar, e por isso é que temos que recolher dados, inclusivamente pedi, aqui, alguns elementos hoje. Queremos saber qual é a legalidade desse contrato. Temos dúvidas acerca da sua validade e ainda bem que o



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

PSD também está disposto, como já ouvi aqui o Jorge Henriques. Investigue-se tudo, faça-se tudo para averiguar a verdade. É isso que nós queremos. Nós não queremos rasgar os contratos. Duvidamos na legitimidade e o relatório que hoje saiu do tribunal de contas veio dar-nos alguma razão, nesse sentido, em que já põe, pelo menos, em causa, a margem de lucro da exploração das águas. Nós não queremos água à borla. Como já disse na minha intervenção, nós não somos contra as empresas privadas, desde que isso seja um trabalho honesto, embora, não seja esse o nosso modelo, e disse também na minha intervenção que a posição do Partido Socialista é clara, a posição não é minha, é do Partido Socialista. A regulamentação do preço da água compete aos municípios, não como este governo quer, que ainda quer dar mais poderes à ERSAR para manipular tudo. É esta a nossa posição. Nada de rasgar contratos, vamos é averiguar a sua real fundamentação, a sua legalidade e se houver legalidade, denunciá-las. É isto, mais nada”.

Foi dada a palavra ao deputado António Dinis que informou a deputada Vera Machado que, em 2007, “não houve deliberação do executivo sobre a adenda ao contrato de concessão das águas”.

O deputado Jorge Henriques entregou à mesa uma cópia da proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entrega na sessão de 28 de junho de 2010, para que fosse anexada à ata da presente sessão. (anexo 18)

Os deputados Catarina Ferreira e Horácio Rodrigues solicitaram ao presidente da mesa a possibilidade de se ausentarem da sessão por compromissos pessoais. Foi lhes concedida a possibilidade de o fazerem justificadamente pelo presidente da mesa.

O presidente da mesa deu a palavra ao presidente da câmara que interveio, de seguida:

“Senhor presidente da assembleia municipal, senhores membros da assembleia, caros representantes dos movimentos presentes, comunicação Social

Gostaria de tecer algumas considerações que me parecem importantes. Depois desta hora de debate, esperava eu, ter alguma novidade, diferente daquela que dizem que não ocorreu a vinte de dezembro de 2013. Objetivamente, eu não vi nenhuma



verdade diferente, ou algum aditamento à reflexão e ao conhecimento. Já ouvi hoje aqui abordagens ao relatório do Tribunal de Contas, que hoje saiu sobre os sistemas de abastecimento, e convém dizer que são sistemas multimunicipais, mas nem outra coisa fosse de esperar. É o mesmo Tribunal de Contas, que num passado recente, também emitiu pareceres, que todos conhecemos, sobre as PPP's e sobre as condições em que elas estão financiadas. Em momento algum, deixei de dizer que o modelo de financiamento das Águas do Planalto é um modelo de uma PPP. Pelo menos foi isto que eu ouvi no dia vinte, e isto para fazer um entroncamento com a questão do dia vinte. Espanta-me, causa-me alguma estranheza. Não vou entrar nesse jogo por uma razão simples, senhor deputado Joaquim Santos. Confesso que hoje me desiludiu com uma primeira frase, que foi dizer que, fez-me um teste. Quem faz um teste tem má-fé, e deu-me a partir de hoje, a possibilidade de conhecê-lo de outra forma. Também tinha eu a esperança de que pudesse ter nesta assembleia, e na relação de autarca, uma perspetiva construtiva de respeito mútuo e de valorização da relação pessoal. A partir de hoje, eu estou também de reserva em relação ao seu teste, por uma razão simples, aquilo que o senhor me solicitou, e que lhe pude responder, prendia-se em primeiro lugar, e só, com o suposto aditamento do contrato de concessão submetida pela concessionária à concedente em 2012. O que lhe respondi foi sobre 2012, nunca em momento algum me pediu outra coisa. O que lhe respondi é que não tinha esse documento na minha posse, não existe esse documento na minha posse, não está na câmara municipal esse documento, e eu solicitei à Associação de Municípios do Planalto Beirão, e o que lhe foi respondido, presumo eu, pela Associação de Municípios do Planalto Beirão, é que o documento nunca chegou a ser assinado, pelo que, não é um documento oficial da Associação de Municípios. Responde-me o senhor: “Agradeço o seu empenho na procura da informação que lhe solicitei. Permita-me observar que a resposta que obtive do conselho diretivo é, naturalmente, verdadeira, mas depreendo que esse documento foi enviado embora não tenha havido qualquer decisão sobre o mesmo. Apesar disso, pretendo ter conhecimento do seu conteúdo, e não deve existir por parte de nenhuma das entidades envolvidas algum temor sobre o conhecimento do mesmo.” (Citação sobre esta matéria). Naturalmente que da minha parte, em relação à Associação de Municípios do Planalto Beirão, não tenho nenhuma objeção, nem é verdade aquilo que



o senhor afirmou que, o presidente da câmara disse que o senhor não poderia ou deveria pedir esta ou aquela informação. Deverá ter toda e mais alguma. Da sua parte até hoje, só recebi esta solicitação. Recebi sim, do cidadão, Luís Filipe Costa Figueiredo portador do bilhete de identidade nº 17726403, morador na rua da Ramalhosa, lote A em Viseu-Repeses, uma solicitação de uma ata da assembleia municipal e da câmara municipal de 2007, hoje também solicitado por requerimento e que, irei informar que em momento algum, nem a câmara municipal, nem a assembleia municipal em 2007, deliberaram sobre esta matéria, qualquer renovação, prorrogação ou alteração.

Efetivamente, o único documento que existe, supondo eu ser bastante e suficiente, é o de 97 à luz do qual a câmara e a assembleia municipal transferiram à Associação de Municípios a possibilidade da concessão em três domínios: Água, saneamento e resíduos. Estes são os documentos oficiais que tenho e, portanto, não tenho outro, sem ser este. Quero dizer ainda que foi aqui colocada, pela segunda, terceira, quarta vez, na dita coligação negativa, uma questão que é dizer: “O que é que aqueles senhores cá vieram fazer a vinte de dezembro foi vender a banha da cobra. Uma técnica a que já estamos habituados.” Infelizmente parece-me que não é só no esquecimento que se faz escola, mas também nessa técnica, porque foi igual à de hoje. Objetivamente tive só um e só um interesse. Eu entendo que ninguém pode fazer um debate sério, se não estiver devidamente informado, e foi essa a minha preocupação. Independentemente das implicações que isso pudesse resultar, não tendo outro caminho que não fosse fazer uma reflexão séria sobre esta questão, foi meu objetivo naquela sessão. Não foi convencer ninguém da bondade, da generosidade, do altruísmo de uma determinada empresa. As empresas existem, naturalmente, e eu percebo, se puderem ter quanto mais lucro melhor. É o interesse deles. O nosso objetivo, o meu objetivo é fazer uma avaliação em que, em cada momento, saiba como é que posso defender esse interesse público, essa é a minha questão, e para saber como é que posso defender o interesse público, eu tenho que saber quais são as condições de partida, quais são as condições contratuais, a que é que estou obrigado e qual é a minha margem de espaço. Esta é que é a minha questão. Portanto, eu vou, se me permitirem, reafirmar que não foi nenhuma surpresa, que nem sequer faço comentários sobre a insinuação sabe-se lá a troco de quê. Peço desculpa, eu não entro nesse jogo.



Continuando senhor José Prazeres, a pergunta é: porque é que nós temos um poço da água nestes termos e no custo em que está? Claro que eu não vou teorizar sobre o que o senhor José dos Prazeres pensa, sobre a questão ideológica, se nós estamos a vender o nosso sangue. Eu poderia perguntar-me se outros não terão vendido a alma? Mas não é essa a minha pergunta. O que nos é importante aqui saber é que nós estamos perante uma evidência, a evidência de um contrato que, nestas circunstâncias nos aponta para um preço da água que, pelas razões que são conhecidas, tem à cabeça vinte e três milhões e oitocentos mil euros que foram colocados pela entidade ao serviço dos municípios, através da Associação de Municípios. Esta é que é a questão de fundo. A questão de fundo do preço da água está aqui. Hoje 38%, e penso que, aquela dita lição que alguns não quiseram perceber, é importante percebermos onde é que está o preço da água. 38,23%, praticamente 40% do preço da água, reporta-se a custos de investimento que estão a ser amortizados. Se num sistema em que não estivéssemos perante investimentos, eu não estou a dizer se o modelo foi bem ou mal feito, e o operador refletisse no consumidor o custo da exploração, desde o momento em que a água chega à barragem, e como lembrou o senhor Arménio e bem na última assembleia do dia 20, a água não tem custo até chegar à barragem, depois, desde o momento em que ela sai da barragem é elevada, é tratada, vais às adutoras, vai às distribuidoras e chega à nossa torneira, este custo refletiria o preço que nós pagamos, menos 40%, isto é, qualquer coisa na casa dos cinquenta e cinco cêntimos. Esta é que é a verdade que está aqui em cima da mesa. A pergunta a fazer é: hoje nós podemos ter ou não alternativas?

Eu já tive o cuidado de referir o modelo de financiamento, e nós, temos de nos reposicionar à época em que estávamos, em 2007 estávamos no auge das PPP's, fosse qual fosse a entidade bancária tinha o aval do governo para fazer muitas mais PPP's, e em força. Era o que dava. Obviamente que esta entidade, ou qualquer outra, apoiou-se num sistema bancário, sistema que tem um custo. Nós hoje temos um de dois caminhos, um deles é de chegar à concessionária e dizer: "Meus amigos os cinco municípios entendem que estão em condições de amortizar, de liquidar o capital correspondente ao investimento, 23,8 milhões". Ora se isto foi em 2007, estando nós em 2014, passaram sete anos. Se este modelo foi feito numa escala de mais ainda treze anos, portanto, de vinte, provavelmente nós devemos estar a dever dos 23,8 milhões, qualquer coisa como



15, 16, 17 milhões deste montante. Cada um dos municípios pega em mais ou menos três milhões, somam-nos, entregam à Associação de Municípios que, por sua vez, entrega à concessionária. A partir desse momento a água estaria, na minha perspetiva, matematicamente falando, em condições de baixar 40%. Esta é uma questão objetiva. Não está em causa rasgar nenhum contrato, o contrato existe, há possibilidade de fazer esta amortização de capital, faça-se. A pergunta é objetiva: Têm os municípios, cada um por si, três milhões, quatro milhões, três e meio, seja o que seja, para amortizar este capital? Esta é que é a pergunta com que temos que refletir. Claro que se pode colar esta pergunta, não demagógica: Mas houve financiamento? Os tubos em Tondela são de ouro? Acho que é uma irresponsabilidade, o gozo como algumas pessoas que têm responsabilidades públicas vão para as redes sociais comentar matérias, e outros com linguagem menos próprias, e não deixo de falar para si, senhor deputado Joaquim Santos e posso mostrar o que escreveu, as redes sociais são públicas para isso mesmo. Acho que temos que ter a responsabilidade de discutir as coisas com seriedade, mas não fazer demagogia. Eu não entro nesse jogo. Se discutir com responsabilidade é dizer: Vamos fazer uma opção política durante quatro anos, o município vai prescindir de três milhões, e vamos discutir onde é que se vai cortar, injeta esse capital e resolve o problema. Eu não vejo outra solução.

Por que é que foram estes 23,8 milhões de investimentos que foi necessário injetar, pelas razões que eu penso que todos percebemos? Em primeiro lugar, houve obras pagas diretamente pela Associação de Municípios que não foram financiadas, que custam mais de 14 milhões de euros. Houve juros que não foram elegíveis. Por que é que houve juros? Porque desde o momento em que arrancaram as obras até vir o financiamento do fundo de coesão, decorreram dois, três, quatro anos, e também sabemos que os tempos à época não eram iguais aos de hoje.

A banca nunca disse que não, nestes tempos. Eram “factoring”, façam-se, e os juros estão cá depois para pagar, alguém tem que os pagar, e era essa perspetiva que vigorava.

Também é sabido que essa resposta já foi dada, não sei a quem do movimento em concreto, mas foi uma pergunta feita aos cinco municípios, respondida pela Associação de Municípios e pela respetiva câmara. Cada município recebeu à época em



2007, e eu remeti cópia da ordem de entrada deste cheque, ou melhor, desta entrada, 1,5 milhões de euros. São sete milhões e meio que os municípios receberam. Eu acho que mais claro que isto, não posso ser. Os dados são estes, portanto, é bom que todos tenhamos a consciência. Não tive outra intenção, no dia 20, que não fosse em vez de estarmos todos a falar em teoria, de modelos possíveis, de desejos, de virtudes, dizer: esta é a realidade. Claro que cada um poderá fazer o seu juízo político, se em 2007, determinada decisão foi bem ou mal tomada, mas nós devemos tomá-las no momento em que as temos que tomar, ou quem as tomou. Como é bom também sabermos que hoje, no patamar em que estamos, o custo de aumento da água atingiu o patamar máximo. Como sabem este ano, a água tem um aumento, um incremento de 1,1%, que está definido na fórmula; como é que se chega a esse montante? Índice de preço ao consumidor, índice do ferro, poder de compra. Está lá definido nessa fórmula. Como também é sabido, mas eu sobre isto não vou fazer futurologia, para estar a justificar uma coisa ou outra, como também é sabido, que a generalidade dos sistemas multimunicipais, estão a sofrer uma pressão brutal para se ajustarem no custo do utilizador-pagador. Isto também não é novidade nenhuma, mas a realidade é esta, e eu queria registar objetivamente, porque é que o custo da água tem o preço que tem. Há uma fórmula que é muito objetiva, representa 38,3% do que esteve nesta situação, e este custo, se fosse amortizado, teria naturalmente uma forma de ser resolvido e, portanto, dir-me-ão: mas por que é que foi encontrado este modelo de financiamento, apoiado numa PPP? Uma pergunta legítima. A resposta é, à época, os municípios, e em particular a Associação de Municípios, foi impedida de diretamente fazer a contração do empréstimo. Também penso eu que não é necessário estar aqui a lembrar nenhum dos senhores que, no modelo de concessão, mesmo onde há fundos de coesão, 80% são financiados, 20% são de capitais próprios. Quer isto dizer, que os municípios poderiam ter feito uma opção diferente na época, que era, eles, por si, terem contraído o empréstimo, para cobrir essa sua percentagem. Só queria fazer este parenteses, longo, percebo que tenha sido um bocadinho longo e se calhar irritante, para explicar o procedimento que esteve na origem deste contrato. E eu repito: eu não tenho que deixar de aceitar a liberdade, de quem quer que seja, de fazer juízos políticos sobre o momento, agora, não posso permitir que alguém queira afirmar, como aqui foi afirmado, de que



“sabe-se lá que interesse é que isto teve”. Eu tive o interesse em esclarecer para que todos pudéssemos refletir sobre esse momento.

Segunda parte: cito “Os municípios são que têm que definir o preço da água”. Eu acho esta frase excecional. É tão excecional como é aquela frase em que eu devo dizer à Troika para se ir embora, porque eu é que vou definir o preço do juro que eu quero pagar ao meu credor. É idêntico o princípio. Os municípios devem definir o preço da água, se e quando, pagarem o que devem, e a partir daí libertarem a sua independência, para tomarem essa decisão. É tão simples como isto. Quem tem um contrato, fê-lo em determinadas condições, está lá definido como é que se chega ao valor da água, se eu hoje quero tomar a decisão de qual é o preço da água, então tenho que lhes pagar para poder resgatar essa liberdade. “É tempo de não haver hesitações”, diz o deputado senhor Joaquim Santos. “E saber de que lado estamos, de um lado ou de outro?”. “De que lado está o presidente da câmara?”. “De que lado estão os presidentes da junta?”.

Mas eu penso que já tínhamos esclarecido isso. Nós estamos do lado daqueles que maioritariamente nos escolheram. Estamos do lado daqueles que votaram, e que depois disso sabem que conosco há responsabilidade. Sabem que estamos do lado da legalidade. Sabem que estamos do lado da responsabilidade social. Sabem que estamos do lado da defesa responsável e negocial, e não da demagogia que queira arrebanhar o populismo. Esta é que é a questão, e com isto eu não estou a falar para os movimentos. Acho que é perfeitamente legítimo que haja movimentos. Eu não deixo de ser cidadão por ter estas responsabilidades. Eu não deixo de ter uma opinião sobre o preço da água. Eu não deixo de olhar para concelhos vizinhos, e perguntar-me por que é que custa menos 30/40% neste ou naquele concelho. Eu não deixo de fazer essas perguntas, agora, há uma coisa que eu sei, é que tenho a responsabilidade de ter consciência social, e por ter essa responsabilidade é que, na última assembleia municipal abri conscientemente uma proposta, que se prende com a possibilidade de encontrarmos um modelo para aqueles que verdadeiramente têm dificuldades. Não deixarei de dizer que quem recebe 419 euros de indexante de apoio social, e que pode ter uma reforma de 190 euros, pensão mínima social, ter um custo de 25 ou 30 euros/mês, ou de 22 ou de 19 que seja por mês, com encargos de água, resíduos e de saneamento, em muitos casos numa pessoa idosa, corresponde a 10 por cento, ou a 15 por cento do seu rendimento



disponível. Eu tenho essa noção plena. Abrimos aqui a possibilidade de irmos a estudar o modelo em que, para famílias carenciadas, ou para famílias numerosas, pudéssemos encontrar um mecanismo para que esse esforço que essa família ou essa pessoa faz, não tivesse um peso tão significativo. À pergunta que o deputado Jorge Henriques faz, a resposta é, sim. Já temos a perspetiva de definir um critério de admissibilidade à tarifa social, e que no caso em concreto se pode aplicar. Estou a definir um critério de admissibilidade, não estou a definir um regulamento. Este regulamento está a ser trabalhado para vir a esta assembleia, tal como outros regulamentos, e vários regulamentos, nomeadamente os que dizem respeito à possibilidade de contrairmos contratos inter administrativos com as freguesias (que estamos impedidos de o fazer neste momento) virão à assembleia de abril. Mas dizia eu que, o critério de admissibilidade, poderá ser para casais exclusivamente idosos, maiores que 70 anos ou com um grau de dependência superior a 65%, clinicamente comprovado, se o rendimento “per capita” for menor que meio indexante de apoio social, isto é, menor que 209,61 euros, poder-lhe ser atribuída a possibilidade de aceder a uma tarifa social. Quero dizer que toda e qualquer pessoa que tenha a pensão mínima social, que são 197/199 euros, aquilo que consideramos o limite abaixo do qual é verdadeiramente um esforço brutal, essa pessoa poderá aceder a esta tarifa social. Tal como para uma família numerosa não iremos distinguir se são três dependentes, ou se é um dependente e três ou quatro ascendentes, ou dois, os que sejam, desde que o rendimento “per capita” seja inferior a 40% do rendimento mínimo mensal garantido, abrir essa possibilidade aplicando as regras de capitação que são calculadas para efeitos da segurança social.

Portanto, quero dizer que este principio está a ser desenhado, quero dizer que não sei qual é o impacto financeiro desta medida, porque ninguém tem uma caracterização social e económica para saber quem está nestas condições, mas quero referir que temos, isso sim, uma preocupação social de tentar abrir esta negociação alargando-a, naturalmente, a um processo que tem que envolver a concessionária objetivamente. E quer isto dizer, que este modelo obrigará a um eventual segundo aditamento a este contrato, na medida em que para incluir a tipificação das matérias de apoio social, a própria concessionária terá que remeter a ERSAR, para que ela se



pronuncie sobre este modelo de apoio social. Mas também aqui o disse na última assembleia, que gostaríamos de alargar este modelo também no saneamento e também nos resíduos sólidos urbanos, porque se uma pessoa tem dificuldades com os tais 199 euros para pagar água, também tem dificuldades para pagar o saneamento. E também não escondi, nem escondo, que este modelo terá que criar uma universalização alargada da incidência da cobrança do saneamento. Nós temos muitas redes de saneamento em que nalguns casos, na mesma rua, há possibilidades de ligação à rede e as pessoas não estão ligadas à ela. Quer isto dizer que estamos a estudar o mecanismo, para que a tarifa de disponibilidade da rede de saneamento se aplique, mesmo àqueles que não estão ligados, apesar de terem essa possibilidade.

As infraestruturas estão disponíveis para ligar, e isto permite cruzar a informação com uma questão que o deputado, António Dinis colocou sobre a diferença dos indicadores que aqui apresentou no estudo que fez, ou no esboço que fez, sobre a taxa de cobertura no concelho de Tondela, que é 64%. Eu recomendaria uma avaliação, que me parece mais sistemática, da diferença entre taxa de cobertura e disponibilidade. A disponibilidade é a rede que existe com possibilidade de ligação. A cobertura é onde eu tenho a possibilidade de ligar. No concelho de Tondela, salvo pequenas povoações que estão a ser resolvidas como Corujeiro e Penedo que estão em condições para ligar, salvo Litrela, Pedronhe, Guardão de Baixo e Guardão de Cima, e com isto já responderei ao senhor José Prazeres sobre a questão da água que neste momento está para ser distribuída, direi que, nomeadamente, o Guardão de Baixo já irá ser abastecido pelo novo reservatório, a ser concluído durante o mês de Março, e permitirá a estas quatro povoações ficarem abastecidas. Também para explicar que está previsto e está em plano de orçamento, presumo que tenha visto, o novo investimento, assim que haja fundos comunitários, para a remodelação da rede de água na povoação da Vila da Caramulo, com novas captações, com novos reservatórios, criando um sistema público não dependente eventualmente de outras fontes de abastecimento.

As únicas povoações que, no concelho de Tondela, não têm rede pública de água são, freguesia, agora povoação, de Silvares e Carvalhal da Mulher, Souto Bom, toda a área da união de freguesias de São João e Mosteirinho e pontualmente algumas pequenas povoações, sejam Tarrastal seja Pego Negro, de questões pontuais, ou



Figueiral ou estamos a falar de grupo muito pontuais. A taxa de cobertura, de disponibilidade de água, ronda os 90%. Efetivações de ligações são diferentes da disponibilidade que está na rede. É bom termos isto presente. E, portanto, para dizer que, nesta questão em particular, eu penso que nós devemos fazer uma avaliação do que estamos a dizer. A nossa disponibilidade, o meu empenho é garantir que aqueles que têm mais dificuldades possam ser acompanhados. É garantir uma visão social sobre este problema e, portanto, dizia, a questão que me parece também ser importante deixar clara, é que a sobretaxa não tem nada a ver com a fórmula de desvios de consumo de água. A sobretaxa está prevista, e é uma receita da Associação de Municípios independentemente do consumo da água. Esta sobretaxa da Associação de Municípios, que começou num euro, e que está hoje num euro e meio, é um valor variável que depende da Associação de Municípios. Não é uma receita da concessionária. Acho que temos que ser todos claros para sabermos o que estamos a discutir. E por que é que a Associação de Municípios tem esta receita? Porque apesar destes investimentos dos 23,8 milhões de euros que foram injetados pela concessionária à Associação de Municípios, ainda há uma fatura de quase cinco milhões de euros que está a ser paga à conta da sobretaxa e, portanto, estamos disponíveis para negociar também com a Associação de Municípios a possibilidade de discutir condições que nos possam aliviar de alguma forma os indicadores que aqui estão. É verdade que a empresa tem lucros, e terá que continuar a ter, eu penso ter percebido aquilo que os senhores perceberam: A empresa não tem nem lucros deferidos nem prejuízos deferidos, entrou com um prejuízo de vinte e tal milhões de euros, que há de ter sucessivamente lucros, há de passar a linha zero há de chegar a um lucro maior. Penso, que no final do contrato, a taxa média de lucro, ronda os 8%. Foi isso que eu ouvi, a taxa média de lucro. Mas também convém aqui dizer que, no grupo ADP (Águas de Portugal), em grande parte armadilhado durante os anos 90 até 2005, e sabemos em grande parte quais eram as forças dominantes politicamente na altura, tem taxas de rentabilidade em média acima de 5% sobre o fundo do tesouro. Não será necessário muitas coisas para explicar que são taxas de rentabilidade superiores a 10%.

Os sistemas multimunicipais que eu conheço das Águas de Portugal, devem também ser avaliados, e deveremos ver o que é que aí está e, portanto, eu quero com



isto dizer que estamos à vontade para o que seja, sem rodeios mas com este realismo. Dizia o deputado Jorge Henriques que é preciso acreditar. Agradeço a referência feita, mas eu também acrescentaria que, além de ser preciso acreditar, é preciso compreender, é preciso esclarecer, é preciso seriedade e é preciso verdade.

Muito obrigado.”

2.2. Apreciação das Atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro

O presidente da câmara interveio, com o constante do anexo 19. De seguida procedeu-se à visualização em diapositivos das atividades da câmara municipal, desde a última assembleia municipal.

O deputado Abílio dos Santos concedida que foi a palavra interveio os trabalhos. (anexo 20)

O presidente da assembleia continuou os trabalhos dando a palavra à deputada Vera Machado. (anexo 21)

Foi a vez do deputado Joaquim Santos, de seguida, de intervir:

“Eu tinha muitas questões para fazer, mas vou limitar-me apenas a duas observações ao senhor presidente: Primeiro, para lhe pedir para não falar mais em coligações negativas, a não ser que inclua lá o senhor José Prazeres, portanto, quando falar em coligações negativas, e queria que tivesse isso sempre em conta, quando fala em coligações negativas, se lembrasse de março de 2011. Isso é que foi uma verdadeira coligação negativa.

Acerca deste assunto, o senhor há bocado quando falou aqui sobre o projeto “Plantar o Caramulo”, e quando disse que era sem qualquer apropriação, virou-se para mim eu sei porquê. É que, efetivamente, a câmara tentou apropriar-se do projeto, concretamente das pessoas e das organizações que estiveram, portanto, mobilizadas para a recolha de fundos para a compra das árvores. Não tem mal nenhum, aliás, a câmara deve promover isso, deve ser o motor, deve ser a máquina do comboio, agora não pode



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

é omitir, portanto, toda a envolvência que houve de terceiros, e se o senhor reforçou a palavra “sem apropriação” da câmara municipal, eu sei porquê. É porque também a câmara municipal já foi chamada à atenção por causa desse problema, e sobretudo do aparato que fez na comunicação social, esquecendo, portanto, as outras partes envolvidas.

A esse respeito, daqui, só queria pôr-lhe duas questões, portanto, que têm a ver com a freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas. Lembra-se que na última sessão falámos aqui sobre aquela questão do alcatroamento e da qualidade do alcatroamento. Portanto, já se passou este tempo todo, eu há tempos estive nos serviços técnicos da câmara, o engenheiro Costa disse-me que já tinha avisado o empreiteiro, o que é certo é que, agora, aquela estrada continua cada vez a deteriorar-se mais. Quero saber qual é a perspectiva de reposição, portanto, do pavimento naquelas vias, portanto, da Avenida da Escola e do Carregueiro junto à associação, como é que isso está?

Muito obrigado”

O presidente da câmara municipal, a quem foi dada a palavra respondeu:

“Senhor presidente da mesa, muito obrigado.

Começo por dizer que em relação à casa mortuária de Tondela, naturalmente, que é uma preocupação; como é sabido ainda no mandato anterior, foi feito um acordo de aquisição do edifício do antigo quartel com os Bombeiros Voluntários de Tondela, e está a ser cumprido esse acordo. Só não concluímos o projeto, porque como é uma das obras que vamos querer candidatar ao overbooking, aliás, essa obra já tem o concurso a decorrer e esperamos até ao dia 31 de março ter a adjudicação feita, porque é condição necessária para aceder ao overbooking. Mas, não deixarei de dizer que, aceder ao overbooking não é garantia de financiamento. É garantia de nos posicionarmos à porta de obter financiamento. Obviamente que se tivermos financiamento já, ela terá um grau de execução mais célere, se não tivermos financiamento já, ela terá um grau de execução mais lento, para tentar no novo quadro obter o seu financiamento. É uma obra que está para concurso, salvo erro de aproximação, por 240 mil euros, à volta disso. Está, como eu digo, já em concurso.



A questão da iluminação pública, para esclarecer o seguinte: toda e qualquer lâmpada que não esteja desligada por razões de eficiência energética, isto é, que esteja fundida, deve ser comunicado o facto. Qualquer cidadão o pode fazer para o número que é indicado pela EDP. Foi das primeiras reuniões que tivemos com os presidentes de junta, em outubro, foi com as juntas de freguesia e com os responsáveis da EDP para lhes fazermos sentir que estávamos desagrados, descontentes, e não aceitaríamos que se mantivessem situações em que, lâmpadas ou troços de ruas, estivessem quatro, cinco meses sem serem reparados. Foi assumido aí um compromisso, em que haveria outro grau de celeridade para essas situações, e ficou aí dito que qualquer situação que se desvie daquilo que eu considero aceitável, que são quinze dias, vinte dias no limite, deve ser comunicado à câmara, para que a câmara possa também exercer a sua pressão sobre este operador. Convém ainda acrescentar a este propósito que, há quinze dias, três semanas dirigi uma carta a todas as juntas de freguesia, para também explicar outra questão. Como tudo na vida, as dinâmicas devem ser acompanhadas em função da evolução, e é provável ou possível que há dois ou três anos atrás, tenha havido determinada rua onde se tenha desligado uma lâmpada, porque não se justificava, e noutro sítio ficasse uma ligada e, entretanto, com a evolução, ou porque a pessoa deixou de lá viver, ou porque foi viver para outro sítio, ou porque outra casa surgiu ao lado, desde que se mantenha o número, 50% ligado, 50% desligado, nós admitimos a possibilidade de poder haver permuta de lâmpadas, só que esta decisão já não pode ser feita pelo presidente de junta diretamente, nem pelo cidadão que ali vive. Deve ir ao presidente da junta, este remete-nos uma proposta de alteração para toda a freguesia, porque isto tem um custo que tem que ser pago. Não vai lá hoje o técnico da EDP ligar uma lâmpada e daqui a quinze dias irá à outra rua ao lado fazer o mesmo com outra lâmpada, ou desligar. Faz uma reavaliação da freguesia, apresenta-nos uma estratégia com base nessa reavaliação, e nós, naturalmente, articularemos com a EDP essa alteração, portanto, o princípio é este.

Agradeço à Vera Machado a referência ao Projeto Tondela + 10. Naturalmente, que esse é o nosso objetivo, que não seja um mero conjunto de estágios, mas que seja acima de tudo oportunidade de negócios que daí possam surgir.



Senhor deputado Joaquim Santos: “O Plantar o Caramulo” é um projeto, repito, que privilegia, que valoriza, e que envolve voluntários e instituições de mais identidades, em que todos são referenciados, e em que todos têm espaço de atuação. O município não ficará mais pobre ou mais caro em função das árvores que compre ou que não compre. É uma questão menor, o importante é encontrar uma plataforma que possa organizar as tarefas. Aquilo que eu acho que seria a pior solução, era não haver nenhuma liderança neste processo, e que cada um, de forma aleatória, fosse fazer o que lhe apetecesse. Não, assumimos essa liderança, assumimo-la num grau de parceria, e confesso-lhe, sem nenhuma preocupação de apropriação. O meu objetivo é que, hoje se faça esta ação do dia 22, e que durante o ano, durante o tempo que seja necessário, todo e qualquer movimento se dirija a uma entidade que tem que coordenar e diz: Meu amigo eu tenho trinta pessoas/cinquenta pessoas, queria plantar esta zona. Primeiro: Qual é a espécie que me recomenda? Segundo: Quando é que eu o posso fazer? Porque em muitos dos casos implica também mobilizações e preparações dos solos. Portanto, queria que isto ficasse claro, e com toda a clareza de pensamento sobre esta questão.

Sobre o assunto colocado acerca das vias em Vilar de Besteiros, a empresa está notificada, e naturalmente não vai resolver o assunto enquanto estivermos em tempo de chuva como estamos. Não é só o caso das vias referidas, como em particular, encostado ao muro de betão do lado direito de quem se desloca para a igreja, obrigará a cortar o pavimento para executar valetas revestidas, ou de outra forma, que terão que ser executadas. A empresa sabe que tem estes trabalhos para fazer e, naturalmente, com este tempo de chuva com que estamos, não é possível fazê-lo. Sabe que o tem, e tem uma comunicação minha datada de 18 de dezembro de 2013, a dizer claramente isto.

Obrigado.”

De seguida, foi a vez do deputado Ventura Gonçalves intervir:

“Boa tarde a todos.

Obrigado ao Senhor Presidente da Mesa por esta oportunidade.

Eu queria responder aqui, ao senhor Abílio Rodrigues dos Santos, mas como ele já foi embora, eu vou fazer a resposta na mesma sobre o assunto das lâmpadas. Recebemos já a referida carta do senhor presidente da câmara e estamos a fazer a



correção da situação de algumas lâmpadas que realmente já foram repostas, algumas que estavam avariadas, mas passado um dia ou dois, algumas ficaram na mesma. Havia lá algumas, em muitos casos, danificadas com tiros de pressão de ar, o que o senhor funcionário nos chamou à atenção. Estamos a fazer um levantamento e a ver um ou outro caso pontual, a analisar os pontos em que podemos pôr algumas ou tirar outras.

Quero aqui referir que nalguns pontos estes levantamentos acabam por ser difíceis, porque na antiga freguesia há muitas lâmpadas e muitos postes em locais privados, e vai ser um bocadinho complicado, realmente, agora, tirar lâmpadas nalguns pontos. Queria dizer aqui ao senhor Abílio que temos estado a fazer o levantamento, e o caso pontual que ele está a focar, que é já de há muito tempo, e também que há muita população às escuras, não é para esquecer, mas vamos fazer aquilo que deveria ter sido feito no seu tempo. Mas ele gosta de fazer estas coisas.

Muito obrigado”

2.3. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O presidente da mesa fez a abertura do ponto com a passagem da palavra ao deputado José Manuel Mendes:

“Boa tarde. Mais uma vez aproveito para cumprimentar a mesa. Aproveito também para cumprimentar todos os presentes, incluindo o grupo de cidadãos e todo o público em geral que esteja presente.

Venho aqui no sentido de: primeiro, louvar e dar os parabéns à câmara por este número de obras e ações que tem vindo a desenvolver. Também não posso de deixar de dar aqui, é claro, os parabéns ao senhor presidente da câmara pelo salão nobre que é de nós todos e que ficou muito bonito, após as obras. Nós quando mudámos de local, aqui para esta sala (embora haja pessoas aqui há mais tempo do que eu, eu já cá ando há 24 anos), portanto, deixou-me uma certa saudade o salão antigo, mas também vimos com grande satisfação aquele salão renovado. Lanço aqui um desafio, ao senhor presidente da câmara e ao senhor presidente da assembleia, para que a próxima assembleia seja lá realizada, porque tem condições e é uma forma de também de todos os elementos que fazem parte desta casa se aperceberem das obras de requalificação e da beleza com que ficou.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

Em segundo lugar, também quero aqui deixar uma palavra de apreço e de amizade ao membro desta casa, ao Dr. Cílio Correia, para que o filho tenha as melhoras que todos nós desejamos, e louvar também a ação e o modo como esta assembleia decorreu. Reforço aqui, e vou falar na pessoa do senhor Joaquim Santos para ser mais comedido nas palavras que emprega, porque isto é uma casa que merece respeito e que não merecemos ser tratados da forma como somos tratados.

Dar também os parabéns à Folha de Tondela pelos seus 108 anos, comemorados salvo erro, este mês, e desejar a todos um bom carnaval.

Muito obrigado”.

O deputado Jorge Henriques apresentou a moção do PSD constante no anexo 22.

Colocada à votação a mesma foi aprovada por maioria com os votos contra de Joaquim Santos, Ana Raquel Rodrigues, Jorge Batista e José dos Prazeres e as com as abstenções de António Dinis, António Almeida Dias, Jorge Marques e José Oliveira Dias.

Foi dada a palavra ao deputado António Dinis para apresentar a sua declaração de voto:

“Serei muito rápido. Obviamente nós concordamos de todo com tudo o que seja benefícios para a nossa região, não podíamos estar mais de acordo em relação a isso, agora, os termos que foram aqui apresentados: informar o governo do interesse, eu acho que reivindicar, não pedir, não solicitar, informar, acho que basta ler aquilo que foi os nossos manifestos eleitorais de todos os partidos para saber do interesse, que temos todos, em que este via seja colocada ao serviços das populações, portanto, acho que essa é a razão do nosso sentir Na abstenção, concordamos na essência com tudo que seja valorizador da região, agora, informar basta ler os nossos manifestos eleitorais dos partidos todos, para estarem devidamente informados”.

Idêntico procedimento foi feito pelo presidente da mesa da assembleia para com o deputado Joaquim Santos que apresentou a sua declaração de voto:

“Em coerência com a votação anterior, e porque esta proposta contradiz aquela anterior que aqui não foi aprovada, e indo ao encontro com aquilo que sempre foi a posição muito clara do Partido Socialista, quer a nível local quer a nível regional, entendemos que a solução é um IP3 requalificado e uma autoestrada nova portajada”.



3-Período aberto ao Público;

Neste ponto, o presidente da mesa da assembleia indagou junto dos presentes quem se perfilava para intervir. Inscreveram-se os cidadãos Júlio Daniel Rodrigues, Luís Filipe da Costa Figueiredo, Luís Henriques Pereira Brás Marques, Joaquim da Silva Mendes dos Santos, todos se apresentando como membros do MUAP - Movimento dos Utentes das Águas do Planalto, para além Jorge Henriques Rodrigues, António Manuel Dinis Ribeiro Marques, Felisberto Henriques Figueiredo e Marina Olga Fonseca Egrejas Leitão Amaro.

Foi dada a palavra ao cidadão Júlio Daniel que preparou a apresentação em “power point” do MUAP e das suas reivindicações. Informado sobre o tempo disponível para a sua intervenção, que considerou mais do que suficiente foi-lhe, no entanto seguido tempo da parte de Luís Filipe da Costa Figueiredo e de Joaquim da Silva Mendes dos Santos. Feita a referida apresentação. (anexo 23), foi a vez do cidadão Luís Henriques Pereira Brás Marques solicitar a palavra e intervir:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados, público em geral.

Agradeço, desde já, a oportunidade que me deram para me pronunciar.

Eu vou ser muito breve. Penso que também já foi dito pelo meu colega do movimento. Tinha aqui mais ou menos para começar, o relatório do tribunal de contas. Penso que o senhor presidente da câmara já disse que, de facto, concorda na essência com o que lá diz: Também não concorda com as PPP's. De qualquer maneira chamo só à atenção, portanto, as conclusões, os contratos, as clausulas que prejudicam o interesse público e as taxas de rentabilidade inaceitáveis. De qualquer maneira aquilo que me leva a vir cá falar é que, de facto, o senhor presidente da câmara socorreu-se muito, e penso que também o senhor deputado Jorge Henriques sobre a ERSAR e, de facto, tenho aqui no Diário de Noticias e noutro jornal, que o parecer da ERSAR diz claramente que a reguladora chumba mudanças que favorecem o parceiro privado, e diz: “A segunda



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

revisão do contrato da PPP – Águas do Planalto, favorece o parceiro privado em detrimento do interesse público”. Depois vou ler aqui o parecer de uma entidade que penso que é independente, que é apartidária também, e que diz que de alguma forma (vou dizer aqui só alguns itens): “Ramais de ligação, vistorias e colocação de contador, são alguns dos serviços que a nova proposta do contrato das Águas do Planalto prevê cobrar nos municípios que integram a Associação de Municípios, situações que a entidade reguladora dos serviços de água e resíduos rejeita por constituírem um obstáculo económico ao sucesso ao serviço. A reguladora defende que as tarifas a cobrar, bem como a reposição do equilíbrio financeiro devem ser alterados no segundo aditamento ao contrato desta PPP para o setor das águas, o qual foi aproveitado para melhorar as condições do parceiro privado. Uma revisão imposta pela legislação aprovada em 2009, fazendo este contrato parte dos 33% dos relatórios que o tribunal de contas verificou, afere como estando em vias de revisão para contemplar as alterações legislativas. O parecer da reguladora a que o DN teve acesso, refere que não se consideram admissíveis duas alterações ao contrato inicial, relacionadas com a reposição do reequilíbrio financeiro por constituírem uma diminuição do risco da concessionária, isto porque no contrato inicial de 1997, previa-se que as cinco câmaras concessionárias teriam de pagar ao parceiro privado sempre houvesse uma variação superior a 15%, nos consumos mensais médios de água. Na primeira revisão do contrato em 2008, este valor baixou para 10%.” Aliás, uma das principais alterações ao contrato efetuado em 2008 – o alargamento da concessão de 15 para 30 anos – que como o meu colega já referiu, a nós parece-nos ilegal. Recebeu parecer negativo do então IRAR, organismo que a ERSAR veio substituir em 2009. Então se ele, efetivamente, deu parecer negativo por que é que se fez? “A prorrogação afigura-se indesejável do ponto de vista da concorrência”. Refere o parecer então emitido, e ao qual o DN também teve acesso. Eu pergunto: de facto, o senhor presidente da câmara há bocado e muito bem, disse que havia o interesse de cada câmara pegar em três milhões de euros e pagar à concessionária. Para mim o mais grave que aconteceu é que, de facto, a indemnização que se previa que era de 5% da faturação do ano anterior vezes os anos que faltam, passou para 15 a 30% vezes sobre o rendimento do ano anterior, vezes uma data de anos para a frente, o que para mim é muito grave, sinceramente. Na minha perspetiva, isto



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

quem fez, não sei quem foi, entendo que se deveria averiguar. Isto apresenta claramente uma gestão danosa, ruínosa para o município e, particularmente, para os utentes do qual eu tento entregar porque é de elementar justiça, e agradeço mais uma vez a oportunidade que me deram em falar”.

Foi, de seguida, a vez do presidente da câmara intervir nos trabalhos:

“Senhor presidente da assembleia e membros do Movimento.

Eu se tivesse dúvidas da razão pela qual se tornou necessária a ação do dia 20, não as teria agora e, portanto, sem querer dirigir nada em particular ao deputado Joaquim Santos, sem querer chegar a isso sequer, estou cada vez mais convencido que foi importante percebermos o que está por trás desta concessão. Foi importante, aliás, o engenheiro Júlio provavelmente $2/3$ ou $3/4$ da intervenção, decalçou muitas das intervenções dos resultados e dos pontos de partida que aqui foram apresentados. Afinal eu não tenho dúvidas que foi importante aquela ação para sabermos a condição de partida. De uma forma geral o que aqui está, do ponto de vista do princípio eu direi: em democracia, a cidadania é o pilar da democracia e, portanto, é importante nós termos movimentos genuínos, espontâneos, responsáveis no sentido da seriedade das propostas, para que todos possamos discutir, conversar e saber que nem sempre a razoabilidade está afastada destes movimentos. Há aqui questões com que eu penso que qualquer um de nós se identifica e, portanto, a primeira nota que eu quero dar é agradecer a forma, da cordialidade, da serenidade e da forma tranquila como a vossa apresentação foi feita, e digo-o com toda a clareza e sabem que penso isto. Defendo sempre o modelo, tanto quanto possível, com esta serenidade. Em boa verdade em que é que estamos aqui a bater? Primeiro ponto: as condições de partida são por todos conhecidas. Há ou não há ilegalidade, que é a pergunta formulada sobre o modelo de aditamento em 2007, sabendo que: 1- câmaras e assembleias municipais não se pronunciaram. Claro que eu já expliquei porquê, quem tomou a decisão, na altura, entendeu que esse assunto da concessão estava do lado da Associação de Municípios, e assim sendo, a câmara e assembleia estavam dispensadas. Eu acho que essa questão, neste momento, está devidamente enquadrada. Como é sabido, o movimento, em particular através de um cidadão, no caso como disse há pouco, o Luís dirigiu à Procuradoria-Geral da Republica



um conjunto de questões, que em grande parte decalcam aquelas que aqui foram reproduzidas e, portanto, que em grande medida tem por base um conjunto de pensamento onde pergunta claramente se houve ou não houve esse respeito, se existe ou não legalidade, e se, em que condições. Eu direi sobre essa matéria, sendo uma matéria que está na esfera da Procuradoria-Geral da Republica, que por sua vez remeteu ao tribunal administrativo e fiscal, eu penso que nenhum de nós vai fazer futurologia sobre essa interpretação. Ela está colocada no sítio em que tem que estar. Há órgãos de investigação e como sabem os municípios, sabe o Luís porque pediu no seu requerimento à luz do segredo de justiça que fosse informado dos passos entretanto dados, eu recebi, e tenho a certeza que os demais municípios receberam na passada quarta-feira, uma comunicação para que se pronunciassem no período de audiência, que decorre durante trinta dias, para em fase de inquérito dizer o que tem para dizer, e muitas das questões que são colocadas, e que já tive oportunidade de responder, e essa resposta já foi dada ao movimento através de um cidadão que o solicitou, sim, os municípios, em particular o de Tondela, em dezembro de 2007 fez um encaixe de 1,5 milhões de euros. Sim, é verdade que este modelo de renegociação não foi objeto de deliberação nem de câmara nem de assembleia municipal. São os únicos dados objetivos que existem. É com base nisto que as entidades competentes têm que se pronunciar sobre a legalidade ou não legalidade. Se há alguém que quer transparência, somos todos nós. Se me perguntam se as condições são, ou poderiam ser outras se não estivéssemos amarrados, sim, portanto, o ponto de partida é este. Eu quero deixar bem claro, como é verdade que o aditamento está disponível na página do ERSAR, está disponível na página das Águas do Planalto, portanto, esse dito aditamento de 2007, percebo a questão política que, o senhor deputado Joaquim Santos queira colocar quando diz: “Dêem-me isso.”. Ele está disponível. O aditamento está. Há aqui um pormenor que me permita discordar, engenheiro Júlio sobre a taxa de rentabilidade. Eu registei 41%. Não me parece que isso seja verdade. Não estou a pôr em causa os dados que estão a ser ditos pelo comentário que eu há pouco fiz, isto é, a taxa tem que ser vista desde o início do ano até ao último do ano. Tenho a certeza que aquilo que está no modelo deste aditamento é que há uma taxa de rentabilidade média, e caso a rentabilidade fosse superior ao teto que ali está, obrigatoriamente tinha que baixar o



preço, porque não pode exceder aquela taxa de rentabilidade, e que, presumo, estará calculada com lucros e prejuízos deferidos no fim do período dos vinte anos, em 8%.

Estes são os dados que eu tenho essa questão.

É possível remunicipalizar e em que condições? É a pergunta que eu faço. E eu direi: desde que eu seja capaz de resgatar o ponto de partida. Esta é que é a questão de fundo. É óbvio que se concluísse que há uma ilegalidade processual, naturalmente que o problema caía aí. Claro que com estas questões, daí adviriam outras. Ninguém perde 20 milhões de euros e fica de mãos cruzadas, como é óbvio, mas isso é outra questão. Eu não sei se é possível remunicipalizar. Eu direi: nas atuais condições, eu vejo estas dificuldades, e só identifico uma solução que não estamos em condições de a fazer, portanto, não me surpreende que o tribunal constitucional, aliás há pouco disse-o, tenha a interpretação de que houve condições altamente, ou supostamente vantajosas para o operador privado, já que este modelo de financiamento é um modelo decalcado das PPP's, das parcerias público-privadas, e não há nenhuma parceria que não esteja associada a custos financeiros elevadíssimos. Para termos uma noção, uma PPP em média no fim do período de vigência, tem três vezes o capital pago, sobre aquele que foi inicialmente investido, porque também os bancos estão a ganhar brutalmente com essas PPP's, aliás, quando se falam dos valores que estamos a discutir de 7 mil milhões, que foram renegociados PPP às rodoviárias, tem a ver com a renegociação das taxas de juro que os bancos estavam a levar por estes valores brutais. Não me surpreende, aliás, seria atípico que o tribunal de contas não reconhecesse que há uma fragilidade da entidade pública em todos os modelos das PPP's, porque foram sempre assim feitos, e sem querer fugir da questão, quando eu há pouco falava da autoestrada, tem a ver com isto. Tem a ver com as indemnizações compensatórias, que se não forem acauteladas estarem lá revertidas.

Eu penso que já respondi às questões que me colocaram, mas há ainda a considerar: separação de contas em sede da Associação de Municípios? Há. Entre o setor água e o setor resíduos.

Sobre a questão que a ERSAR tem sobre a concessionária, já comigo na Associação de Municípios no sentido da necessidade de as Águas do Planalto ajustarem o seu o modelo à componente social que está prevista no acordo, isso implica um



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

segundo parecer da ERSAR. O município terá sempre a preocupação em defender aquilo que seja o equilíbrio entre o interesse dos seus munícipes e acima de tudo a legalidade dos atos. Estou convencido que, à época, quem tomou as decisões que tomou, fê-lo conscientemente e suportado em pareceres jurídicos. Não deixarei de dizer que, ontem, a Associação de Municípios tomou uma decisão que é constituir uma equipa de juristas para interpretar, discutir, suportar a defesa das autarquias neste processo, até porque bem ou mal, não interessa agora a questão, nenhum dos atuais presidentes de câmara que estão na Associação de Municípios foram os que tomaram as decisões, e com isto não quero dizer que os órgãos não sejam solidários. Ninguém interprete o contrário. As pessoas são solidárias. Obviamente que, perante uma questão que começa a necessitar de um outro tipo de sustentação jurídica, há que constituir uma equipa que possa responder àquilo que é solicitado, e que possa avaliar de toda a legalidade que possa estar em causa. Dito isto, repito: da nossa parte acompanharemos com especial atenção este processo, abriremos a porta como há pouco tive o cuidado de explicar de que, independentemente do desfecho desta operação, se abra um processo de apoio a famílias carenciadas, no quadro que aqui retive, e que este enquadramento seja refletido dentro da concessionária. É este o nosso ponto de partida.

Eu não direi que não estamos amarrados ao que atrás referimos, mas digo: eu não sinto que possamos discutir o que outros estão a discutir, porque quando se fala da câmara de Vila Real que tomou a decisão de não entrar, claro, não entrar, não é de sair, em particular nas condições em que aqui estão, eu não tenho dúvidas, pelas razões que vos disse há pouco.

Se estivéssemos sem o problema da amortização do capital, e aliás, um dos slides referia isso, o preço metro cúbico estaria nos 56 cêntimos, que é um preço muito equilibrado para o custo da exploração. O problema como sabem, e não o quero esconder, no nosso preço estão duas componentes: está um valor de amortização de investimento e está um valor de exploração de sistema.

A realidade é esta, e quero-vos de novo dizer que agradeço a forma como o fizeram, e acima de tudo muitos dos dados que aqui estão, vêm confirmar aqueles com que nós abrimos a discussão no dia 20, e não foi com outra intenção que não fosse partilharmos a preocupação. Eu acho que nenhum de vós deve ter dúvidas de que quem



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

está deste lado, um decisor político, ou que tenha responsabilidades públicas, a primeira coisa que quer ter é uma condição de procurar para os seus concidadãos os menores custos para o melhor serviço.

Acho que é a obrigação de todos nós. Tudo o que tenha a ver com a garantia da qualidade de serviços e menores custos deve ser uma preocupação de qualquer decisor. A minha é, desde que eu tenha liberdade de ação, ou desde que nós a tenhamos. Quando digo eu, município, não estou a falar por mim, José António. Desde que nós município tenhamos liberdade de ação. No atual quadro não temos essa liberdade. Vamos tentar conquistá-la a pequenos passos. O passo da dimensão social, o passo de tentar rever, renegociar pequenas questões. É óbvio que do outro lado há uma empresa. Vamos ver se eu consigo ser claro: eu não posso pôr em causa os interesses legítimos que a empresa tem, eu tenho é que defender os nossos interesses. É óbvio que a empresa tem interesses que lhe foram facultados ou que os constituiu, no quadro de uma negociação que então lhe deu esse poder. Esta é a questão de base. Dir-me-ão: e por que é que assim foi? Porque as condições à época, peço-vos que não se desviem da época em que estávamos. 2007 foi o “Boom” das parcerias. Toda a banca e mais alguma. Não havia dificuldades em parcerias. O próprio governo de então, e não estou a com isto a fazer nenhum juízo político, estimulava as parcerias. Nessa altura, os municípios e as associações de municípios foram impedidos de ir à banca, à conta da célebre lei de limite de endividamento, tapou-se de um lado, abriu-se muito pior do outro. Fomos impedidos de fazer financiamento mas abriu-se a porta de aderir às parcerias que são brutalmente mais caras de que qualquer empréstimo bancário. A realidade é esta e, portanto, o quadro de partida é este. Da nossa parte, e da minha em particular, da câmara e da assembleia municipal, não tenho dúvidas por falar por todos os membros da assembleia municipal, há esta preocupação. Vamos ver qual é o desfecho deste processo de avaliação das normas processuais jurídicas, estaremos disponíveis para prestar as informações.

Eu acho que quem tomou a decisão em 2007, também se sustentou em pareceres jurídicos, mas como nós sabemos, por vezes a mesma pessoa tem duas opiniões, o que fará dois advogados, e portanto, esta é que é a questão, mas agradeço-vos.”



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 20-02-2014

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente sessão da assembleia municipal e foi lavrada a presente ata para constar.

O Presidente: *Isidoro*

O 1º Secretário: *Sandra Patrícia Almeida Correia*

O 2º Secretário: *Luciano Alves de Costa*



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhores membros da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores

O facto de estarmos próximos da data carnavalesca não serve de desculpa para que alguém, seja quem for, ouse fantasiar-se com trajes ofensivos à dignidade dos portugueses, tentando esconder uma desgraça iminente, por conta de um período pré-eleitoral que se avizinha.

Quando o Primeiro-ministro de Portugal se ridiculariza de orgulho ao dizer que **“os portugueses estão pior, mas o país está melhor”**, reitera a sua falta de respeito pelo povo e, ao ultrapassar a linha que separa a dignidade do descaramento, assume-se como altista ou está a desafiar o nosso direito à indignação.

O seu (do primeiro-ministro) país só podem ser aqueles vilões que se escondem por detrás da espessa cortina ultraliberal, mascarados de honestos banqueiros, de honestos especuladores financeiros, de activistas da distribuição e de mercenários de colarinho branco, pagos por criminosas organizações que controlam e comandam os governos de gente assim, de tão permeável dignidade! Não haja dúvida - para estes, o país está melhor! O país está muito melhor!

Mas não é esse o meu país!

O meu país é este, cuja realidade consta dos relatórios do próprio FMI e da Comissão Europeia, que sublinham a precaridade e a insustentabilidade da fraca consolidação orçamental; o meu país é este, onde nos últimos 32 meses de uma desgraçada governação, assistimos ao **aumento da pobreza**, das **desigualdades** e da **emigração**; assistimos ao **ataque feroz** à classe média, ao **aumento da dívida** e à **diminuição do rendimento** disponível das famílias.

Ao **roubo das pensões**. O crescimento económico recuou, durante estes três últimos anos, retirando à economia **9,1 MM de euros** e atirou-nos para níveis do final do milénio passado! As exportações, que têm vindo a minimizar os efeitos de tudo isto, crescerem, em 2013, apenas **metade do ano anterior**; o investimento direto estrangeiro **diminuiu 82%**, desmentindo os anunciados índices de confiança na nossa economia; as falências subiram, no último ano, cerca de 50%.

Este, sim, é o meu país! Este é o nosso país!

E o desemprego? Em finais de 2013 eram **826 700** os inscritos - **mais 151 700** que no primeiro trimestre de 2011 – **um aumento de 23%**!

Assistimos ao **recorde do desemprego juvenil**, com **137 mil** jovens entregues ao sustento dos seus familiares ou à desgraça;

Os quadros com ensino superior, são **mais 67 800**, um aumento de **87%**, atingindo já os 148 mil.

Mas não podemos esquecer os **275 mil desistentes**, sendo que 127 200 foram vítimas destes últimos dois anos e meio de governação - um **aumento de 86%**.

Este país, que para o Primeiro-ministro está melhor, conta **com 1 milhão e cem mil desempregados e desencorajados**, elevando a taxa real de desemprego para **20,4%**! Isto, claro, sem contar com os **200 mil emigrantes** da nova geração, que tiveram de abandonar o país que neles investiu – o seu país! O meu país, o nosso país!

Por efeitos desta governação, os únicos empregos que se criaram circunscrevem-se àquele número infundável de marionetes de gabinetes, beneficiários de promessas partidárias, numa descarada e nunca vista promiscuidade entre o Estado e os partidos, como nunca se assistiu; sem um pinga de vergonha, mas sem perdão!

Apesar disso, sobra-nos, miseravelmente, um **saldo negativo de 331 500** postos de trabalho **destruídos por este governo** e suas políticas de infame austeridade.

Mais ainda,

A toda a tragédia social, cada vez mais consolidada na baixa do rendimento disponível das famílias, que é **de menos 5,6 MM de euros** (-4%), junta-se o aumento exponencial da dívida pública, que ascende agora a cerca de **220 MM** de euros e com um défice orçamental que, apesar dos tamanhos sacrifícios impostos aos portugueses, se reduziu em apenas 1,8%, e, mesmo assim, graças a receitas extraordinárias., **fruto de uma liquidação total do nosso mais valioso património**.

Entretanto, iludem-nos com um país melhor!

Apesar desta realidade, em que a dívida pública, em 32 meses, subiu de 96% para cerca de **130% do PIB – e perguntamos onde foram parar mais de 50 MM de euros** - incitam-se os acólitos, que se ordenam, de estandarte erguido, anunciando a procissão, como se o mundo estivesse suspenso no pendão das suas heresias! Erguem-se festas de circunstância, anunciam-se oferendas aos protetores, cantam-se glórias aos governantes altíssimos, que já, da própria sombra, até medo sentem!

No entanto, e pela primeira vez nos últimos 40 anos, o **índice de desenvolvimento humano baixou** em Portugal. A taxa de natalidade atingiu o mais baixo nível de sempre, e o nosso país, que aos olhos do Passos Coelho está melhor, **baixou 7 lugares** no *ranking* da competitividade.

Então, que país é este, afinal?

É um país em queda livre, já ultrapassado pela Lituânia, no rendimento *per capita*, mas que não quedará por aqui – é a própria Comissão Europeia que denuncia a fragilidade da criação de emprego, do investimento público e privado, mas que nos atropela com mais medidas de austeridade, avaliadas em **3,9 MM de euros**, com que nos brindarão até final de 2014!

Este é o meu país!

Mas falemos também do nosso concelho!

Como estará o nosso concelho?

Das contas certas e consolidadas, como se apregou aos 4 ventos em período eleitoral, neste território maravilha, de repente passou a ouvir-se nos corredores caseiros – **“não há dinheiro” ! “não há dinheiro”!**

Será que houve mais um assalto ou, afinal, as contas eram outras? Mas, mais estranho que não haver dinheiro, é o sepulcral silêncio que consente o facto de não haver dinheiro! Num concelho onde se dá abrigo a charlatões que nos prometem milhões, mas apenas nos dão uns tostões, já não há decoro nem moral.

Vivemos mesmo em época de carnaval.

Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

Ø grupo parlamentar do Partido Socialista



**GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

Carnaval 2014

Nos dois últimos anos, a câmara municipal de Tondela, seguindo as recomendações do governo, não deu tolerância de ponto aos seus funcionários no dia de Carnaval. No ano passado, mas de 200 municípios portugueses decidiram não acatar a sugestão e deixaram que os seus colaboradores pudessem gozar aquele dia que, depois de Salazar, só Cavaco Silva ousara retirar.

Este ano, certamente, serão muitos mais...a maioria esmagadora dos municípios portugueses darão tolerância de ponto aos seus funcionários.

As empresas privadas, que são, afinal, as que produzem riqueza, encerrarão portas na próxima 3ª feira!

O pequeno comércio tondelense, sobretudo ligado à cafetaria e restauração, que em anos idos tinha casa cheia, viu, neste últimos dois, o seu movimento normal de um dia comum diminuir, porque os tondelenses foram saborear o carnaval para outras paragens em concelhos vizinhos.

Afinal, manter as portas do município abertas, não é mais que uma medida ideológica de seguidismo, contrariando a tradição carnavalesca do povo português e, sobretudo, o hábito que os tondelenses granjearam com a organização do seu próprio desfile de entrudo.

Quem ganha com isso? Ninguém!

O anterior presidente da câmara admitiu, quando confrontado neste local, que o resultado financeiro da abertura de portas da câmara municipal, no dia de Carnaval, se traduziu em resultados financeiros negativos, como seria de esperar!

Não aceitamos desculpas com a crise, e não nos falem no aumento da produtividade, porque nos farão rir; não nos julguem como ignorantes nem nos sujem com fundamentalismos ideológicos.

Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

O grupo parlamentar do Partido Socialista





GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Proposta de Recomendação

O carnaval é uma das mais antigas tradições do povo português e uma das mais honestas formas de exercer o direito à crítica, numa saudável homenagem à Democracia.

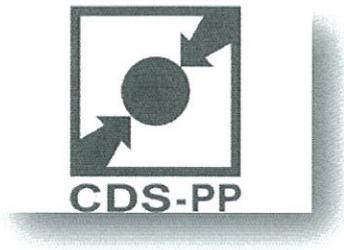
O concelho de Tondela, durante anos, mobilizou-se para o seu desfile carnavalesco, envolvendo associações, autarquias e, principalmente, as pessoas, desafiadas a puxar pela sua veia crítica e artística;

Considerando que a abertura dos serviços municipais no dia de carnaval não traz qualquer benefício nem às pessoas nem ao bem comum, a assembleia municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária no dia 28 de fevereiro de 2014, recomenda ao executivo municipal:

- 1 - Que se pronuncie pela tolerância de ponto o próximo dia 4 de março, dia de Carnaval.
- 2 - Que um eventual desfile de carnaval, em colaboração com as entidades recreativas, culturais e autárquicas regresse à agenda das manifestações anuais do município de Tondela

Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

O grupo parlamentar do Partido Socialista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de fevereiro de 2014

EXMO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

CARAS E CAROS DEPUTADOS MUNICIPAIS

COMUNICAÇÃO SOCIAL

MINHAS SRAS E MEUS SRS:

A assembleia de dezembro de 2013, cujo âmbito se alargou à discussão do assunto do fornecimento de água no concelho, convidando o Presidente da Câmara um dos intervenientes, deixou bem clara qual irá ser a estratégia do executivo nestas assembleias. Nas questões incómodas para o executivo, mas que possam empurrar para os outros, empurram. Nas outras, a que tinham a obrigação de dar resposta, mas a que não querem responder, fazem-se de surdos.

Coloquei questões ao Presidente, as quais estão anexas a essa ata, relativas a alguns pontos do Orçamento e Opções do Plano de 2014 então aprovado. A algumas não me respondeu e outras que respondeu, a ata não o descreve. Por isso, vou repetir essas questões neste período antes da ordem do dia para que não haja desculpas e possamos obter respostas concretas e claras.

- RUCI: 997.000 euros, dos quais 500.000 para gestão e promoção. O projeto deveria estar concluído em 2013. Mas está com este valor para o próximo ano, o que significa que nem em 2014 estará ao serviço da valorização do território. E porquê de um valor tão elevado para a Gestão e Promoção? O que pretendem fazer? O projeto é ou não para realizar?

- Relativamente às RENDAS da PPP Tondelviva, está orçamentado um encargo global de 923.356 euros para os 3 equipamentos em 2014. Em 2011 foi orçamentado 780.400 euros e em 2013 foi 992.147 euros, mas inclui uma verba residual para Canas de Santa Maria – Largo Cruz Vermelha. Como explicar estas

variações? Se os totais finais estiverem corretos, então estas 3 obras custarão 17,8 Milhões de euros! É correto Sr. Presidente da Câmara? Só o relvado sintético de Molelos custará ao erário público 2,882 M euros. É correto Sr. Presidente da Câmara? Quais os valores reais da concretização destas infra-estruturas? O valor final já sabemos: 17,8 milhões de euros. Pergunto: Qual a taxa de juro que é paga e quando terminará esse encargo para o município?

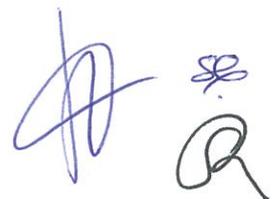
- Parque Urbano de Tondela-3ª fase: 2 M euros (2014-2016) 100% de participação do orçamento da CMT. O CDS/PP discorda completamente deste investimento. Não temos dimensão urbana para gastar esta verba, a que acrescem as normais despesas de manutenção permanentes.

- Transferências para a Associação Municípios Planalto Beirão: 1,053 M (1,369 M em 2013). Como se calculam estes valores? A que se referem? Até quando?

- Onde estão as receitas provenientes da Recolha de Lixo e do Saneamento pagos mensalmente pelos nossos munícipes? O valor referido pelo presidente de 330/350.000 euros é correto? Estas receitas estão separadas entre RSU e Saneamento, ou é o valor total?

Finalmente ainda neste ponto, gostaria de saber quais as diligências efetuadas pelo executivo para o cumprimento da moção apresentada pelo PSD e aprovada por esta assembleia.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 28 de fevereiro de 2014

MOÇÃO

As infra-estruturas de transporte e telecomunicações são fundamentais no desenvolvimento dos territórios.

O próximo quadro comunitário de apoio para o período 2014-2020 fará chegar ao nosso país mais de 20.000 milhões de euros de apoios para os diferentes agentes económicos, sociais e políticos nacionais.

O período de negociação entre a União Europeia e o governo português dos projetos a serem considerados estratégicos e do respectivo envelope financeiro, está em fase de conclusão. A comunicação social já indicou as linhas mestras dos projetos ferroviários, rodoviários e portuários elencados por prioridades.

Foi anunciada esta semana a conclusão das obras no túnel do Marão, com financiamento comunitário no valor de 204 milhões de euros, sendo previsto o retomar dos trabalhos já neste verão de 2014.

O volume de tráfego, as condições da via rodoviária e os níveis de sinistralidade da atual IP3 fazem desde há muito tempo que seja urgente a conclusão da A24 entre Viseu-Tondela-Coimbra.

As recentes declarações do Secretário de Estado Sérgio Monteiro a um órgão de comunicação social regional em que assume a inexistência de apoios financeiros comunitários à construção da A24 entre Viseu e Coimbra, devendo a infra-estrutura ser paga integralmente e explorada pelos privados, obriga o grupo parlamentar do CDS-PP a apresentar a seguinte moção:

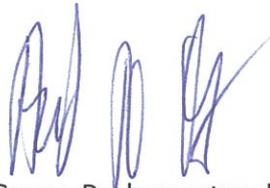
1 - Exigir ao governo de Portugal que inclua a auto-estrada A24 entre Viseu e Coimbra no plano de infra-estruturas rodoviárias prioritárias, com a comparticipação comunitária adequada à sua efetiva

concretização, devendo a mesma ser com portagens de forma a poder reduzir os encargos futuros do estado, no princípio de utilizador/pagador que sempre defendemos.

2 - Exigir que o actual traçado do IP3 seja mantido ao serviço das populações, com a gestão, manutenção e tutela das Estradas de Portugal.

3 - Exigir a definição de um cronograma de execução dos trabalhos, indicando a data de lançamento do concurso público, o início previsto das obras e a sua conclusão.

Esta moção depois de aprovada, deverá ser enviada ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia, à Presidente da Assembleia da República e a todos os seus grupos parlamentares aí representados, e às assembleias municipais de Viseu, Santa Comba Dão, Mortágua, Penacova, Mealhada e Coimbra.



O Grupo Parlamentar do CDS/PP



VOTO DE PESAR

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a esta Assembleia um voto de sentido pesar pelo prematuro falecimento de ANTONIO FERNANDO FERREIRA GONÇALVES, ocorrido no passado dia sete de Janeiro na sua residência em Vila Nova da Rainha. Com apenas vinte e seis anos de idade, Fernando António foi vítima de um brutal acidente de viação, que o obrigou à amputação de uma das pernas. Em 1997 candidatou-se e ganhou pelo Partido Social Democrata a Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, ocupando no mandato seguinte o lugar de Secretário na lista por mim encabeçada. Era uma pessoa simples e humilde, que lidava de uma forma nobre e afectiva com as pessoas mais desfavorecidas da Freguesia. É a este homem, para quem a vida foi quase sempre nefasta, que quero prestar nesta Assembleia a minha mais humilde e singela homenagem, pedindo a



todos vós um voto de sentido pesar pelo seu falecimento.

Abílio Rodrigues dos Santos

 ^{se}
R

ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVEITAVA A OPORTUNIDADE PARA ENDEREÇARMOS AOS MEUS AMIGOS AMADEU DA COSTA VENTURA E AO ANTÓNIO AUGUSTO FERREIRA AS NOSSAS MAIS SENTIDAS MANIFESTAÇÕES DE PESAR, PELOS RECENTES FALECIMENTOS DE SUA ESPOSA MARIA FERNANDA DA COSTA, E SEU PAI ANTÓNIO FERREIRA, RESPECTIVAMENTE.

ABÍLIO RODRIGUES DOS SANTOS

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized initial 'A' followed by a series of loops and a small star-like flourish at the end.

EX^{mos} Srs.

Presidente da Assembleia Municipal

" de Aveiro

Membros da mesa

Membros da Assembleia

cidadãos

comunicação social

Foi apresentado para discussão pública o Relatório Final elaborado pelo Grupo de Trabalho para a Infraestrutura do Elevado Valor Acrescentado.

Completamos-nos pelo facto de nos serem considerados Corredores Estratégicos, no plano rodoviário a transformação do actual IP3 ~~em~~ ~~alternativa~~ ~~segura~~ e no plano ferroviário a conclusão da ~~modernização~~ da linha da Beira-Alta (Corredor Aveiro-V. Fieuzas).

Para a nossa região e mais concretamente para o nosso concelho estamos a falar de infraestruturas que permitirão potenciar o desenvolvimento

A S. R

Muito há' ainda a discutir e a analisar sobre este relatório, nomeadamente do necessidade de encontrar financiamento privado que não penalize os cidadãos pelas medidas compensatórias. Há' que ter em conta que não se poderão repetir os erros cometidos no passado com as PPPs.

Há' no entanto uma certeza e' de ^{este projeto} que terão um impacto muito positivo sobre o nosso território.

Obrigada pela vossa atenção

Maria Xistão

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Minhas
Senhoras e Meus Senhores**

Falar de saúde será sempre o tema mais 'caro' e nobre que podemos trazer a esta assembleia dignificando, assim, a nossa intervenção e participação coletiva neste fórum porque emerge, certamente, das preocupações mais sentidas e profundas das nossas populações.

E este *lugar comum* leva-nos nesta ocasião a salientar e a registar, ainda que de forma breve e sucinta, o desempenho do centro hospitalar de Tondela-Viseu como uma unidade hospitalar de referência, aliás, a melhor unidade de saúde, **do interior do país.**

O centro hospitalar de Tondela-Viseu apresenta em algumas áreas dados de excelência com os quais não nos podemos deixar de regozijar trazidos recentemente a público pelo estudo ou 'ranking' da Escola Nacional de Saúde Pública amplamente noticiado e divulgado e que por isso de todos deve ser conhecido e do qual muito sumariamente resulta:

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu é o melhor, a nível nacional, a tratar doenças como as do foro ortopédico e degenerativas (musculoesqueléticas), neurológicas (que engloba o acidente vascular cerebral) e traumatismos onde se incluem as lesões por acidente.



São patologias às quais estão afetos vários serviços, mas que encontram no serviço de urgência deste centro equipas multidisciplinares que atuam de imediato.

Como de resto salientou um dos seus responsáveis “Assumimo-nos como um verdadeiro hospital de agudos. Os nossos profissionais estão em constante formação, muito bem formados, com cursos avançados de trauma e temos os procedimentos bem definidos. Por exemplo nas fraturas do colo do fémur somos o hospital do país que maior número de intervenções faz logo na urgência. O doente quase que sai de lá a caminhar”. O mesmo empenho acontece com os utentes do foro neurológico. Naturalmente que todos reconhecemos que na saúde o fator tempo é determinante e todos os mecanismos que começam na emergência pré-hospitalar são cruciais. A ação das equipas começa logo quando é acionado o Veículo Médico de Emergência Rápida e no hospital as portas são de imediato franqueadas para receber o doente. Temos os procedimentos bem implementados com as vias verdes do AVC e Coronária. Com este procedimento minoramos também as sequelas do paciente”. Tudo funciona como se estivesse sempre a ser acionado um plano de catástrofe em que os “circuitos estão todos orientados” e o hospital preparado para o doente “não perder um segundo que seja”.

Apesar dos dados de excelência haverá, naturalmente, muito ainda que fazer nesta área porque nunca será demais!

Handwritten signature and initials in blue ink. The signature is a stylized, cursive 'A'. To its right are the initials 'R' and 'A' with a small flourish above them. The text 'Pag. 2' is written in blue ink above the initials.

Mas se recuarmos uns anos atrás e concretamente à evolução da unidade de Tondela que passou por um quadro onde se vaticinou que a mesma se pudesse resumir a uma unidade de cuidados paliativos e, não obstante existência atual desta importante valência, se mantiveram as consultas externas e o ambulatório é gratificante perceber as melhoras que se verificaram, em particular nestas valências, levando mesmo a qualificar a unidade de Tondela como imbatível no ambulatório, que conta com 18 camas em ambulatório, mais 10 para retaguarda da medicina interna para além das 20 camas dos cuidados paliativos.

E naturalmente se percebe, dos números conhecidos, um outro dado importantíssimo que é a drástica diminuição das listas de espera que em 2011 se situava em 6,9 meses de espera e agora se situa nos 2, 9 meses de espera e ainda do aumento muito significativo da percentagem de aumento das consultas externas sobretudo na unidade de Tondela, pelo que, será forçoso concluir que não obstante a necessidade constante de fazer, cada vez, mais e melhor, sobretudo nesta área pelas razões salientadas nos considerandos iniciais, seria injusto que nesta ocasião não se registassem mais do que os números o bom desempenho dos nossos concidadãos, instituições aos serviço das nossa populações.

Que assim seja e continue o bom trabalho !

A deputada da assembleia municipal,

Pág. 3


Não gosto de embandeirar em arco quando oiço alguém a fazer festa porque as coisas correm bem, mas gosto ainda menos quando vejo alguém a menosprezar o sucesso alheio na busca do sucesso do trabalho a que se dedica.

É por isso que aqui venho fazer um reparo ao menosprezo que a Oposição devota às estatísticas positivas que vêm sendo anunciadas por Entidades fidedignas.

No que toca ao recuo do desemprego, registam a maior variação homóloga desde 1983 e em 11 meses consecutivos. A produção industrial acelerou, registando um aumento do índice de produção no conjunto do ano 2013, depois de ter registado uma diminuição em 2012. Foi a que mais cresceu, em Dezembro, entre os 28 estados da União Europeia. O Banco de Portugal prevê para 2014 e 2015 crescimento da nossa economia. Faz igualmente previsões positivas para a crescimento do consumo privado, da confiança das famílias, da procura interna, das exportações e do investimento.

Portugal apresentou pela primeira vez, em mais de 20 anos, um saldo externo positivo. A taxa de cobertura das importações subiu 20.1% em relação a 2010, último ano do governo socialista em período pré-memorando. Importa realçar o papel das empresárias e empresários no peso das exportações no PIB, no contributo que dão para os indicadores positivos de clima económico e de confiança dos consumidores, que atingiram o máximo dos últimos três anos.

O optimismo dos empresários de todos os sectores cresceu em 2013 e desde 2009 que não se criavam tantas empresas, a par da diminuição do número de insolvências e encerramentos, em relação ao ano anterior.

Positivo também é o facto de a poupança dos portugueses ter subido dois dígitos, em relação a 2011 – 22,1% face ao ano 2012. A cultura do consumismo foi atenuada com o esforço de poupança e o défice das contas públicas foi também atenuado, para além do estimado.

Sem embandeirar em arco, como disse no início, é importante alimentar o optimismo e as razões que o podem sustentar, diante de quem passa a vida a profetizar desgraças e a negar as evidências, dizendo que as pessoas não sentem os efeitos apregoados.

É natural que o efeito demore a chegar à carteira das portuguesas e dos portugueses como nós. Também demorou a evidenciar-se a eminência de bancarrota, quando José Sócrates negava os sinais negativos para que nos iam alertando. Mas o facto é que o preço que tivemos de pagar e continuamos a suportar foi inevitável e é inegável. Acredito e espero que tenha valido a pena. Vamos acreditar que estamos a caminho da libertação, mesmo que os obstáculos não estejam ainda todos derrubados.

Coimbra, 28.02.2014

Feliciana Figueiredo



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Caros Membros desta Assembleia

Declaração de Voto

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a proposta apresentada nesta Câmara pelo CDS/PP sobre o Estudo de Valorização de Elevado Valor Acrescentado agora em discussão e análise pública, designadamente sobre a exigência ao Governo plasmada na sua Moção, porque sobre a mesma matéria tem para apresentar nesta Assembleia uma Moção, cujo teor se dá aqui por reproduzido e que consta em documento que será anexo à ata desta Assembleia, para aí se remetendo e que é manifestamente contrária a que agora aqui é apresentada pelo CDS/PP.---

Tondela, 28 de Fevereiro de 2014

O Grupo Parlamentar do PSD





GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

A política da água no concelho de Tondela

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhores membros da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores

Ao solicitar o agendamento da discussão da problemática do preço da água praticado pela empresa Águas do Planalto, o grupo parlamentar do Partido Socialista assume, mais uma vez, a responsabilidade de trazer este assunto ao lugar certo para ser discutido.

Fazemo-lo, não para encetar uma guerra, mas para que cada partido político aqui representado, cada um de nós, enquanto cidadão ou enquanto membro da assembleia municipal, que cada um, enquanto presidente de junta de freguesia seja capaz de desempenhar o seu papel e que lhe foi atribuído por mandato popular. Mas para que, também, o executivo municipal assuma as suas responsabilidades.

A partir de hoje, nada ficará como antes – não haverá mais lugar para enredos ou retóricas ridículas; tudo tem de ficar claro – ou estamos do lado dos tondelenses ou estamos contra eles! O tempo dos dogmas chegou ao fim!

A posição do PS quanto à questão em debate – a política de abastecimento de água - é muito clara – **o poder de fixar o preço da água é dos municípios!**

Mas o Partido Socialista, preocupado com a legislação que o governo prepara, e considerando o seu grande impacto no Poder Local, sobre a gestão da água e dos resíduos, além dos novos estatutos da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), mantém todas as reservas desta iniciativa e opõe-se à privatização da Empresa Geral do Fomento que é uma sub-holding da empresa Águas de Portugal e que faz a gestão das infra-estruturas para o sector dos resíduos; este é o primeiro passo da real intenção do governo – a privatização das Águas de Portugal.

Mas voltemos ao nosso concelho:

Na última reunião da assembleia municipal, fomos brindados com uma surpresa do senhor presidente da câmara! Trouxe-nos dois convidados, a troco sabe-se lá de quê, e que nos surpreenderam em palco com uma atuação muito fraca, tipo vendedores da banha da cobra que, de tão ultrapassada técnica de vendas, já nem consta dos programas das feiras anuais das nossa aldeias.

Senhor Presidente, quando nos quiser brindar, por favor esmere-se um pouco mais na escolha e não nos faça perder tempo com produto de tão má qualidade; além disso, e como já vimos ou iremos ver, ainda nos vieram tentar iludir com falsos números, trataram-nos como uns “meninos” aprendizes da nova tabuada de subtrair o alheio; acredito que, depois do espectáculo, o senhor presidente tenha sentido um certo desconforto, mas a culpa foi exclusivamente sua!

Mas iremos ver até onde são capazes de ir tais personagens!

Por esse mundo fora, por essa Europa fora, por este nosso país fora e, agora, pelo nosso concelho e concelhos limítrofes (dentro), surgiram movimentos de cidadania dispostos a lutar por um justo equilíbrio no nosso mais precioso bem que é a água.

Como vêm, não se trata de uma posição ou luta partidária, mas antes solidária, contra uma (quem diria) questão ideológica em que se transformou a água, que é de todos, mas à qual um grupo de criminosos quer deitar mão, á boa maneira de Lex Luthor, o arqui-inimigo de Super- Homem.

Mas nenhum de nós é personagem de banda desenhada, e muito menos está disposto a ser figurante de uma tão mal encenada farsa, apenas porque cometeram o erro de subestimar gente que, afinal, nada mais deseja que por fim a uma imensa injustiça em que envolveram a população do planalto!

Em abono da verdade, denunciámos, além da má interpretação teatral, a desonestidade intelectual com que um grupo de cidadãos foi brindado pela empresa Águas do Planalto: a convite dos mesmos, e enquanto ainda decorria a visita às instalações, depois de idêntica atuação teatral, agora no ninho da ave, já um comunicado circulava nos “media”, sem despudor dos autores, com delíto de opinião e com mentiras! Engendraram mal os pormenores do horário!

Foi gente desta que o senhor presidente da câmara convidou, para nos brindar, repetimos, com um espectáculo miserável e que nos ofendeu em nossa própria casa! Quiseram fazer de nós, literalmente, uma cáfila!

Palhaçadas ridículas à parte, voltemos ao essencial:

A posição do PS fica, como sempre esteve, clara – queremos, nada mais, nada menos, que um preço justo para a água!

Não admitiremos que venha novamente, o PSD, de uma forma quase infame, arvorar-se em defensor da moral e a dizer que os socialistas querem a



insolvência dos 5 municípios, como, há dois meses, aqui atirou para o ar! Ridículo! Simplesmente ridículo!

Não somos contra o investimento privado, mas sim contra o oportunismo que aposta em sugar a economia das nossas famílias, a troco de um bem essencial e que não pode ser utilizado para obter lucros tão especulativo quanto selvagens.

Senhores deputados,

A posição do PS não é contra ninguém! Queremos apenas que se encontre uma solução que nos liberte deste esquisito negócio em que nenhum de nós foi tido em conta como cidadão, nem enquanto autarca; mas em que todos fomos usados como moeda de troca, enquanto consumidores.

Por isso, exigimos o esclarecimento de toda a verdade e pretendemos encontrar soluções alternativas; não queremos fazer uma caça às bruxas, mas temos o direito de saber o que correu mal, porque correu mal, onde foram parar as verbas envolvidas no negócio, todos aqueles milhões com que uns acenam, em tom de Mecenas, e que outros querem manter escondidos. É isso que não percebemos! E foram, de uma assentada, 23,5 milhões de euros!

Não pretendemos ficar a contemplar um quadro comparativo de preços com outros municípios; queremos compreender como é que uma empresa que, se fornecesse gratuitamente a água aos seus clientes, cobrando apenas a taxa de disponibilidade, teria lucro, insiste em fazer subir anualmente os preços, numa manifesta e voraz avidez pelos lucros à custa de um bem que é de todos e é um direito de todos!

Deixamos para quem se segue a análise mais pormenorizada das nossas preocupações.

Mas não queremos deixar de referir, na Europa, o mais emblemático caso de regresso da água a boas mãos – Paris. Há uma nova palavra que temos de começar a soletrar – **REMUNICIPALIZAÇÃO!**

Permitam-se agora dirigir-me aos senhores presidentes de junta:

Os senhores estão aqui a representar os vossos fregueses e não o vosso partido. Perguntem a quem vos elegeu qual deverá ser a vossa posição na descoberta de verdade e no caminho para a solução. Perguntem, nas vossas freguesias, o que pensam do preço da água!

Permitam-me ainda dirigir-me ao senhor presidentia da câmara:

Senhor presidente,
o senhor brindou-nos, em dezembro, como já referi, com a presença de dois convidados que **nem sabemos de onde vieram;**
mas vieram em defesa da sua dama, usando instrumentos que me permito ridicularizar, fizeram-nos perder cerca de 3 horas do tempo que durou esta

assembleia, em prejuízo de uma mais clara discussão de assuntos tão importantes como foi a aprovação do Orçamento e GOP's para 2014!

Hoje, senhor presidente, perante si e perante nós, presentes nesta assembleia, estão cidadãos, munícipes deste concelho, **seus munícipes! Veja, não são estranhos!**

Atendendo a que o representante do seu partido impediu que houvesse consenso na alteração dos pontos desta assembleia, impedindo que fosse dada voz aos que querem contribuir para esta tão nobre causa, numa sequência lógica e séria de permitir a pronuncia sobre esta assunto, retiro conclusão que é de minha inteira responsabilidade - o PSD foge desta discussão, e como diz o povo, da mesma forma que o diabo foge da cruz!

O PSD, ao insistir na mesma postura, está do lado incompreensível e que terá de justificar o que quer encobrir ou quem está a defender!

Cabe-lhe a si, senhor presidente, ser capaz de sair desta teia, em que o seu próprio partido o está a envolver; não tenha medo do futuro, porque estamos aqui para discutir – é esta a razão da nossa presença!

Então, senhor presidente, demonstre-nos que não tem medo e convide os interessados do público, a participaram, agora, neste debate; abriu esse precedente para estranhos – faça-o agora pelos seus munícipes!

Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

Ø grupo parlamentar do Partido Socialista





GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

REQUERIMENTO

1

Franco
Aberto 23

Ex. mo Senhor

Presidente da assembleia municipal de Tondela,

Ao abrigo da alínea d) do Art.º 6º do Regimento, solicito à mesa uma cópia de todos os relatórios de contas da empresa Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, desde 1997 até 2012, inclusive.

Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

O membro do grupo parlamentar do Partido Socialista

(Joaquim Santos)

anexo 3

1



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

REQUERIMENTO

(2)

Ex. mo Senhor

Presidente da assembleia municipal de Tondela,

Ao abrigo da alínea d) do Art.º 6º do Regimento, solicito à mesa uma cópia da ata da reunião da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão na qual foi deliberada a assinatura da adenda entre esta associação e a empresa Águas do Planalto, no final do ano de 2007.

Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

O membro do grupo parlamentar do Partido Socialista



(Joaquim Santos)





GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

REQUERIMENTO

3

2014
26

Ex. mo Senhor

Presidente da assembleia municipal de Tondela,

Ao abrigo da alínea d) do Art.º 6º do Regimento, solicito à mesa uma cópia da ata da assembleia municipal de Tondela e da ata da câmara municipal de Tondela onde foi discutida e aprovada a adenda ao contrato de concessão de 2007, e que envolve a empresa Águas do Planalto e o município de Tondela (além dos municípios de Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Mortágua e Tábua).

Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

O membro do grupo parlamentar do Partido Socialista

(Joaquim Santos)

anexo 15



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

4

REQUERIMENTO

Ex. mo Senhor

Presidente da assembleia municipal de Tondela,

Ao abrigo da alínea d) do Art.º 6º do Regimento, solicito o seguinte:

Conforme consta no Relatório da empresa Águas do Planalto referente ao ano de 2012, na mensagem do seu Presidente, **“uma minuta de aditamento ao contrato de concessão foi submetida pela concessionária à concedente”**, para adaptação do contrato de concessão ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos.

Assim, e na qualidade de membro da assembleia municipal de Tondela, venho requerer que me seja fornecida cópia do referido documento.

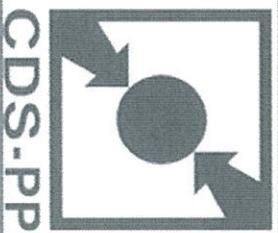
Assembleia municipal de Tondela, 28 de fevereiro de 2014

O membro do grupo parlamentar do Partido Socialista

(Joaquim Santos)

A ÁGUA NO CONCELHO DE TONDELA...

... UM BEM DE TODOS!



CDS-PP

[Handwritten signature]

A ÁGUA NO CONCELHO DE TONDELA...

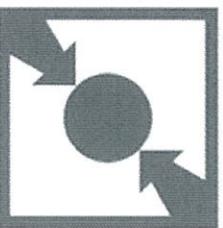
“...temos uma cobertura de 93% de água e saneamento no concelho...”

Fonte: Revista Ficton 2013

| Distribuição Geográfica do Consumo | Volume Vendido [m ³] | Venda de água [€] | Nº de utilizadores | Consumo Médio Mensal [M ³] por Utilizador |
|------------------------------------|----------------------------------|-------------------|--------------------|---|
| Carregal do Sal | 413.369 | 447.050 | 5.727 | 6,01 |
| Mortágua | 542.905 | 646.939 | 5.180 | 8,73 |
| Santa Comba Dão | 494.565 | 551.981 | 6.280 | 6,56 |
| Tábua | 424.393 | 458.378 | 6.425 | 5,50 |
| Tondela | 814.805 | 890.506 | 11.400 | 5,96 |
| Total | 2.690.036 | 2.994.854 | 35.012 | 6,73 |

Nº ALOJAMENTOS CONCELHO: 17.779

TAXA REAL DE COBERTURA: 64%

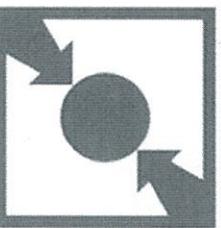


CDS-PP

A ÁGUA NOS CONCELHOS DO PLANALTO BEIRÃO...

| concelhos | Alojam. | Utiliz. | Taxa cob. | Valor pag. | Rescis. |
|-------------|---------|---------|-----------|------------|---------|
| carregal | 6,680 | 5,727 | 86% | 447,050 € | 230 |
| mortágua | 6,012 | 5,180 | 86% | 646,939 € | 159 |
| santa comba | 7,241 | 6,280 | 87% | 551,981 € | 243 |
| tábua | 8,734 | 6,425 | 74% | 458,378 € | 304 |
| tondela | 17,779 | 11,400 | 64% | 890,506 € | 365 |

**SABIÁAMOS NÓS DISTO? OS DADOS SÃO DO
CENSOS 2011 E DAS ÁGUAS DO PLANALTO 2012...**



CDS-PP

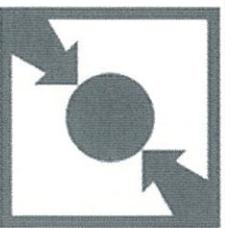
Handwritten signature and initials in blue ink.

A ÁGUA NOS OUTROS CONCELHOS DO PAÍS...

APÓS A APRESENTAÇÃO DOS "ESPECIALISTAS EM ÁGUA" NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA, FIQUEI COM A SENSACÃO QUE ANDAVA A PAGAR ÁGUA A MENOS EM GUIMARÃES... FIQUEI PREOCUPADO! ENTÃO FUI FAZER AS CONTAS...

VIMÁGUA - POSIÇÃO 29 NA LISTA APRESENTADA. 236,92€.
SERIA MAIS CARA DO QUE EM TONDELA... MAS NÃO É VERDADE.
É MENTIRA ESSE VALOR. ALGUÉM NOS DEVE UM PEDIDO DE DESCULPA. FOI AZAR ESTAR AQUI UM UTILIZADOR DA VIMÁGUA. CORREU MAL.
A VERDADE...

| (120 m3/ano) | TONDELA | VISEU | GUIMARÃES |
|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| água | 129,9 € | 80,4 € | 83,52 € |
| contador | 82,09 € | 45,6 € | 43,44 € |
| sobretaxa | 17,99 € | 0 | 0 |
| | 229,98 € | 126 € | 126,95 € |



CDS-PP

[Handwritten signature]

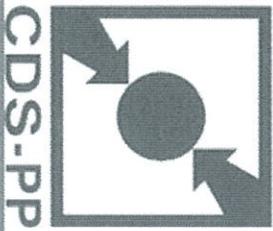
A ÁGUA NO CONCELHO DE TONDELA...

... e onde está a sobretaxa? Para quê?

| Tipo do Cliente | Volume Vendido (M3) | Peso Total (%) | Valor de Venda Água (€) | Tarifa Média (€) | Nº de Utilizadores | Peso Total (%) |
|--|---------------------|----------------|-------------------------|------------------|--------------------|----------------|
| Doméstico | 1.943.855 | 72,3% | 2.133.499 | 1,10 | 31.524 | 90% |
| Comércio e Indústria | 353.147 | 13,1% | 519.002 | 1,47 | 698 | 2,0% |
| Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia | 214.044 | 8,0% | 131.737 | 0,62 | 2.325 | 6,6% |
| Público | 55.855 | 2,1% | 65.923 | 1,18 | 104 | 0,3% |
| Instituições de Utilidade Pública | 121.786 | 4,5% | 143.651 | 1,18 | 341 | 1,0% |
| Tarifa Especial | 1.350 | 0,1% | 1.042 | 0,77 | 20 | 0,1% |
| Total | 2.690.036 | | 3.088.191 | | 35.012 | |

Vimãgua: 0,48 (5m)
ou 0,912 (5-15m)

SMASViseu: 0,67



CDS-PP

[Handwritten signature]

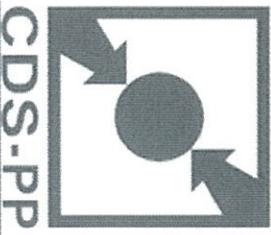
A FAMOSA SOBRETAXA ART.21...

a)- *Varição superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos, dos caudais mensais médios de água de abastecimento relativamente aos valores para os períodos em causa, constantes do Modelo Financeiro da CONCESSÃO;*

f)- *Alteração, imposta pela CONCEDENTE ou resultante da lei, do montante dos investimentos constantes do Plano de Investimentos de Renovação ou das condições de desenvolvimento das actividades integradas na CONCESSÃO;*

g)- *Varição superior a 20% (vinte por cento) para mais ou para menos do valor médio anual do índice Eritbor a 6 (seis) meses relativamente aos valores para os períodos em causa constantes do Modelo Financeiro da CONCESSÃO;*

... E O LUCRO DA EMPRESA?
CERCA DE 1 MILHÃO DE EUROS!!
ENTÃO QUAL A RAZÃO PARA SE
PAGAR A SOBRETAXA??????????



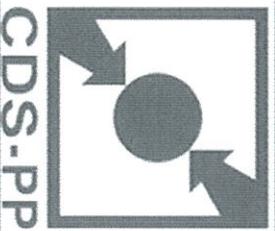
A FAMOSA SOBRETAXA ART.21...

VALOR DA SOBRETAXA NAS CONTAS DO
PLANALTO BEIRÃO (2014): 400.000 €

Mas 17,99 X 35.012 = 629.865,88 €
(aproximadamente)

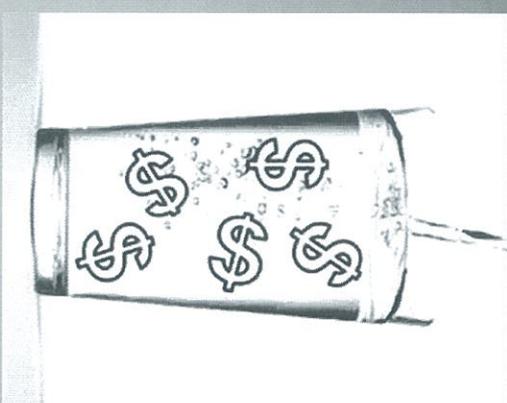
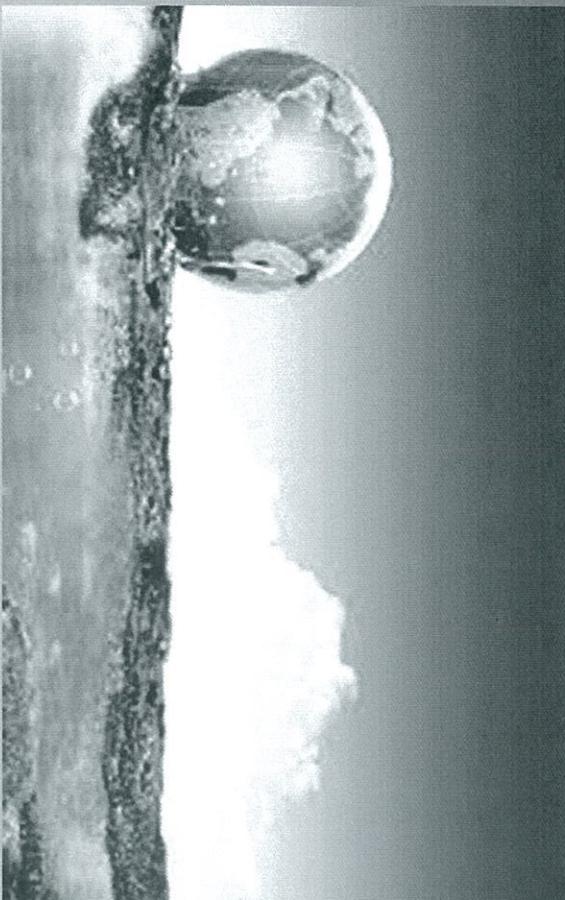
Qual a razão de estarmos a pagar este valor à
AMPB?

**Proposta: Solicitar a suspensão desta sobretaxa visto
não haver qualquer fundamento para a sua aplicação.**

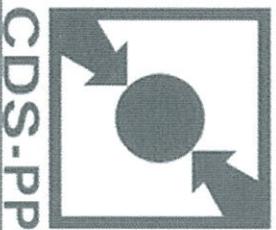


[Handwritten signature]
50
R

A ÁGUA NO CONCELHO DE TONDELA...



... UM BEM DE TODOS!



CDS-PP

Handwritten signature or initials in blue ink.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Caros Membros desta Assembleia

É PRECISO ACREDITAR!

Na última Assembleia Municipal que decorreu em 20 de Dezembro de 2013 e por iniciativa do executivo do Município de Tondela foi aqui devidamente escalpelizado o tema do sistema de abastecimento de água ao domicílio.

Para tal e a convite do Sr. Presidente da Câmara estiveram presentes nesta Assembleia o representante da empresa concessionária o Sr. Eng.º Diogo Faria de Oliveira e um consultor externo o Sr. Dr. Luís Ferreira.

Tivemos na altura a possibilidade de perceber e entender, (designadamente aqueles que se esforçaram para que tal acontecesse, e que partiram para esta discussão sem qualquer reserva mental), os seguintes fatos:

- 1. Como funciona o sistema de abastecimento de água nos cinco concelhos que se encontram nesta plataforma supramunicipal, desde a captação até ao seu consumo.** Cinco concelhos que representam uma área geográfica de 1.051km² e uma população de cerca de 73.000 habitantes.

- 2. Que foram realizadas múltiplas obras, a saber:**
- a. Açude da Levadinha,
 - b. Barragem da Ribeira do Paúl,
 - c. Uma estação elevatória,
 - d. Uma estação de tratamento de águas e edifício de exploração,
 - e. Um vasto conjunto de condutas adutoras que abrangem os cinco concelhos, numa extensão global de 153 kms,
 - f. Um vasto leque de reservatórios nos referidos cinco concelhos,
 - g. Um sistema de controlo e telegestão que permite a supervisão de captações, reservatórios, bombagens, consumo energético e volume de água distribuído,
 - h. Um vasto conjunto de obras de melhoramento e construção de raiz na rede de distribuição ao domicílio.
- 3. Que estas obras no seu conjunto, as realizadas pela concedente e as realizadas pela concessionária, importaram no valor de € 39.734.285,00, sendo que as realizadas pela concessionária importaram em € 25.496.045,00 e as realizadas pela concedente importaram em € 14.238.240,00.**
- 4. Que à pergunta se o preço da água pode baixar, foi respondido positivamente, na medida em que seja possível aumentar o número de ligações à rede. Argumento a nosso ver plausível e economicamente sustentável.**
- 5. Que no cômputo geral teve a concessionária que arcar com um conjunto de responsabilidades financeiras de cerca de €**

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

23.000,000,00 que em última instância seriam da responsabilidade dos cinco municípios já referenciados.

Interiorizados os conceitos e as realidades, o PSD apresentou nessa Assembleia uma proposta que entendemos a Câmara deve seriamente explorar e relativamente à qual indagamos neste momento quanto ao seu ponto de situação. A proposta apresentada, repito, tem por base a noção exata da realidade contratual existente e as implicações que teria um resgate hoje da concessão, tal como previsto na cláusula sétima do contrato de concessão. Estarão os Srs. Presidentes das câmaras envolvidas, disponíveis para efetuar tal resgate ou injetar no sistema cada uma o valor de cerca de € 3.000.000,00 ?

Aqui chegados, permitam-me que faça um pouco de história, lembrando que o contrato originário de concessão, cujo modelo foi sufragado nesta Assembleia, remonta ao ano de 1997. O contrato originário foi outorgado em 4/11/1997, sendo a minuta do mesmo previamente aprovada pelo Tribunal de Contas em 22/9/1997.

A concessão à empresa Águas do Planalto ocorreu por consequência de um concurso público internacional. Este mesmo contrato foi posteriormente objeto de aditamento entre as partes que inicialmente o outorgaram, a saber, a Associação de Municípios do Planalto Beirão e a empresa Águas do Planalto.

Ora, do ponto de vista da legalidade entendemos terem sido cumpridos quer no contrato inicialmente outorgado, quer no aditamento, todos os procedimentos legais. Mas se alguém dúvida da legalidade do mesmo não seremos nós a obstar que se indague, se pesquise, se averigue. É salutar

em democracia que tal aconteça, como salutar são os movimentos de cidadãos que de forma apartidária lutam por causas.

O mesmo se diga do ponto de vista da legitimidade de quem outorgou os referidos contratos. Parece-nos inequívoco que os mesmos foram outorgados por quem legitimamente tinha poderes para representar quer a Associação de Municípios do Planalto Beirão, quer por quem tinha poderes para representar a concessionária.

O PS tem vindo, em nosso entendimento a confundir conceitos, não sabendo muito bem o que quer em concreto. Que me lembre em Junho de 2010, nesta casa, apresentou uma proposta visando que se aprovasse a abolição da taxa de disponibilidade, bem como a taxa de controlo de água e a taxa de recursos hídricos. Parece desde logo esquecer que estas últimas são taxas que revertem para o Estado, designadamente ERSAR e APA(agência portuguesa do ambiente), e como tal de todo impossíveis de beliscar.

E quanto à taxa de disponibilidade, tarifa fixa? Ao contrário do defendido pelo PS a mesma é legal. É , que a proibição de cobrança de consumos mínimos e do aluguer do contador, imposta pela Lei n.º 23/96, de 26 de julho (na redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro), não impede a cobrança de tarifas de disponibilidade nos serviços de águas e resíduos. Com efeito, o n.º 3 do artigo 8.º do diploma em análise expressamente determina que «Não constituem consumos mínimos, para efeitos do presente artigo, as taxas e tarifas devidas pela construção, conservação e manutenção dos sistemas públicos de água, de saneamento e resíduos sólidos, nos termos do regime legal aplicável». É essa de forma inequívoca a posição do ERSAR. Deixem-me aliás referir que este é o

sistema aplicado na grande maioria dos países europeus na faturação da água, ou seja, uma componente fixa-a taxa de disponibilidade -e uma componente variável-o consumo propriamente dito.

Ainda e num laivo que entendemos na altura de bairrismo, propôs o PS isentar do pagamento dos ramais ligação aos habitantes da freguesia de Mosteiro de Fráguas, como se a água fosse propriedade desta freguesia.

Em Fevereiro de 2013, o PS volta à carga com um voto de indignação, não consubstanciado em fatos e muito menos apontando caminhos.

Na última Assembleia e a nosso ver bem, o governo deste Município entendeu de agendar o tema. Como acima referi, o mesmo foi tratado, e discutido. O PS, uma vez mais esgotou a sua atuação enumerando suspeições, procurando sobretudo questionar da legitimidade ou da legalidade dos contratos acordados.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Caros Membros desta Assembleia

O PSD, partido com responsabilidades de governo e como tal com responsabilidades acrescidas, não é insensível às dificuldades das populações do concelho de Tondela. Temos perfeita noção de que o preço praticado pelo m3 de água ao domicilio no concelho de Tondela não será dos mais baratos. Mas temos também a noção, como já o afirmamos anteriormente, de que o serviço que é prestado pelas Águas do Planalto é um serviço de qualidade e que Tondela tem hoje um sistema moderno

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

de captação e de distribuição de água ao domicílio. Para tal foram necessários investimentos avultados. Ou seja, o sistema que existe nos cinco concelhos do Planalto Beirão não é um mera exploração, teve uma forte componente de investimento.

Esta consciência impede-nos de propor o que é de todo impensável, até porque para nós empresas saudáveis são as sustentáveis, fator necessário e indispensável para a credibilização e como tal jamais contribuiremos para a aprovação de propostas que possam colocar em cheque a vida das autarquias ou da empresa. Tanto mais que graças à fórmula prevista no referido contrato, qualquer consumidor pode hoje com segurança prever o custo m³ da água que irá consumir. Poucos concelhos darão esta segurança aos seus munícipes. Mais, o valor assim encontrado é fixado sempre com parecer da ERSAR.

Mas temos necessariamente uma consciência social e nesse sentido avançámos com a proposta na última Assembleia que visou recomendar à Câmara o efetivo uso da cláusula existente no Contrato de Concessão que prevê a tarifa especial, bem como propusemos uma atenção particular às famílias mais desfavorecidas e numerosas isentando-as designadamente do pagamento dos montantes referentes ao saneamento e à recolha de resíduos sólidos urbanos.

É possível cumprir o contrato sem esquecer necessariamente esta franja mais sensível de munícipes. E daí que renovemos a solicitação ao Município de Tondela, nos sentido de nos informar se realizou já algumas diligências de acordo com o aprovado nesta Assembleia e qual a orientação das mesmas.



Termino deixando aqui uma mensagem de esperança e necessariamente de confiança, confiança no futuro, confiança neste executivo camarário e em particular na pessoa do seu Presidente. Não basta apenas denegrir, protestar, reclamar é também preciso construir, e tal como escreveu Leonel Neves, nesse fado imortalizado por Luiz Goes, por vezes, também é preciso acreditar!

Tondela, 28 de Fevereiro de 2014

A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely belonging to the author of the text above.



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

PROPOSTA

A Lei 12/2008, aprovada por unanimidade na Assembleia das República, publicada em DR em 26 de Fevereiro, altera a Lei 23/96 de 6 de Julho, e dá a seguinte redacção ao Art.º 8.º, n.º 2:

2 — É proibida a cobrança aos utentes de:

- a) Qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspecção periódica de contadores ou outros instrumentos de medição dos serviços utilizados;
- b) Qualquer outra taxa de efeito equivalente à utilização das medidas referidas na alínea anterior, independentemente da designação utilizada;
- c) Qualquer taxa que não tenha uma correspondência directa com um encargo em que a entidade prestadora do serviço efectivamente incorra, com excepção da contribuição para o audiovisual;
- d) Qualquer outra taxa não subsumível às alíneas anteriores que seja contrapartida de alteração das condições de prestação do serviço ou dos equipamentos utilizados para esse fim, excepto quando expressamente solicitada pelo consumidor.

Numa atitude de alto malabarismo circense, os fornecedores de serviços públicos essenciais usaram de todas as artimanhas possíveis para continuar a usurpar o bolso das famílias portuguesas. Foi inventada a “Taxa de Disponibilidade”. Um Jurista da DECO Considera que:

«A disponibilidade do serviço está incluída no próprio serviço, já que quando se faz um contrato da água, luz ou gás, a empresa não se obriga a servir o cliente apenas num determinado horário, mas sim 24 horas por dia. Por isso, não faz sentido cobrar para o serviço estar disponível. É uma obrigação acessória»,

Poderíamos enumerar pareceres de Associações de Consumidores e de Juristas, casos que chegaram a Tribunal e que foram juridicamente favoráveis aos consumidores, mas basta-nos fazer uma interpretação lógica e honesta da Lei – a inventada taxa cobrada pelos Municípios, pelos fornecedores de energia eléctrica ou de gás é, efectivamente, um sucessivo atentado aos

orçamentos familiares; além disso, é contrária ao princípio constitucional, e que agora está tanto em voga, que é o do “consumidor – pagador”. Se na exploração de energia eléctrica ainda existe um determinado diferencial desta abusiva taxa em relação à potência contratada (de certa forma inerente á quantidade de energia consumida), para os consumidores domésticos da água, que afinal somos todos nós, verifica-se a mesma taxa para diferentes consumos, penalizando, concretamente, quem menos consome. Os escalões não traduzem um benefício, mas antes uma penalização para os gastadores do bem essencial.

Mas deixemo-nos de hipocrisias – as concessionárias de águas, sejam elas empresas municipais, privadas ou de capitais mistos, anseiam por grandes facturações mensais, de forma a rapidamente, terem o retorno dos investimentos da captação e da instalação rede de água.

Não venham os fornecedores de serviços argumentar que se a taxa de disponibilidade não existir, os custos serão imputados ao consumo – seria, de todo, uma menos injusta e mais honesta forma de cobrança; mesmo assim, os consumidores teriam todo o direito à sua indignação, a não ser que lhes fosse muito bem explicado, e sem margem para quaisquer dúvidas, qual é o destino dado aos seus contributos fiscais e que acabam por cair nos cofres das autarquias.

Afinal, quais os benefícios autárquicos que cada um de nós usufrui, sem custos directos nas nossas economias? –

- Água – Não
- Licenciamento de obras – Não;
- Acesso a Comunicações – Não (até pagamos a TMDP, substituindo-nos aos Operadores)
- Saneamento – Não
- Resíduos Sólidos Urbanos – Não
- Posse de caniços – Não

Então, os mais elementares indicadores de qualidade de vida são pagos em duplicado!

É evidente que alguém dirá que há outros benefícios, outros indicadores e outras tantas dádivas municipais!

Perguntem aos mais pobres, aos mais esquecidos, aos mais distantes – será que trocariam os mais básicos padrões de dignidade humana por qualquer concerto musical, por qualquer marcha popular ou por uma qualquer réstia de jardim? Ou mesmo por um anual repasto?

Voltando ao essencial, vejamos ainda:

Cada consumidor é obrigado a pagar o custo do ramal da água e do ramal de saneamento – esta verba suporta, no mínimo, a parte variável do valor efectivo imputado à autarquia, competindo, a esta, a construção da infra-estrutura de base, ou seja, a espinha dorsal da rede de abastecimento e de saneamento. Por sua vez, estes custos foram suportados pelos nossos impostos e pela contribuição directa ou indirecta de outras fontes de financiamento, estranhas á autarquia.



Assim, o custo da rede e da disponibilização (ou disponibilidade) do serviço está, à partida, pago - a sua manutenção, a ser cobrada directamente aos contribuintes, será acometida da mesma ilegalidade que teria a obrigatória contribuição de cada pai para pagar aos professores o custo da educação básica dos seus filhos! Ou mesmo que, em cada estrada municipal, fosse cobrada uma espécie de portagem, tanto faz se com ou sem "Chip"!

Por isso, apenas poderemos entender que alguém concorde com esta taxa(ou outras taxas, que não nos compete aqui decidir – apenas alertar e discutir) se for capaz de demonstrar que está de acordo com a eventual demissão do Estado das suas obrigações constitucionalmente estabelecidas!

Cada um de nós, não apenas como responsável autárquico, mas também como munícipe, deverá ser capaz de, em consciência, e acima de qualquer compromisso partidário ou ideológico, ter a coragem de assumir a sua vontade.

Assim, nos pressupostos contidos neste documento e, acima de tudo, numa exigência legislativa que defende os interesses dos cidadãos
e considerando que:

a) a entidade concessionária do abastecimento de água ao Concelho de Tondela não está a cumprir a legislação em vigor, pela cobrança indevida de uma Taxa de Disponibilidade de € 0,1537 / dia;

b) que cobra ainda uma Taxa de concessão de € 0,0329 / dia

c) que o custo do metro cúbico da água é um dos mais caros do País, apesar do índice de desenvolvimento da região estar bastante abaixo da média do PIB Nacional, que deverá ser um indicador fundamental para o cálculo do valor deste bem essencial

d) que, comparativamente a outros Concelhos do interior, com um índice de desenvolvimento semelhante ou superior ao nosso, em que a Fatura Média de Água, para um consumo familiar de 20 m³ / Mês, é de cerca de 1/7 do que paga um Tondelense!

A Assembleia Municipal de Tondela, reunida em Sessão Ordinária, no dia 28 de Junho de 2010, decide:

1 - Abolir, de imediato, a chamada "Taxa de Disponibilidade" cobrada pela empresa "Águas do Planalto".

2 – dar conhecimento desta decisão às autarquias cujo abastecimento de água é efectuado pela mesma empresa.

3 – Verificar a legalidade da taxa enunciada na alínea b) e ainda da Tarifa de Controlo de Qualidade da Água, imputada directamente ao Consumidor, que já paga um preço por um bem de suposta qualidade.

Assembleia Municipal de Tondela, 28 de Junho de 2010.

O Grupo Parlamentar do P.S.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Membros da Assembleia

No quadro do trabalho desenvolvido, importa valorizar as inúmeras reuniões onde temos estado presentes, contribuindo para um debate plural, estratégico, que reflete uma visão autárquica para um novo tempo, onde os indicadores sociais e económicos deverão estar no centro da avaliação.

É nesta perspetiva que estamos a contribuir, no que nos diz respeito, para o desenho da Estratégia do CIM Viseu Dão Lafões.

Num quadro em que devemos enquadrar os RIS 3 – estratégia em investigação e inovação para Especialização Inteligente. Apostar dos recursos locais é a melhor estratégia para ser competitivo na economia global.

Após a última Assembleia Municipal, no dia 20 de dezembro, realizaram-se diversas reuniões, das quais se salientam as seguintes:

- Com responsáveis da Portugal Telecom;
- Com comando da GNR de Tondela (sobre os assaltos na cidade);
- Com Presidentes de Junta (Caparrosa/Silvares; Mouraz/Vila Nova da Rainha; S. Miguel do Outeiro/Sabugosa; Lajeosa do Dão; Campo de Besteiros; Parada de Gonta);
- Com Equipa do *Lugar do Plano*, responsável pelo PDM, no âmbito do ordenamento da floresta;
- Do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Planalto Beirão;
- Com responsáveis de empresas (Finertec; Aquino; Rosas Construtores);
- Em Lisboa no âmbito da Reabilitação Urbana
- Do conselho intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;

1
 

- Com diretor técnico e clínico das Termas de Sangemil;
- Com presidente da direção do Clube Desportivo de Tondela;
- Com Presidentes de Junta numa sessão de esclarecimento promovida pela Câmara no âmbito das Leis 73/2013 e 75/2013;
- Com representantes do comércio e serviços de Campo de Besteiros para a apresentação do Plano de Trabalho de intervenção na Av. Dr. Afonso Costa, integrado no plano de requalificação da ER230;
- Com responsáveis do ICNF de Viseu;
- Com técnicos do POVT em Lisboa;
- Com a direção do Agrupamento de Escolas Tomás Ribeiro;
- Com responsáveis da IPSS de Caparrosa;
- Com responsáveis das Associações de Desenvolvimento Local, reunião realizada na CIM;
- Com responsáveis da ARS Centro;
- Com responsáveis da ACERT;
- Com Comando Operacional Distrital de Operações de Socorro - CDOS;
- Com responsáveis do Mais Centro;
- Na CCDRC, com o grupo de trabalho responsável pelo estudo das Infraestruturas de Elevado valor Acrescentado, na presença do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações;
- Com deputados do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República;
- Com os Presidentes de Junta das freguesias da área ardida – plano de revalorização da Serra do Caramulo;
- Com responsável do Instituto Politécnico de Viseu;
- Com o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações;
- No Seminário do regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, promovido pela ANMP;
- Com responsáveis da ADICES;
- Com direção da Escola Profissional de Tondela;
- Com responsável de Coimbra da Agência Portuguesa do Ambiente.


2


Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Membros da Assembleia

Permitam que destaque e que referencie, das diferentes ações, as seguintes:

1. No passado dia 20 de janeiro recebemos no nosso concelho o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. **Pedro Passos Coelho**, para a inauguração do novo complexo logístico da empresa Fresenius Kabi Labesfal.

Esta presença evidenciou a importância que a atividade económica e empresarial do concelho assume a nível regional e nacional, pois o investimento realizado é considerado extremamente importante e relevante não só para a indústria farmacêutica em Portugal e para o setor da saúde, mas também para a economia portuguesa.

O crescimento da Fresenius Kabi Labesfal tem sido bem sólido, aumentando a sua produção e as exportações e é hoje a maior entidade empregadora do nosso concelho.

A manifestação de confiança que um grupo tão importante do ponto de vista internacional manifestou relativamente ao nosso concelho é reveladora da força e capacidade atrativa de Tondela, merecendo o nosso profundo reconhecimento e consideração por apostarem em Tondela e na capacidade das nossas gentes.

2. Num quadro de criação de qualidade de vida, a mobilidade é uma das nossas preocupações, sendo desejável, assim que a situação económica do país o permita, que se possa requalificar a principal ligação que a sul do

3



distrito nos liga a Coimbra/A1 e futuramente à plataforma transeuropeia da ferrovia.

É neste quadro que o Município de Tondela observa com reforçada expectativa e confiança o estudo do grupo de trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado - IEVA, onde se identifica a viabilidade da construção da ligação Viseu-Tondela-Coimbra, perspetivando-se que parte desta via seja num novo traçado de Autoestrada e outra parte na valorização do atual IP3.

Trata-se, a seguir à conclusão do Túnel do Marão, do investimento mais prioritário e absolutamente significativo do novo Plano dos Corredores Estratégicos Rodoviários.

No quadro da discussão pública que decorre da apresentação deste plano de investimentos, não deixaremos de vincar, de forma absolutamente determinada, que **intervenções que ocorram sobre o atual IP3, não poderão ter associados custos para o utilizador**, por não existir outra alternativa que, a sul do distrito, sirva o concelho de Tondela.

De igual forma, este estudo identifica um corredor para o transporte ferroviário de passageiros e, fundamentalmente de mercadorias, que ligará o Eixo Atlântico a Espanha (e conseqüentemente ao restante espaço europeu), passando pelo distrito de Viseu, a que devemos associar o reforço da ligação ferroviária da linha da Beira Alta, com introdução de duas bitolas, ganhando uma nova operacionalidade e competitividade na ligação Ibérica/Europeia.

Estes investimentos, esperados e desejados há várias décadas, a concretizarem-se, vêm recuperar uma visão estratégica que há bastantes anos deveria ter sido assumida, na medida em que consubstanciam um

plano fundamental para competitividade da economia da região e do país, tão determinante para o futuro das nossas gerações.

Foi esta posição por mim assumida na reunião da CCDR e com o Sec. estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

3. O arranque do mandato autárquico iniciou-se com um compromisso que assumimos, com convicção, como um desígnio para o trabalho a exercer por este executivo: **Plano de Revalorização da área Ardida da Serra do Caramulo**. Este Plano foi apresentado em conferência de imprensa no passado dia 20 de fevereiro, bem como a Campanha de Reflorestação “Plantar o Caramulo”.

Assim, em novembro pudemos construir duas importantes candidaturas quer junto do Fundo de Emergência Municipal, quer junto do PRODER.

A primeira, que veio a ser aprovada a 20 de dezembro de 2013, atingiu um valor global de 968.467,76 €, e desenvolve-se em trabalhos agrupados em 6 procedimentos concursais.

O protocolo respeitante a esta candidatura foi formalmente assinado no passado dia 26 na presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, prof. Dr. Miguel Poiães Maduro, do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. António Leitão Amaro, e do vice-presidente da CCDRC, Dr. José Alberto Ferreira.

A segunda proposta no montante de 1.283.168,45€, encontra-se em fase de audiência, reclamando o Município o valor que foi proposto (65,5% - 772098€), esperando-se uma correção desse valor para um patamar que se situe na proximidade do montante candidatado pelo Município. No

5


âmbito desta candidatura perspetivam-se intervenções no tratamento de encostas, linhas de água e caminhos.

Como já se referiu, este tipo de candidaturas e os cadernos de encargos que neste momento estão a permitir a contratualização são de complexidade acrescida, quer em termos de peças concursais, quer na volatilidade das condições existentes.

A par deste processo, também já desenvolvemos importantes reuniões, quer no quadro da CCDRC, quer do ICNF, bem como dos vários atores que participaram na Revisão do PDM de Tondela, para definir o modelo de estratégia de reflorestação da Serra do Caramulo.

Neste quadro, promoveremos no próximo dia 8 de março um seminário subordinado à temática da revalorização patrimonial da Serra do Caramulo, onde estarão presentes várias personalidades, numa parceria estratégica com o Agrupamento de Escolas Tomás Ribeiro e, em particular, o projeto “Renascer das Cinzas”, enquadrado com a Escola Básica 2/3 do Caramulo e o CEIS Caramulo.

Será igualmente marcante a ação que promoveremos no próximo dia 22 de março, na qual áreas públicas e relevantes e simbólicas da Serra do Caramulo serão reflorestadas.

Mas não deixa de ser nosso objetivo uma ação pedagógica, em articulação com as autarquias locais, o SEPNA e a GNR, no sentido de ser respeitado o PRF e em particular as áreas e as espécies aconselhadas para cada uma das 3 zonas a reflorestar:

- À luz destes princípios, na área que envolve parte da União de Freguesias S. João do Monte / Mosteirinho manter-se-á a predominância de uma

exploração florestal produtiva, centrada na plantação do eucalipto, de forma ordenada, respeitando as redes de proteção definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

- A área envolvente à vila do Caramulo, considerando o seu potencial valor turístico, patrimonial e ecológico garantirá a preservação da biodiversidade e de espécies autóctones, não sendo admissível que a percentagem de eucaliptos seja superior a 2% do território, valor este que deverá tendencialmente diminuir.

- A restante área, designada pela mancha da Floresta da Beira Alta, também terá potencial produtivo, sendo que a percentagem eventual da área territorial ocupada por eucaliptos não deverá ser superior a 5%.

4. No passado dia 18 de fevereiro, estivemos presentes na sessão solene de tomada de posse do Conselho de Administração Centro Hospital Tondela-Viseu, que contou com a presença do senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo.

Nesta ocasião tivemos a oportunidade de felicitar o Presidente do Conselho de Administração do **Centro Hospitalar Tondela-Viseu** pelos resultados obtidos no estudo “Avaliação de Desempenho dos Hospitais Públicos de 2012”, nomeadamente nas valências das doenças músculo-esqueléticas, neurológicas, agudas e nos traumatismos e lesões acidentais em que o Centro Hospitalar Tondela-Viseu ocupa a primeira posição. No ranking global é considerado como o melhor hospital do interior do país. Salientamos ainda com satisfação o facto de se ter registado, durante os últimos dois anos, uma redução das listas de espera nesta instituição e o **aumento das cirurgias em ambulatório no Hospital Cândido de**

7


Figueiredo, fruto da estratégia que foi implementada na valorização dos blocos operatórios do Hospital Cândido Figueiredo a que se deve associar o aumento de consultas externas proporcionadas nesta unidade.

É a satisfação por mantermos um rumo que manterá a nossa determinação, inquebrável, na valorização dos recursos do nosso hospital.

5. No último dia 26, foi apresentado o projeto **Tondela+10** numa sessão que contou com a presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, prof. Dr. Miguel Poiares Maduro, e do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. António Leitão Amaro.

Com este projeto o Município pretende abrir uma nova página no desenvolvimento local e regional, potenciando a capacidade empreendedora e de atratividade do concelho, a criação de emprego e a valorização do território.

Exige um trabalho fortemente colaborativo entre os vários parceiros, envolvendo o tecido empresarial local, os agentes públicos e privados da região, bem como a comunidade local.

Assim, este projeto assume uma importância estratégica para o progresso local, em que os nossos setores industriais, económicos, sociais e culturais serão os pilares identitários em que assentará esta nova plataforma agregadora de conceitos e ações empreendedoras.

Pretendemos dinamizar e apoiar soluções sustentáveis e orientadas pelas e para as necessidades e bases específicas do nosso território, valorizando

sobretudo os recursos humanos, e atrair para o nosso território quadros qualificados e pessoas com elevada capacidade criativa.

Bem sabemos os riscos e a exigência deste projeto, mas a visão estratégica e o futuro, estão no alcance da nossa ambição – um território competitivo, agregador, capaz de fixar o conhecimento científico e tecnológico, criando novas oportunidades de emprego.

CAMPANHA DE REFLORESTAÇÃO – PLANTAR O CARAMULO

Considerada por muitos a zona montanhosa mais bonita de Portugal, a Serra do Caramulo, recheada de elevado valor patrimonial e ambiental, aliada à riqueza da sua fauna e sua flora foi nos meses de Agosto e Setembro de 2013 visceralmente atingida por tenebrosos incêndios, que a transformaram como que num ápice, num manto de cinzas, e numa paisagem descaracterizada, retirando-lhe a sua beleza original, de que todos nós nos orgulhámos.

De elevado impacto na vida social e económica das populações, esses incêndios lavraram em zonas de floresta, e concomitantemente, provocaram graves prejuízos no património ambiental de toda a região.

Urgia pois, após a terrível calamidade que atingiu a nossa serra, tentar implementar de forma rápida um **PLANO ESTRATÉGICO DE VALORIZAÇÃO DA SERRA DO CARAMULO**, em todas as suas vertentes – ambiental, ecológica, patrimonial e florestal, com especial incidência na floresta das zonas ardidas.

Foi dentro deste espírito, que de forma brilhante e atenta, a Câmara Municipal de Tondela lançou mãos à obra, criando o projecto **“PLANTAR O CARAMULO”**, através de duas palavras-chave – **PLANTAR e VOLUNTÁRIO**



Tendo como objectivos principais a reflorestação de áreas públicas ardidas na serra, a promoção de reflorestação de áreas ardidas de um modo ecologicamente sustentável e a congregação de diversas iniciativas de florestação, quer no domínio da disponibilização de árvores, quer no domínio do voluntariado para a plantação, o Município entendeu e bem, que estas tarefas apenas têm sentido, se for conseguido agregar e envolver toda a sociedade, com particular realce para os movimentos cívicos, associações culturais, desportivas, recreativas, sociais, instituições públicas e todos aqueles que de forma voluntária queiram participar no projecto.

Dentro destes princípios, o dia 22 de Março será a data de arranque para a primeira reflorestação, cujos locais de plantação, se situarão na União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, Freguesia do Guardão, União de Freguesias de Caparrosa e Silvaes, e Freguesia de Santiago de Besteiros.

Pesem as muitas dificuldades que com certeza irão surgir durante este arrojado projecto, tenho a certeza que com a persistência, a determinação, e o amor que todos temos pela nossa querida Serra do Caramulo, iremos contribuir de forma decisiva, para a sua revitalização e para o ressurgimento de uma nova serra, que orgulhará todos os tondelenses, e de todos quantos a visitam.

Abílio Rodrigues dos Santos





01/02/21

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Deputados, Senhores Vereadores

Comunicação Social

A emoção que coloco na intervenção que vou fazer hoje só é comparável à sensação de ter ~~nesta primeira~~ vez a confiança popular.

É o mesmo entusiasmo que entrar aqui nesta Assembleia com a responsabilidade de ter alguém que nos mandou e monitoriza todo o nosso desempenho, no exercício destas funções.

Há algum tempo que venho alertando que o paradigma mudou, que o modelo de desenvolvimento de uma comunidade não se coaduna apenas com obras de grande envergadura, infraestruturas com grandes pormenores arquitetónicos e dimensões grandiosas, que acarretam muitas das vezes problemas de funcionamento e rentabilização.

O desafio é refletir e encontrar soluções que consigam entender o desenvolvimento como um todo, soluções muitas das vezes imateriais, mas que tragam competitividade, conhecimento e inovação, que sejam capazes através da sua articulação, gerar



emprego e empresas, cumprindo um objetivo de médio e longo prazo, que penso ser comum a todos, a fixação de pessoas no nosso concelho.

Tondela +10 é exatamente isso, um profundo trabalho de reflexão que resultou num projeto de desenvolvimento para o Concelho de Tondela, que congrega todos os atores da comunidade, ajustando as suas especificidades, ressaltando sobretudo as áreas onde somos diferenciadores, catalisando assim toda a nossa região.

Afinal o que é o Tondela+10?

Este projeto enfoca sobretudo na criação de um centro de estudos e investigação, localizado na zona reabilitada da cidade, onde estarão 10 estagiários, de diferentes áreas do saber, que trabalharão num projeto individual, amadurecendo 10 ideias, mas contribuindo para aqueles que serão projetos comuns.

Importa também identificar as áreas de trabalho, na medida em que elas surgem por força de representar o território e as suas potencialidades, mais propriamente:

- biologia e ambiente
- arquitetura e design



- turismo
- agricultura e floresta
- saúde e bem estar
- cultura e indústrias criativas
- potenciais “clusters” industriais, onde se inclui o ramo automóvel, a avicultura, entre outros

E por fim...

- comunicação e marketing territorial

Tal como disse, haverá projetos comuns a todos os estagiários, a rede de produção e comercialização de produtos locais, o plano de formação e os “clusters” locais.

O Tondela+10 é algo que não se esgota aqui, é de caráter evolucionário e envolvente, pois será simultaneamente um espaço aberto à comunidade, que será construído através do debate e confrontação de ideias que acrescentem valor ao território.

A este desafio empresas locais, associações, institutos públicos, universidades disseram presente, levantando assim uma parceria que traçará o nosso modelo de desenvolvimento futuro.



Muitos pensarão que se tratam de mais 10 estágios, mas é muito mais abrangente do que isso, são 10 oportunidades de realização, 10 modelos de negócio que apontarão ideias empreendedoras e que terão a oportunidade de as implementar durante 6 meses de incubação, após a realização de estágios.

É a possibilidade de acrescentar 10 ao território, é o envolvimento de todos, é possibilidade de construir uma memória coletiva, que todos os anos se renova, mas tendo por base o que se construiu para trás.

Trata-se de abrir de uma nova página no desenvolvimento local.

É um desígnio que com toda a comunidade permitirá entrelaçar o mundo empresarial ao conhecimento científico e tecnológico, “certificando” assim os novos empreendedores.

A presença do Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional Professor Doutor Miguel Poiars Maduro veio reforçar a importância e assertividade da ideia.

A discussão e modelo não se esgota aqui, há ainda muitas questões a resolver, entre elas como combater a desertificação?

Como encontrar soluções, que não colocando em causa a sustentabilidade financeira das instituições, permita fixar famílias



no Concelho, tornando-nos mais competitivos face aos concelhos limítrofes.

Parece-me que este é apenas o pontapé de saída!

Não queria terminar sem antes tecer um comentário ao que tenho observado nas redes sociais sobre este projeto, e que penso ser bastante positivo.

Os comentários que encontro em nada criticam o Tondela+10, apenas tentam saber mais informações e pormenores, e inclusive membros desta casa mencionam a apresentação, mas sem a beliscar, refugiando-se exclusivamente em aspetos de forma, e nem uma ideia para este modelo.

Agora sim, termino, com muita esperança, parafraseando o Senhor Ministro que disse que o Tondela +10 é um exemplo para o país.

Isto é pensar nas gerações futuras, e eu acredito no Tondela +10, e o seu sucesso só depende de nós!!!

Muito Obrigado

Vera Machado

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Caros Membros desta Assembleia

MOÇÃO

O Grupo Parlamentar do PSD, do face ao Estudo de Valorização de Elevado Valor Acrescentado agora em discussão e análise pública e onde é manifesto uma intervenção no que concerne à região centro e que afetará necessariamente o nosso concelho no que concerne ao eixo rodoviário que liga Viseu a Coimbra, propõe a esta Assembleia que seja aprovada a Moção com o seguinte teor:-----

1ºReconhece o PSD de Tondela a importância para o concelho de Tondela de uma rodovia entre Viseu e Coimbra em condições de maior segurança e celeridade e como tal propõe que seja requalificado todo o troço denominado por IP3 em perfil de autoestrada;

2º Que esta requalificação quando incida em troços sobrepostos ao atual IP3 sem alternativa de circulação sejam os mesmos isentos de portagem e apenas e só nos troços novos e paralelos sejam estes suscetíveis de taxaão, mediante portagens, numa lógica de utilizador-pagador.

Tondela, 28 de Fevereiro de 2014

O Grupo Parlamentar do PSD

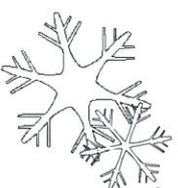
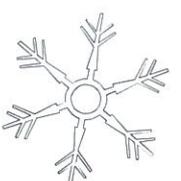


MUAP

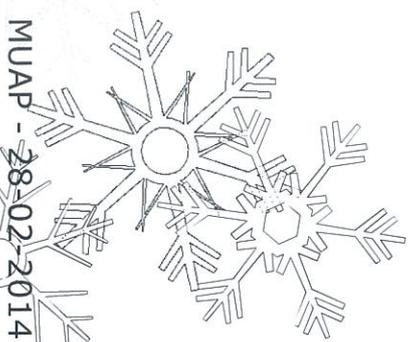
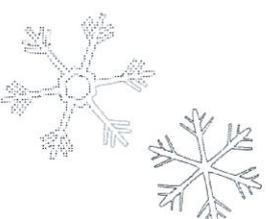
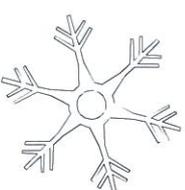
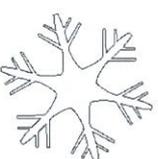
MUAP – Movimento dos Utentes das Águas do Planalto

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>



Handwritten signature in blue ink.

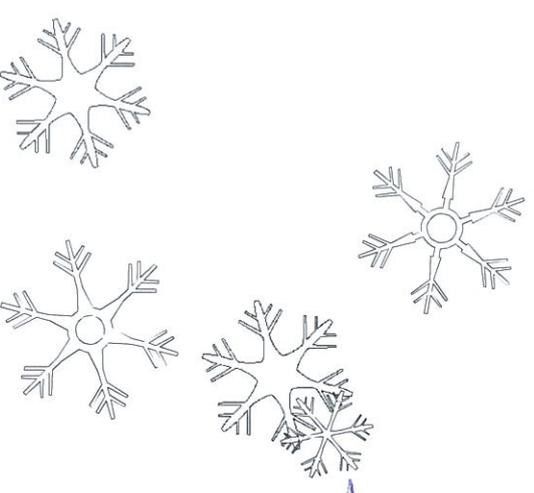


MUAP - 28-02-2014

Handwritten text in blue ink, possibly a date or reference number.

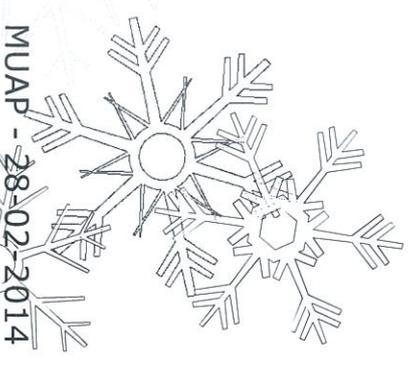
MUAP: Apresentação

- Somos um **grupo informal e apartidário** formado por cidadãos com a consciência de que os **preços da água** fornecida pela empresa Águas do Planalto aos concelhos de Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tábua **são extremamente elevados e injustos** para todos e em especial para aqueles que atravessam **dificuldades económicas**.



<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>

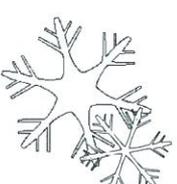
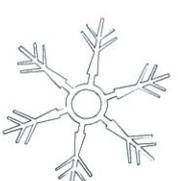


MUAP: Missão

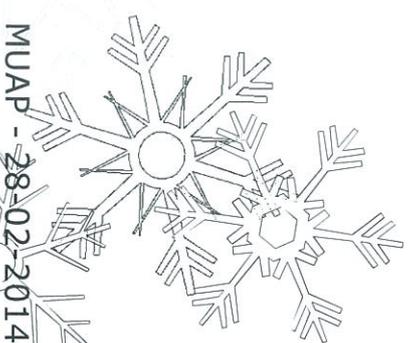
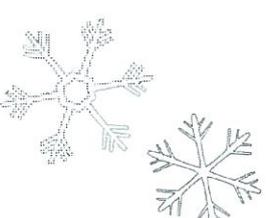
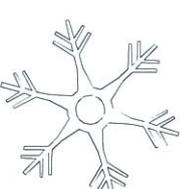
- Lutar pela **redução** significativa do **preço da água**

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>



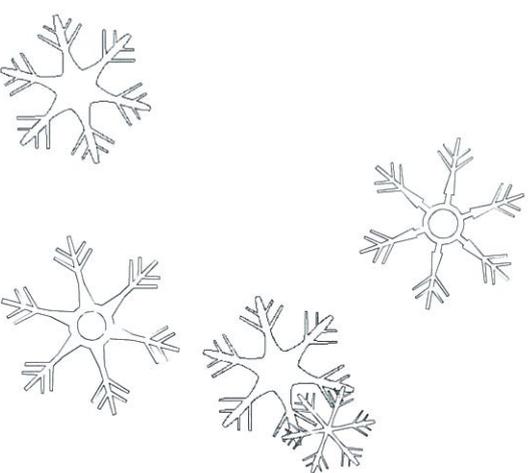
Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a small flourish and a large 'R'.



MUAP - 28-02-2014

MUAP : Visão

- A água é um **bem público** de primeira necessidade
- A água deve estar **acessível a todos**
- A água **não** pode ser fonte de rendimento de empresas privadas
- A água é cada vez mais um importantíssimo **recurso natural**



A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

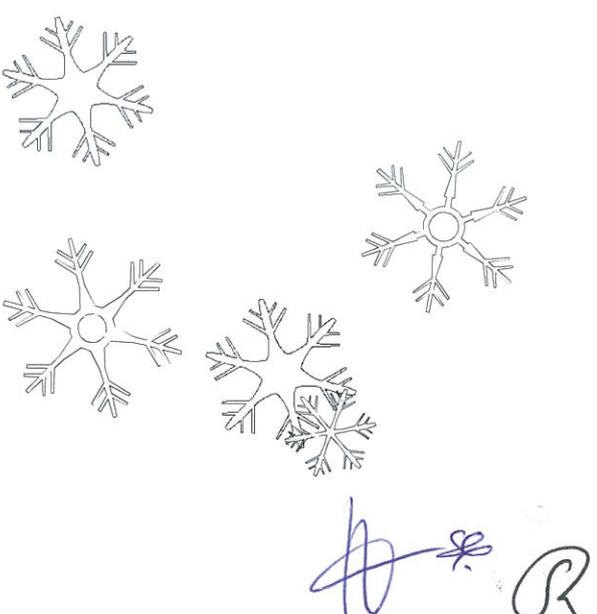
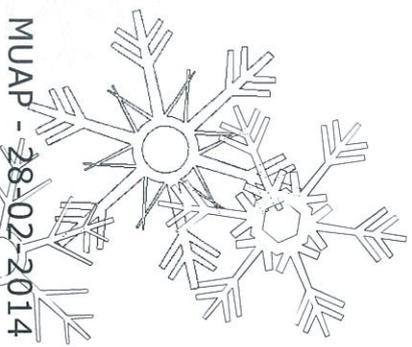
<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>

MUAP: Valores

- Somos **apartidários**
- Somos abertos a todos
- Defendemos a **cidadania**
- Defendemos a **DEMOCRACIA** (*demos+Kratos=Governos do Povo*)

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>



PONTO DE PARTIDA...

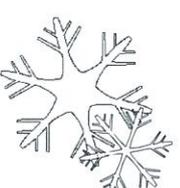
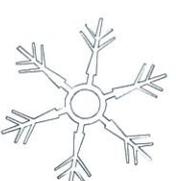
| CONCELHO | Valor por 10m ³ | ENTIDADE FORNECEDORA |
|--------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| PENEDONO | 2,6 | CÂMARA MUNICIPAL DE PENEDONO |
| MOIMENTA DA BEIRA | 5,35 | CÂMARA MUNICIPAL DE M. DA BEIRA |
| OLIVEIRA DE FRADES | 6,63 | CÂMARA MUNICIPAL DE O. DE FRADES |
| TAROUCA | 7,5 | CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA |
| SÃO PEDRO DO SUL | 8,06 | CÂMARA MUNICIPAL DE S. P. DO SUL |
| VISEU | 8,3 | SM DE VISEU |
| LAMEGO | 10,25 | CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO |
| TONDELA | 15,41 | ÁGUAS DO PLANALTO, SA |

Fonte: Jornal O Público, 2012

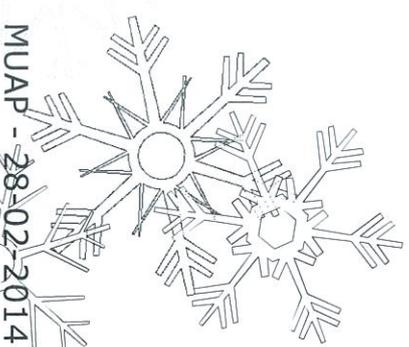
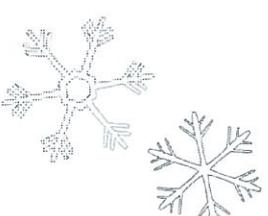
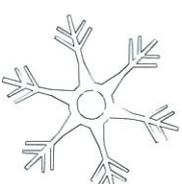
O custo para 10 m³ apresentado anteriormente diz respeito a 2012

Serve apenas para demonstrar que existem diferenças importantes

Em 2013 ocorreram novos aumentos...



[Handwritten signature]

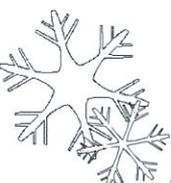
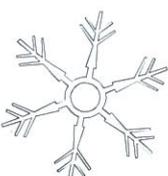


O custo estimado para 10 m³ em 2014 será de... 20€!!!

| ESTUDO PARA 10 m ³ - TARIFÁRIO - ANO 2014 | | | | | |
|--|--------|----------------------|----------------|-----|--|
| TARIFAS (mensais) | | | | | |
| Tarifa Variavel - Consumo de Água Domésticos | TARIFA | Qtd. | Total | IVA | |
| 0 a 5m ³ (€/m ³) | 0,85 € | 5,00 m ³ | 4,26 € | 6% | |
| 6 a 10m ³ (€/m ³) | 1,34 € | 5,00 m ³ | 6,69 € | 6% | |
| 11 a 20m ³ (€/m ³) | 2,07 € | | | 6% | |
| 21 a 30m ³ (€/m ³) | 3,28 € | | | 6% | |
| >30m ³ (€/m ³) | 5,69 € | | | 6% | |
| Tarifa Fixa - taxa de disponibilidade (€/dia) | 0,23 € | 30 Dias | 6,79 € | 6% | |
| Taxa de recursos hídricos (€/m ³) | 0,02 € | 10,00 m ³ | 0,21 € | 0% | |
| Sobretaxa artº 21 (€/dia) | 0,05 € | 30 Dias | 1,48 € | 0% | |
| Aos preços indicados acresce IVA à taxa legal em vigor | | | | | |
| | | Com IVA (6%) | 20,50 € | | |

AS CAUSAS: Adenda ao contrato de concessão

| | Contrato | Adenda |
|------------------------------------|---|--|
| Data | 04-11-1997 | 13-12-2007 |
| Concurso público | sim | não |
| Visto prévio do Tribunal de Contas | sim | não |
| Período de concessão | 15 anos | 30 anos |
| Condições de resgate | 5% da faturação vezes número de anos em falta | 15% a 30% da faturação vezes número de anos em falta a que se soma toda a dívida da empresa. |
| Remuneração anual aos municípios | 324.218€ | 65.000€ |
| Remuneração extraordinária | | 22.250.000,00€ |



AS CAUSAS: Adenda ao contrato de concessão

| | Contrato | Aditamento |
|--|---|-------------------------------------|
| Garantia do equilíbrio económico-financeiro da empresa | não | Sim Alínea 7.3 do artigo 21º |
| Decisões do tribunal arbitral | Cabe recurso para os tribunais em questões de direito | Não cabe recurso de nenhuma espécie |
| Aluguer mensal do contador até 15mm | 1,05€ | 4,00€ |
| Aluguer mensal do contador 16 a 25mm | 1,31€ | 4,57€ |
| Preço por m3 no escalão de 0 a 5m3 | 0,2494€ | 0,5627€ |
| Preço por m3 no escalão de 6 a 10m3 | 0,3990€ | 0,8837€ |

Em 2014...

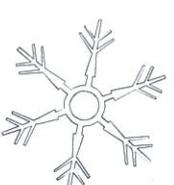
0,852 €/m3

1,338 €/m3

FACTOS: Adenda ao contrato de concessão

- Não foi precedida de qualquer concurso público
- Não teve o visto do tribunal de contas
- Não foi aprovada em reuniões de câmara (*)
- Não foi aprovada nas assembleias municipais (*)
- Viola o contrato inicial no que respeita ao prazo
- Viola o contrato inicial na formação de preços
- Faz um empréstimo encapotado à AMRPPB

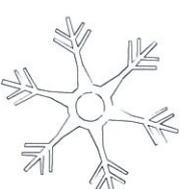
(*) Informação solicitada às CM e AM ainda sem resposta. Informação não encontrada nas atas disponíveis Online.



LEGALIDADE? Adenda ao contrato de concessão



- A adenda altera substancialmente o contrato inicial sendo na prática um **novo contrato**
- Não foi precedida de **concurso público**
- Viola a Constituição da República Portuguesa ao **não permitir recursos para os tribunais comuns**
- Obriga a AMRPB a garantir o **equilíbrio económico-financeiro** da Águas do Planalto
- No seu conjunto a adenda estabelece um **contrato leonino** que significa *“que uma das partes lesa os direitos da outra parte, aproveitando-se normalmente de uma situação desigual entre os pactuantes”*



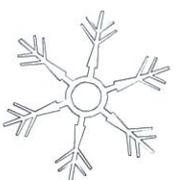
MUAP: O que já fizemos?

- Promovemos um abaixo assinado:
- na internet – 1345 assinaturas

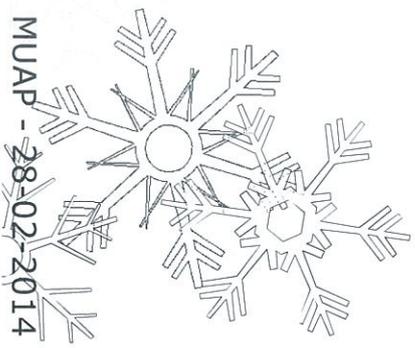
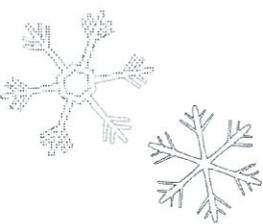
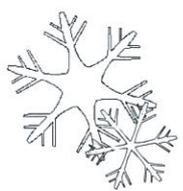
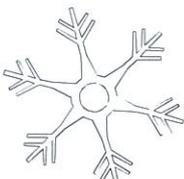
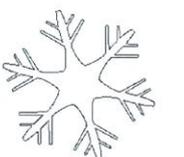
The screenshot shows a petition page on the website 'peticaopublica.com.br'. The title is 'Diminuição do preço da água praticados pelo Planalto Beirão'. The page has a dark header with the logo 'Petição Pública' and navigation links like 'Petição pública', 'Criar Petição', 'Login ou Registrar', 'Pesquisar Petições', and 'Iniciar'. The main content area includes the text: 'Apoie esta Petição. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.' followed by 'Diminuição do preço da água praticados pelo Planalto Beirão' and 'Para: Câmara Municipal do Município de São Paulo'. It also states 'Para mais informações sobre esta petição, clique aqui.' and 'Assinaram a petição 1.345 pessoas'. There is a 'Assinar Petição' button and social media sharing icons. At the bottom, there is a note: 'O seu apoio é muito importante. Assine esta causa. Assine a Petição.' and a footer with the text: 'Alguns ícones para assinar. O seu ícone de assinar não aparecerá aqui.' and 'Assine esta causa. Assine a Petição.'

- <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=P2013N71111>
- em papel – 2500 assinaturas

- Informámos as pessoas da nossa luta



Handwritten signature in blue ink.



MUAP: O que já fizemos?

● Reunimos com a empresa Águas do Planalto (24-01-2014)

24.01.14

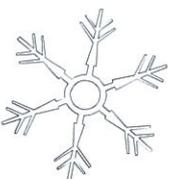


Actualidade **A COMARÇA** 3

13/02/2014

DEBARRANDA

3



sk



EMPRESA ESCLARECEU DÚVIDAS SOBRE BENEFÍCIOS QUE GERA PARA A POPULAÇÃO

“Águas do Planalto” receberam movimento de cidadãos

A empresa Águas do Planalto (Grupo Aquapor) recebeu pela Associação de Municípios do Planalto, Beirão e Tondela, na passada sexta-feira, 24, na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Mosteiro de Pragas, em Tondela, o



“Quis e mos receber o Movimento de cidadãos nas nossas instalações para que de facto se

Não retrata exatamente o que se passou. A gestão de preços da água nos concelhos da região, bem como a evolução das contas da empresa e do preço da água para 2014. Finalmente, foi também explicado o investimento de 39

O comunicado foi emitido antes do fim da reunião para esclarecer as dúvidas dos cidadãos e os desafios que se colocam para todos os municípios, afirmou Narciso Matias, administrador das Águas do Planalto.

MOVIMENTO DE CIDADÃOS GARANTE NÃO BAIXAR OS BRAÇOS

Águas tu rvas

FALTO MATOS AFOSSO

O comunicado emanado pela empresa concessionária do abastecimento de água aos municípios de Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tabua, não foi suficiente para serenar o Movimento de Cidadãos que contesta o preço da água.

“A nossa luta vai continuar, cada vez com mais firmeza, porque sabemos que temos a razão

do nosso lado”, disse à agência Lusa um dos membros do movimento que critica os “preços

exorbitantes” praticados nasqueles concelhos. Luis Figueiredo acrescentou ainda que o Movimento de Cidadãos (...) não vai baixar os braços.

A reunião com responsáveis da empresa Águas do Planalto (Grupo Aquapor) (...) não trataram as instalações, que são da Associação de Municípios do Planalto Beirão e ex-plicaram que eles estão apenas a fazer a gestão, relativamente a qual não vimos qualquer vantagem”, adiantou.

Segundo Luis Figueiredo, quando foi abordada a questão da redução do preço da água, os responsáveis da Águas do Planalto apresentaram hipóteses como o aumento do número de utilizadores, por estimarem que 10 a 20% das pessoas não estão ainda ligadas à rede - e o aumento dos preços da água praticado as autarquias locais - mais baratos do que os cobrados aos consumidores.

Recorda-se que o Movimento defende que a gestão da água deva voltar a ser da responsabilidade dos municípios (...). do nosso ponto de vista, essa seria a solução ideal, porque permitiria ter custos mais reduzidos para os utilizadores finais”, de-

fez Luis Figueiredo.

Na petição, o Movimento exigia, sobretudo, a redução do valor das faturas para um consumo mensal de dez metros cúbicos de água. Enquanto nestes cinco concelhos os municípios pagam uma fatura de 15,41 euros, em Viseu, por exemplo, pagam 8,12 euros (...). Para os mesmos consumos, essencialmente pagos-se o dobro em Tondela do que se paga em Viseu”, lamentou Luis Figueiredo.

No dia 24 de Janeiro, a Águas do Planalto emitiu um comunicado (ver A COMARÇA de 30 de Janeiro) a dizer que tinha recebido o Movimento de Cidadãos, e que foi feita uma visita à Estação de Tratamento de Água e à Barragem do Paúl, no concelho de Tondela. “Quisemos receber o movimento de cidadãos nos nossos mandatórios para que, de facto, sejam esclarecidos do quanto é justo pela qualidade da água nos concelhos em causa.

Por outro lado, pretendemos que existam muitas delas sem qualquer encargo extra sobre os benefícios da nossa gestão, pelo que consideramos esta opção muito oportuna e de interesse para as partes, onde esclarecemos todas as dúvidas e os desafios que se colocam para todos, nos cinco municípios”, referia no comunicado Narciso Matias, administrador das Águas do Planalto.

referia no comunicado Narciso Matias, administrador das

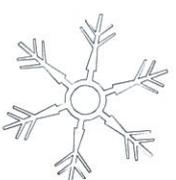
Águas do Planalto. Entretanto, Luis Figueiredo lamentou o comunicado por um lado porque foi emitido aos olhos de comunidade social ainda antes do fim de reunião e, por outro, (...) por transmitir a ideia de que os membros do Movimento são pessoas mal informadas. “Registamos a vontade e simpatia que demonstraram na reunião e com que nos cedermos os relatórios de contas mas esse comunicado não retrata o que se passou lá”, considerou.

De salientar ainda que, em 1996, a Associação de Municípios do Planalto Beirão lançou um concurso público informativo para a concessão do serviço de abastecimento de água para os concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tabua e Tondela. A Lusaiga foi a vencedora, tendo sido constituída a Águas do Planalto, S.A., que iniciou atividade em 1998.

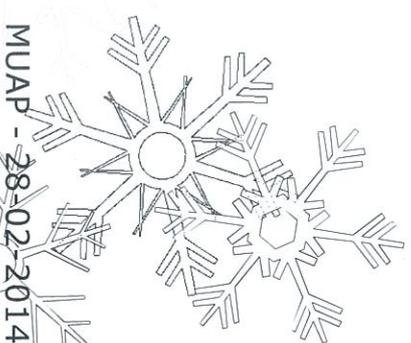
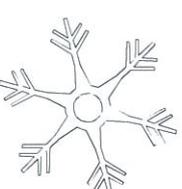
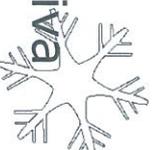
Luis Figueiredo explicou que foi uma agenda feita em 2007 que tornou a situação (...) verdadeiramente calamitosa para todos os municípios, porque (...) desde então, os preços mais do que duplicaram”, sublinhou.

MUAP: O que já fizemos?

- Acedemos aos contratos de concessão e respetiva adenda e fizemos a sua análise detalhada
- Solicitámos informações a todas as câmaras municipais que na generalidade não as têm fornecido
- Solicitámos e obtivemos documentos da Água do Planalto
- Solicitámos documentos oficiais à AMRPPB
- Informámos as pessoas da nossa luta
- Criámos página de facebook e blog [MUAP]
 - <https://www.facebook.com/utentesplanalto>
 - <http://muapaguasplanalto.blogspot.pt>

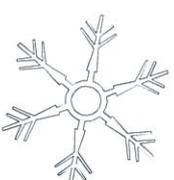


A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'R. P.' with a flourish.

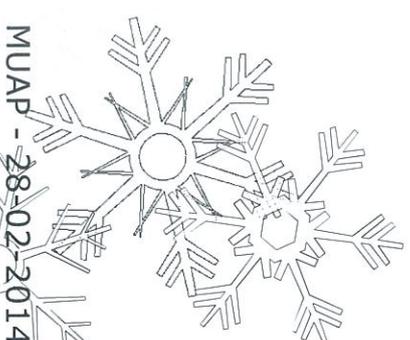
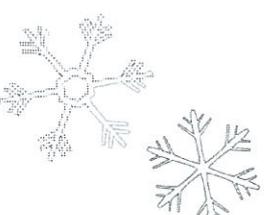
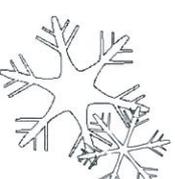
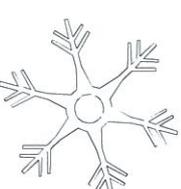
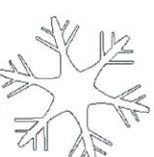


MUAP: O que já fizemos?

- Fizemos uma participação relativamente à legalidade da adenda às seguintes entidades:
 - Procuradoria Geral da República
 - Inspeção Geral de Finanças
 - Tribunal de Contas
 - Provedor de Justiça



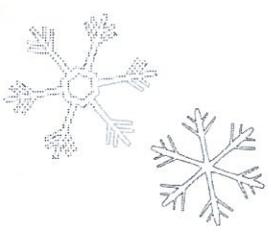
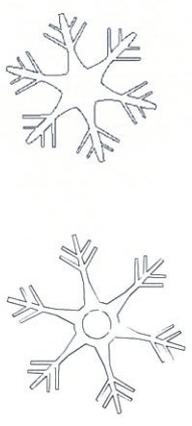
Handwritten signature in blue ink.



MUAP: Análise das contas



A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping letters.

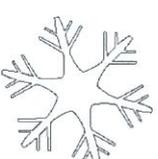
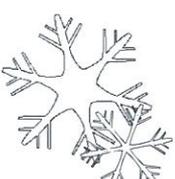


INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA

Valor apresentado pelas
Águas do Planalto

39.734.285,00 €

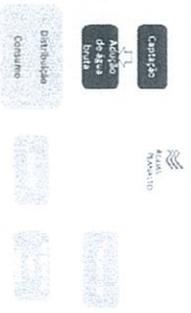
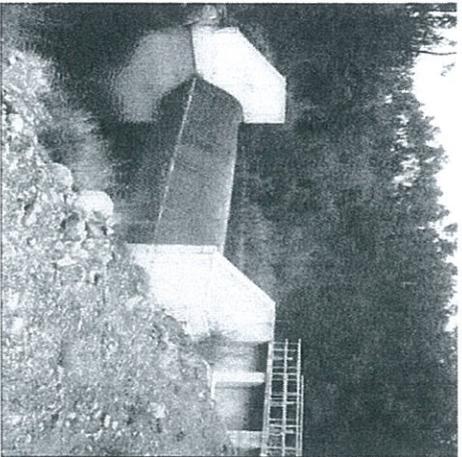
**Qual o valor total das
participações de fundos
comunitários e nacionais
destas infraestruturas?**



OBRAS



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



ACUDE DA LEVADINHA / CONDUITA DE DERIVAÇÃO

Acude executado no Rio Dinha em Caparrosinha e, que constitui a principal alimentação da Barragem

A conduita de Derivação Acude/Barragem com a extensão de 3km tem uma secção de 560mm em PEAD e transporta um caudal máximo de 1.120 m³/h

- Custo da Obra € 612.129



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



BARRAGEM DA RIBEIRA DO PAUL

Barragem executada na Ribeira do Paul em Mosteiro de Fraguas

- Altura de 27m e coroamento de 180m de comprimento.

- Capacidade de cerca de 2,4 milhões de m³.

- Área inundada de cerca de 30 hectares.

- Custo da Obra € 2.491.980



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



ESTÁÇÃO ELEVATÓRIA

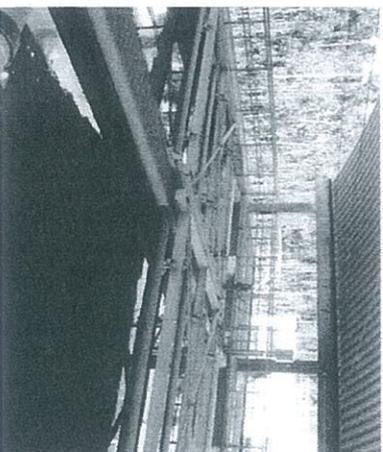
- Construída na Barragem da Ribeira do Paul

- A Estação Elevatória é assegurada por 3 grupos electrobomba (2 + 1 de reserva) com capacidade de elevação de 900m³/hora

- Custo da Obra € 938.600



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



ESTÁÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE MOSTEIRO DAS FRAGUAS

- Capacidade de tratamento de 9000m³/h

- 2 linhas autónomas e de funcionamento automático, constituídas por:

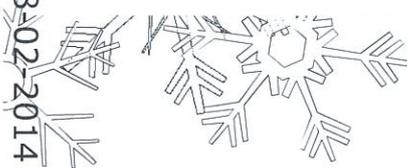
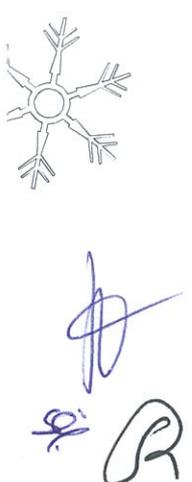
- Arejamento -> Ozonização -> Floculação/floculação -> Filtração -> Correção de pH -> Desinfecção final e Tratamento de lamas

- Reservatório de Reserva de Água Tratada de 14.000m³ e um Edifício de Exploração.

- Existem ainda mais 4 ETAs:

- ETA da Tabua
- ETA de Mortágua
- ETA de Santa Comba Dão
- ETA do Carregal do Sal

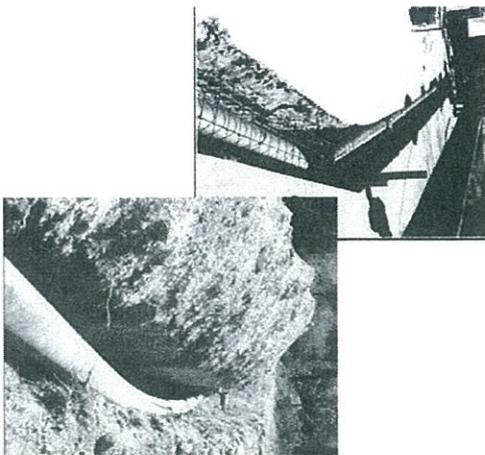
MUABP - 28-02-2014



OBRAS



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



| Descrição | Quantidade | Valor Unitário (€) | Valor Total (€) |
|--------------------|------------|--------------------|-----------------|
| Distinção Consumo | | | |
| Reserva Água Verde | | | |

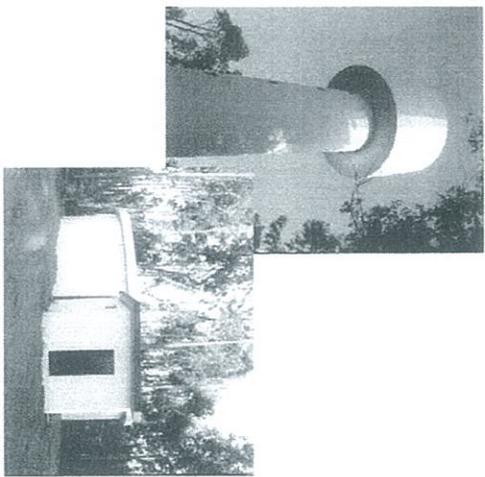
CONDUTAS ADUTORAS

- Conjunto de condutas adutoras que abrangem os 5 concelhos da área de concessão, com extensão global de 153 kms.
- Materiais utilizados:
 - Ferro fundido dúctil
 - Polietileno de alta densidade
- As secções das condutas adutoras que variam entre 80mm e 450mm.

Custo da Obra € 9.635.379



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



| Descrição | Quantidade | Valor Unitário (€) | Valor Total (€) |
|-------------------|------------|--------------------|-----------------|
| Distinção Consumo | | | |
| Reserva | | | |

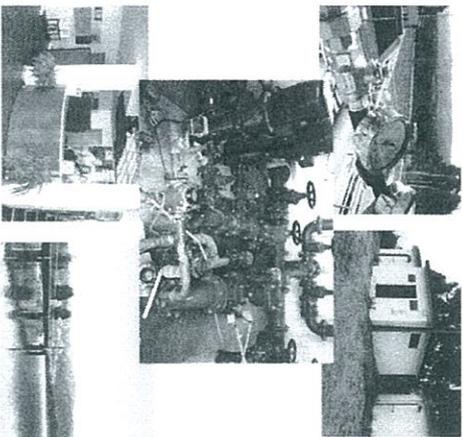
RESERVATÓRIOS

- Foram construídos 17 Reservatórios de entrega de água
- Capacidade dos Reservatórios varia entre 100m³ e 1000m³

Custo da Obra € 1.512.067



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



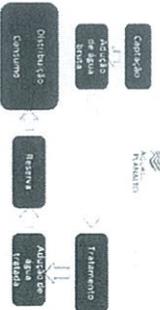
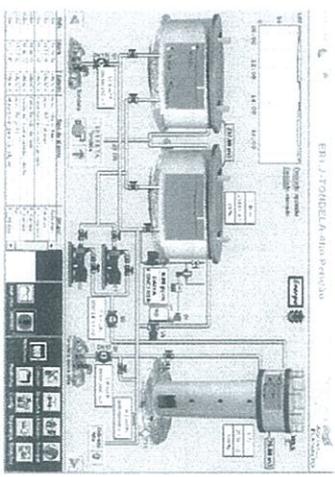
| Descrição | Quantidade | Valor Unitário (€) | Valor Total (€) |
|-------------------|------------|--------------------|-----------------|
| Distinção Consumo | | | |
| Reserva | | | |

REDE DISTRIBUIDORA

- Comprimento da rede:..... 1.247 km
- Nº de Reservatórios:..... 129
- Volume de água distribuída: 3.534.512 m³
- Análises de água (nº parâmetros):... 3.447
- Conjunto de obras de melhoria e adaptação às novas exigências de qualidade e quantidade de água para distribuição.
- Custo da Obra € 1.992.029

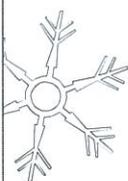


INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



SISTEMA DE CONTROLO E TELEGESTÃO

- Sistema interligado de todas as infra-estruturas sob gestão da Concessionária.
- Permite a supervisão de captações, reservatórios, bombagens, consumo energético, volume de água distribuído.
- Na ETA de Mosteiro permite a operação automatizada
- Custo da Obra € 843.253



Handwritten signatures and initials in blue ink.

OBRAS



Handwritten signature and initials

| Obras construídas ao abrigo do contrato de concessão | |
|---|------------------------|
| | |
| Açude da levadinha / conduta de derivação | 612.129,00 € |
| Barragem da ribeira do Paul | 2.491.980,00 € |
| Estação elevatória | 938.600,00 € |
| ETA | 6.971.810,00 € |
| Condutas adutoras | 9.635.379,00 € |
| Reservatórios | 1.512.067,00 € |
| rede distribuidora | 1.992.029,00 € |
| Sistema de controlo e telegestão | 843.253,00 € |
| Custo de obras | 24.997.247,00 € |
| Custo de obras apresentado | 25.496.045,00 € |
| | |
| Intervenção nos sistemas existentes | ? |
| | 498.798,00 € |
| | |
| Obras construídas pela concedente | |
| Custo de obras | 14.238.240,00 € |
| | |
| | |
| custo global das obras | 39.734.285,00 € |

OBRAS



Handwritten signature and initials in blue ink.



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA

RESUMO DAS OBRAS

Obras construídas ao abrigo do Contrato de Concessão:

- Intervenções nos Sistemas Existentes
- Açude e Conduta de derivação
- Barragem de captação e armazenagem
- Estação Elevatória
- Estação de Tratamento de Água
- Reservatórios
- Condutas Adutoras
- Sistema de Controlo e Telegestão.

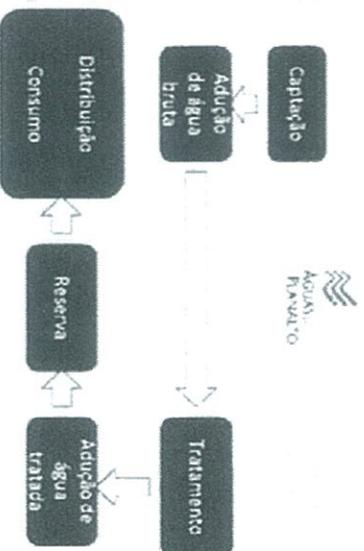
Custo da Obra € 25.496.045
(inclui Projeto de Execução)

Obras construídas pela Concedente:

- Reservatórios
- Condutas Adutoras
- Fiscalização, Terrenos, Pavimentos

Custo da Obra € 14.238.240

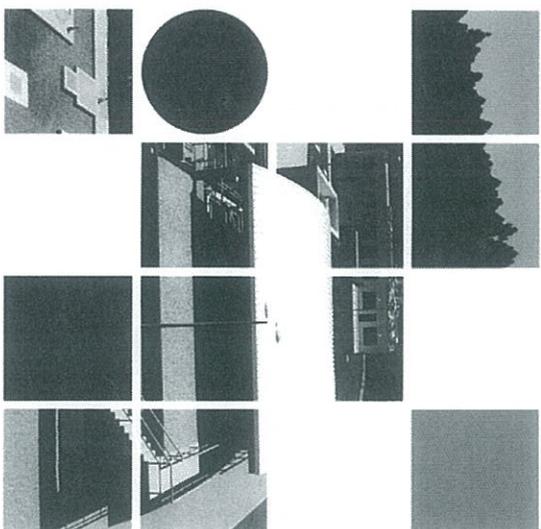
Custo Global das Obras € 39.734.285



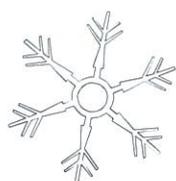
RELATÓRIO DE CONTAS 2012



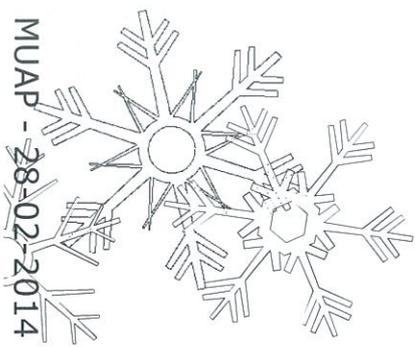
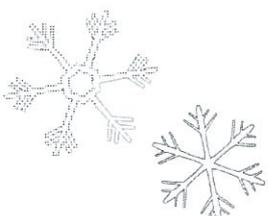
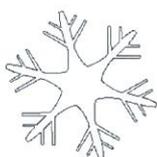
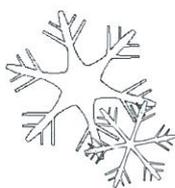
Mensagem do Presidente



2. 1/1/14

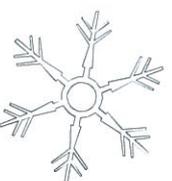


Handwritten signature and initials.



MUAP - 28-02-2014

RELATÓRIO DE CONTAS 2012



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2012, a Concessionária atingiu um Volume de Negócios de 5.759.256€. Apesar da conjuntura económica do País, conseguimos registar um ligeiro crescimento de 0,4%. Para isso, salientamos o crescimento de 6,2% da Tarifa de Disponibilidade que contrapõe a redução de receita da Venda de Água, dos Ramais domiciliários e dos Outros Serviços prestados pela empresa.

Comparativamente com outras zonas do País, o Planalto Beirão regista um consumo médio muito baixo (6,4 m³/contador/mês) e no ano 2012 verificou-se uma redução de 4,9% do volume de água vendida. Note-se que os Utilizadores Domésticos têm um peso de 90% no conjunto total de contratos existentes; e um peso de 72% no volume de água vendido.

A empresa gerou no ano de 2012, um Resultado Líquido positivo de 770.866 euros, que representa um decréscimo de 33,9 mil euros face ao ano anterior.

No ano em apreço, a Concessionária passou a disponibilizar a Loja do Utilizador, no seu sítio da internet e passou a disponibilizar a possibilidade de receção da fatura eletrónica, que apesar de ainda ser recente já conta com uma adesão de 6%.

Em 2012 não se registaram anomalias graves no abastecimento de água às populações abrangidas pela concessão, tendo sido integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de agosto. E a Campanha de Controlo Ativo de Perdas permitiu uma redução no nível de perdas de água.

Em 2013 pretendemos adaptar o Contrato de Concessão ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos, Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto. Para o efeito, a minuta de aditamento ao contrato de concessão foi submetida pela concessionária à concedente e já foi enviada para a ERSAR onde se encontra para parecer da Entidade Reguladora.

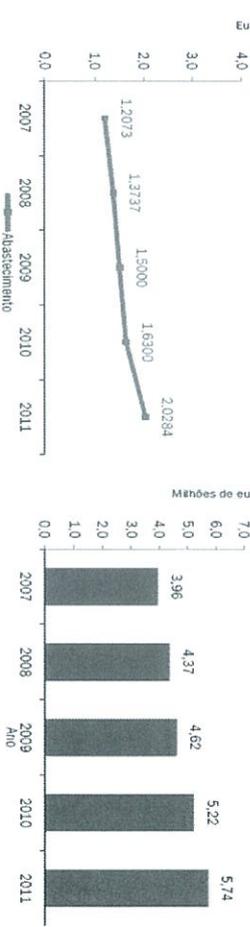
O Presidente do Conselho de Administração

[Handwritten signature]
 Diogo Faria de Oliveira

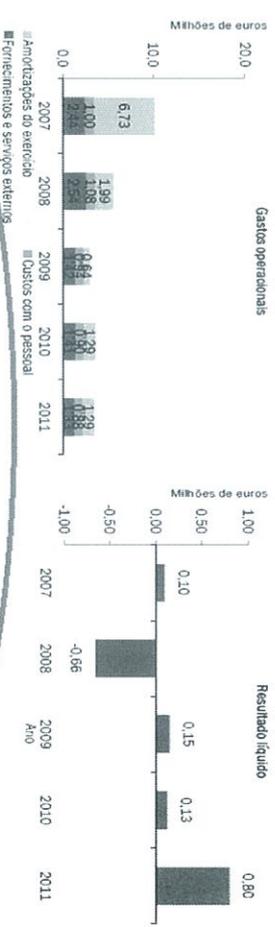
VOLUME DE NEGÓCIOS SEMPRE A CRESCER À CUSTA DA "TAXA DE DISPONIBILIDADE"

| Caracterização geral | | Sistema Inter municipal do Planalto Beirão | |
|--|---------------------------|--|--------------|
| Designação do sistema | | Alugamentos existentes | 46,2 (44) ml |
| Data de início e período do contrato | 4 nov 1997 (15 + 15 anos) | Área abrangida (km ²) | 1 051 |
| Capital Social (€) e principal acionista | 2 675 000 Aquapor (100%) | | |
| | | Dados de 2011 | |

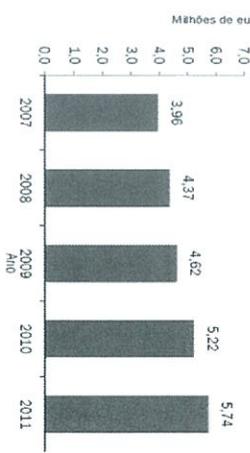
Pregão médio do serviço m³/ano



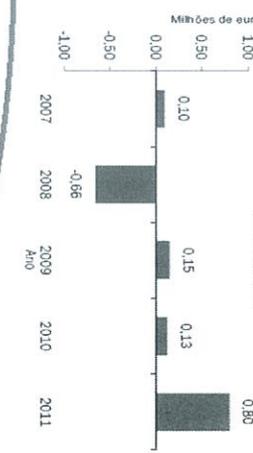
Gastos operacionais



Volume de negócios



Resultado líquido



VOLUME DE NEGÓCIOS E RESULTADO LÍQUIDO SEMPRE A SUBIR...

Fonte: ERSAR - Entidade Reguladora Saneamento e Águas Residuais:
<http://www.ersar.pt/web/site/ViewContent.aspx?SubFolderPath=Root/Conteudos/Sitio/MenuPrincipal/Documentacao/Publicacoes/RS&Section=MenuPrincipal&FolderPath=Root/Conteudos/Sitio/MenuPrincipal/Documentacao&BookTypeID=3&BookCategoryID=1>

Fonte: ERSAR

MUAP - 28-02-2014

RELATÓRIO DE CONTAS 2012

www.ersar.pt/Arquivos/Show/Celcius_PopUp.aspx?FileNames=/lib/11/12935133FAB7BCAAAD78621001AE3CF5546C7.swf

Consumo anual por família
 60m³ 120m³ 180m³

Seleção o concelho - entidade gestora:
Tondela

Encargo anual em 2012 com os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, para utilizadores domésticos (famílias) com consumos anuais de 60, 120 e 180 metros cúbicos

Entidade gestora do serviço de abastecimento
Águas do Planalto

Fatura de abastecimento 184,92 €
Posição relativa 7



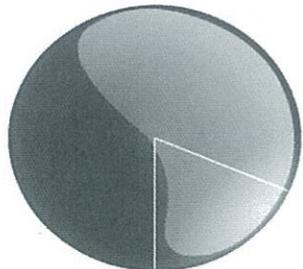
Entidade gestora do serviço de saneamento
Câmara Municipal de TONDELA

Fatura de saneamento 42,00 €
Posição relativa 180



Entidade gestora do serviço de resíduos
Ecoibeira

Em Tondela, para um consumo de 120 m³ anuais, as Águas do Planalto cobram 184,92€.



É a 7ª água mais cara de Portugal!!

Fonte: Ersar - Entidade Reguladora Saneamento e Águas Residuais:
http://www.ersar.pt/Arquivos/Show/Celcius_PopUp.aspx?FileNames=/lib/11/12935133FAB7BCAAAD78621001AE3CF5546C7.swf



RELATÓRIO DE CONTAS 2012

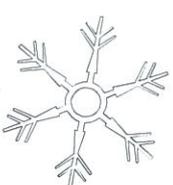
O relatório de contas da concessionária de 2012

<http://www.aquasdoplanalto.pt/imgs/fich/RC2012.pdf>

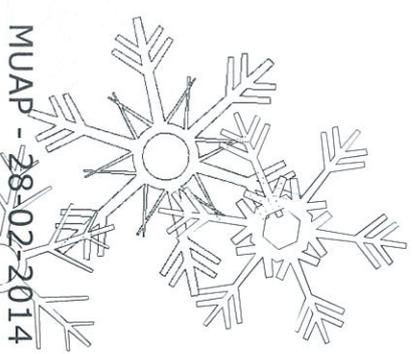
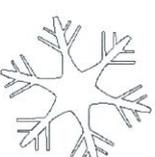
mostra que a empresa teve um lucro líquido de:

1.078.463€ em 2012 - taxa de rentabilidade 35%

1.088.589€ em 2011 - taxa de rentabilidade 41%



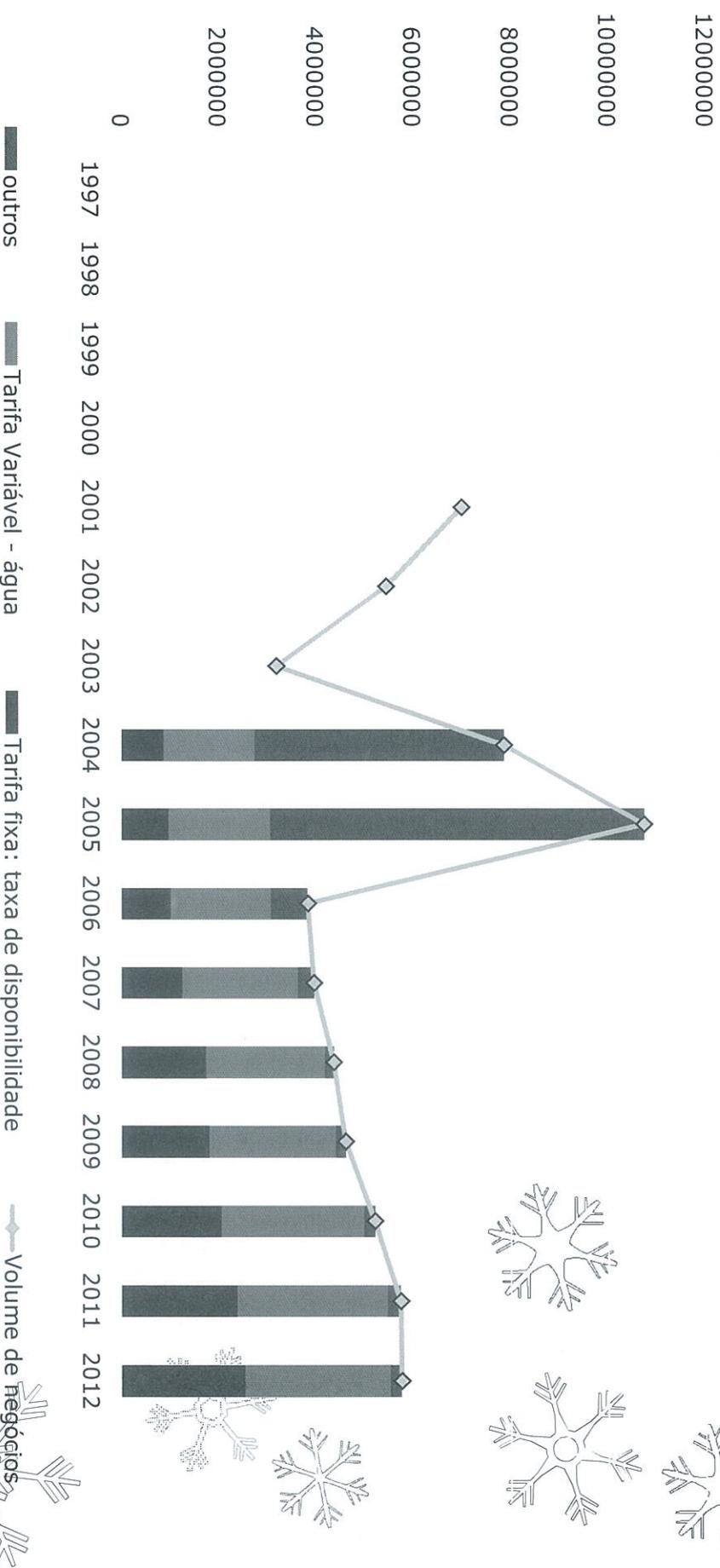

sp.



RELATÓRIO DE CONTAS 2012



Evolução do volume de negócios da Águas do Planalto



•Os preços estabelecidos na adenda, em especial a taxa de disponibilidade que veio a substituir o aluguer do contador, têm vindo sucessivamente a ficar mais elevados como se pode comprovar pelo gráfico. Este gráfico mostra a **crecente subida desta taxa de disponibilidade** desde a assinatura da adenda, subida essa que não estava prevista no contrato inicial de concessão.

RELATÓRIO DE CONTAS 2012

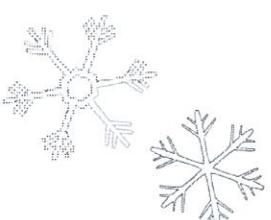
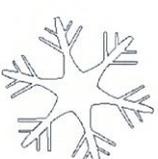
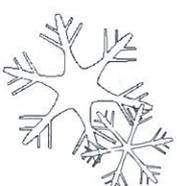
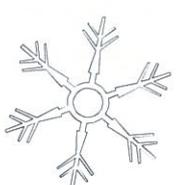
| | | |
|---------------------------|-----------------------|--------|
| Volume de negócios | 5.759.256,00 € | |
| Tarifa fixa | 2.543.551,00 € | 44,16% |
| Tarifa Variável - água | 2.994.854,00 € | 52,00% |
| outros | 220.851,00 € | 3,83% |

| | | |
|------------------------|-----------------------|--------|
| Tarifa fixa | 2.543.551,00 € | |
| Total de custos | 2.020.544,00 € | 60,18% |
| Impostos | 51.470,00 € | 1,53% |
| Amortizações | 1.285.561,00 € | 38,29% |
| | 3.357.575,00 € | |

Verificamos que:

- a Tarifa fixa (Taxa de disponibilidade) corresponde:
- a 44% do volume de negócios da empresa em 2012;
- é superior aos custos (retirando as amortizações)

A remunicipalização é possível?

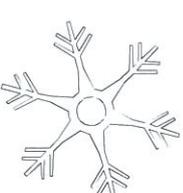
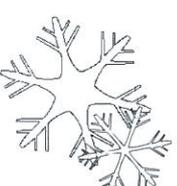
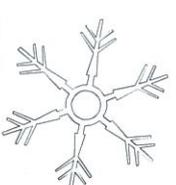


[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

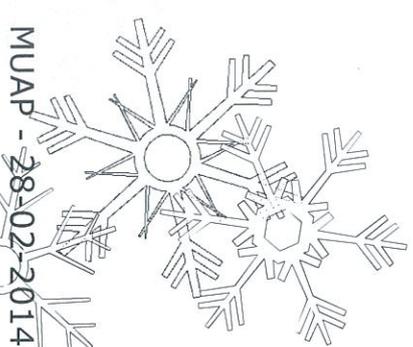
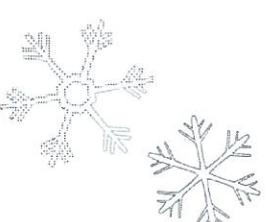
A remunicipalização é possível?

- Existem diversos vídeos sobre os resultados da remunicipalização

<http://www.youtube.com/watch?v=OTu74XhdjMQ>



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'R' and other characters.

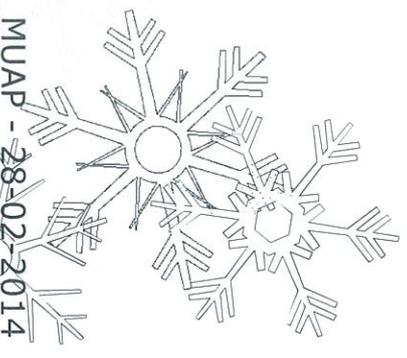
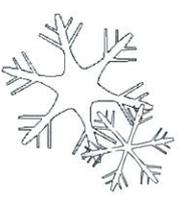
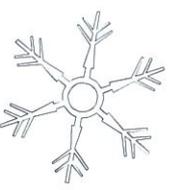




A remunicipalização é possível?

o Barcelos

“Já há arguidos no caso de concessão da água em Barcelos” Agência Lusa, 23-01-2012



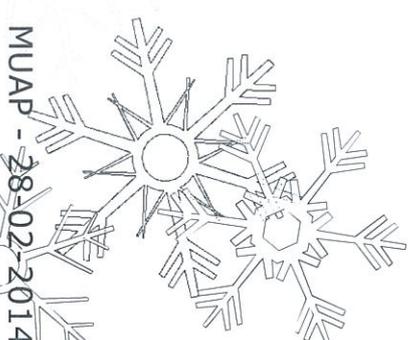
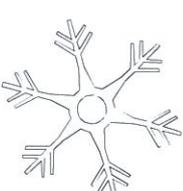
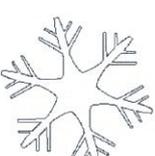
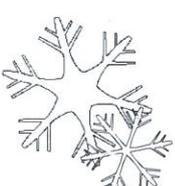
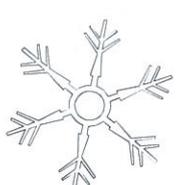


A remunicipalização é possível?

o Vila Real

O executivo municipal de Vila Real, após séria e ponderada reflexão, deliberou por unanimidade não integrar esta parceria nos moldes propostos, porque considera que sendo a água um bem público fundamental, e sendo a sua gestão da responsabilidade dos municípios, não aceita a sua possível privatização.

In www.cm-vilareal.pt/ver-notas-usermenu-144/82-notas/1684-processo-de-verticalizacao-dos-sistemas-de-distribuicao-de-agua-e-saneamento-em-baixa.html





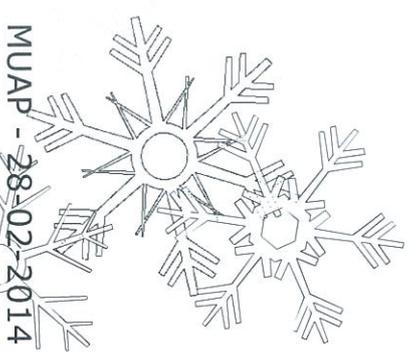
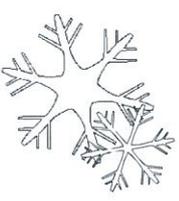
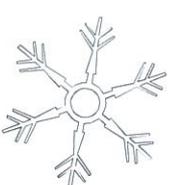
A remunicipalização é possível?

o Covilhã

“Covilhã rompe acordo com empresa de águas”

“...obrigar a câmara a manter o equilíbrio financeiro da AdC e propiciar o lucro financeiro à outra empresa, mesmo que isso seja feito através do aumento do tarifário”.

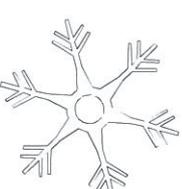
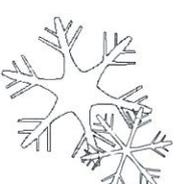
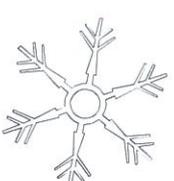
Diário Digital Castelo Branco/Lusa | 2014-02-19 10:30:00)



A remunicipalização é possível?

o Mundo: “Uma UE dividida aprende a soletrar remunicipalização”

Na Europa há várias cidades a resgatar serviços de água que haviam anteriormente concessionado a privados,...o caso mais emblemático foi em Paris. Diário de Notícias
http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3576417



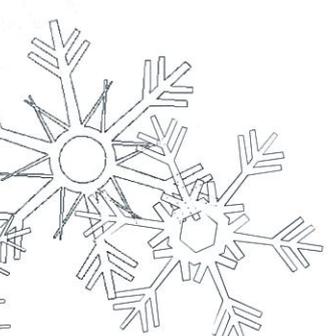
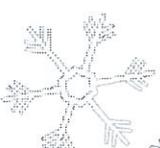
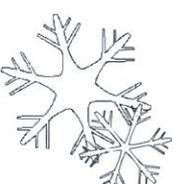
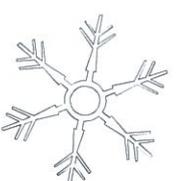



○ Notícia 28-02-2014: Consumidores são os mais lesados nas PPP da água

- <http://rr.sapo.pt/informacao/detalhe.aspx?fid=25&did=140582#.UXBLRS-Crvq.facebook>
- Auditoria do Tribunal de Contas indica que os lucros das empresas privadas são excessivos e fala em contratos leoninos, lesivos do interesse público



Ausência de estudos de viabilidade económica originou pagamentos a mais às concessionárias ou agravamentos do tarifário



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

○ **Notícia 28-02-2014: Consumidores são os mais lesados nas PPP da água**

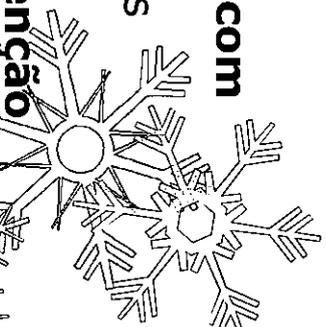
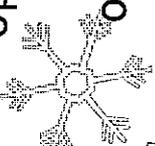
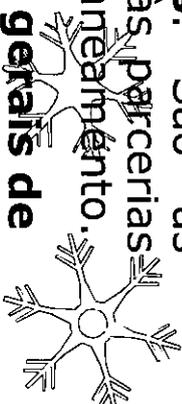
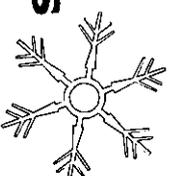
- A concessão do abastecimento de água a privados **está a prejudicar os consumidores enquanto os privados obtêm lucros excessivos para privados**. São as conclusões da auditoria do Tribunal de Contas às parcerias público-privadas (PPP) no sector da água e do saneamento.
- Segundo o relatório, **a lei ignora os princípios gerais de partilha de riscos com os parceiros privados**. Em causa está o facto de as concessões se basearem em previsões de crescimento e consumo erradas.

- **Contratos leoninos, cláusulas lesivas do interesse público e taxas de rentabilidade inaceitáveis** para as empresas são alguns dos pontos negativos apontados pelo Tribunal de Contas.

- Em 19 contratos avaliados, só um teve por base um estudo de viabilidade económico-financeira: o de Santa Maria da Feira, em 1996.

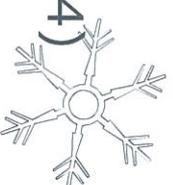
- **Da ausência desses estudos resultam, de acordo com o tribunal, pagamentos adicionais** das Câmaras às concessionárias ou agravamentos do tarifário junto dos consumidores.

- O relatório da auditoria sugere, por isso, **uma intervenção do Governo** com vista a alterar a legislação em vigor.

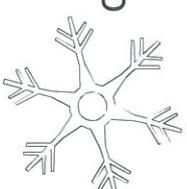


[Handwritten signature]

Destques da comunicação social de hoje (28-02-2014)



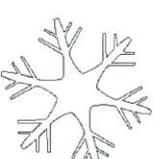
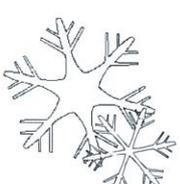
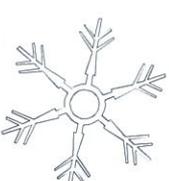
- **Renasçença:** Auditoria do Tribunal de Contas indica que os lucros das empresas privadas são excessivos e fala em contratos leoninos, lesivos do interesse público.
- **TSF:** Falhas sistemáticas nas PPP da água custam 93 milhões ao Estado; O Tribunal de Contas conclui que contratos não protegem o Estado e exige menos rentabilidade para os privados
- **DN:** Tribunal de Contas critica PPPs nas águas; Tribunal de Contas diz que Parcerias Público-Privadas neste sector garantem lucro excessivo a privados
- **Público:** Maioria das concessões de água a privados obriga câmaras a suportar as quebras no consumo; Auditoria do Tribunal de Contas conclui que não há uma partilha do risco entre as câmaras e as concessionárias e que os contratos beneficiam sobretudo os privados.
- **Expresso:** Maioria das concessões de água a privados obriga câmaras a suportar as quebras no consumo; Auditoria do Tribunal de Contas conclui que não há uma partilha do risco entre as câmaras e as concessionárias e que os contratos beneficiam sobretudo os privados.
- **RTP:** Risco das PPP no setor das águas e dos resíduos recai sempre sobre o Estado; Todos os contratos de concessão analisados pelo Tribunal de Contas já foram revistos ou alvo de um processo de reequilíbrio económico-financeiro, e alguns deles até já foram alterados três ou quatro vezes, mas nas revisões de contrato os consumidores nunca ficaram a ganhar.



A remunicipalização é possível?!

TONDELA

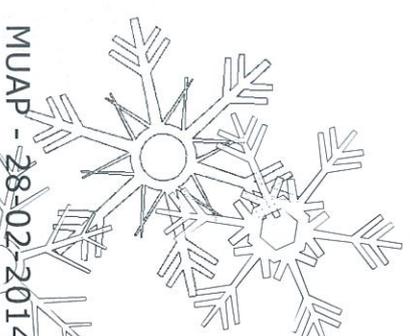
**Com a declaração de nulidade da
adenda o período de concessão inicial
já terminou**






<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>



MUAP - 28-02-2014

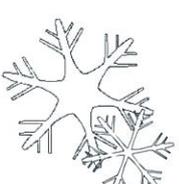
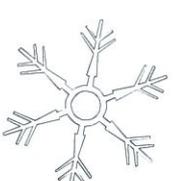
QUESTÕES PARA AS QUAIS PROCURAMOS RESPOSTAS

Tendo sido apontada como razão para a concessão da água a falta de capacidade financeira das autarquias...

Qual o valor real das obras?

Quem fez as auditorias?

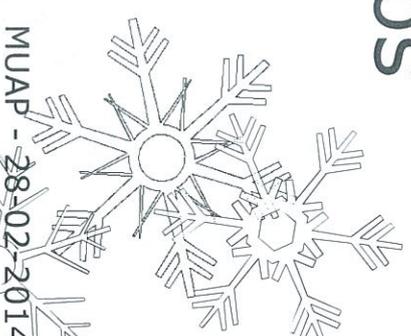
Quais os valores compartilhados pela UE e Estado Português?




*

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>

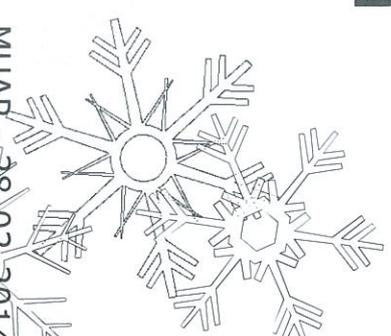
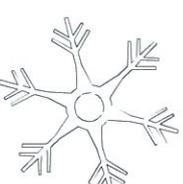
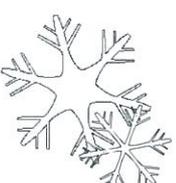
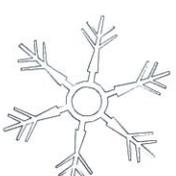


MUAP - 28-02-2014

QUESTÕES PARA AS QUAIS PROCURAMOS RESPOSTAS

Que verbas recebeu a câmara da
AMRPPB?

Como é que a câmara controla as
contas da AMRPPB se no relatório
de contas desta associação não
há uma separação de contas da
concessão da água?



Dr. R

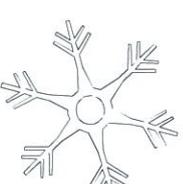
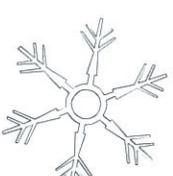
<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>

MUAP - 28-02-2014

QUESTÕES PARA AS QUAIS PROCURAMOS RESPOSTAS

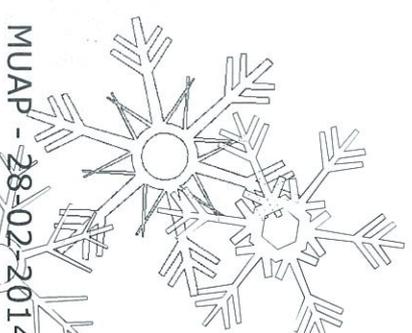
Qual a posição da Assembleia
Municipal de Tondela sobre a
adenda ao contrato de concessão
face aos dados apresentados?



30
R

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

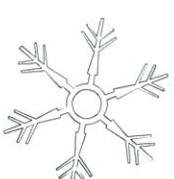
<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>



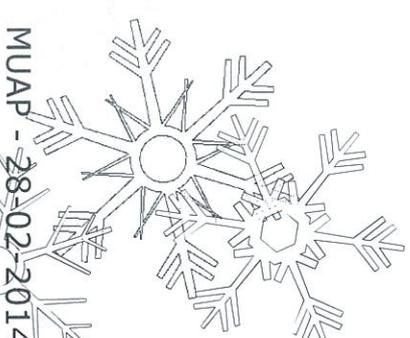
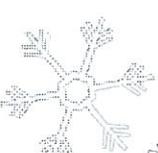
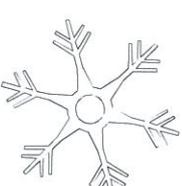
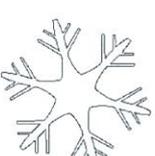
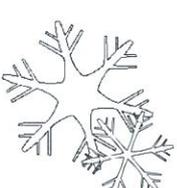
MUAP - 28-02-2014

QUESTÕES PARA AS QUAIS PROCURAMOS RESPOSTAS

Consideram ético serem os
utentes a pagar o "empréstimo"
de 22,25M€?



Handwritten initials in blue ink, possibly 'R' and 'P'.



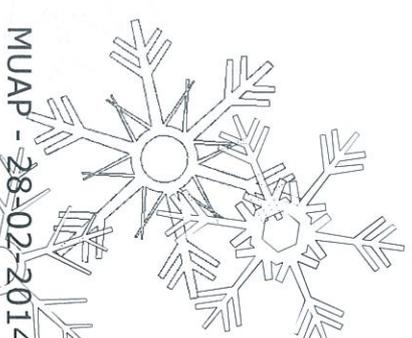
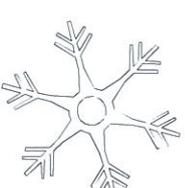
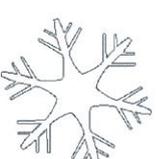
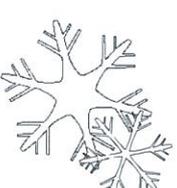
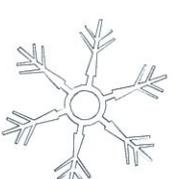
MUAP - 28-02-2014

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>

QUESTÕES PARA AS QUAIS PROCURAMOS RESPOSTAS

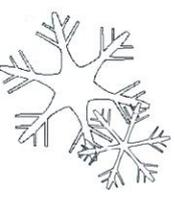
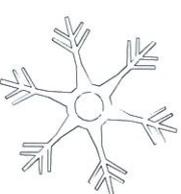
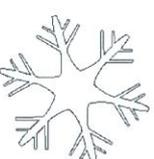
Perante os inquéritos judiciais e administrativas que se venham a desenrolar, a AM irá defender os interesses dos utentes ou da concessionária?



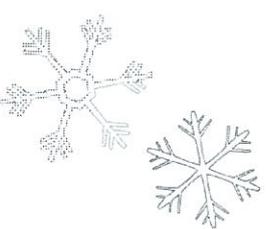
ALGUMAS QUESTÕES PARA AS QUAIS PROCURAMOS RESPOSTAS



1. Tendo sido apontada como razão para a concessão da água a falta de capacidade financeira das autarquias...
Qual o valor real das obras?
Quem fez as auditorias?
Quais os valores compartilhados pela UE e Estado Português?



2. Que verbas recebeu a câmara da AMRPB?
Como é que a câmara controla as contas da AMRPB se no relatório de contas desta associação não há uma separação de contas da concessão da água?



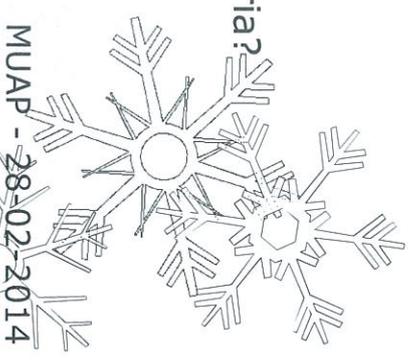
3. Qual a posição da Assembleia Municipal de Tondela sobre a adenda ao contrato de concessão face aos dados apresentados?

4. Consideram ético serem os utentes a pagar o "empréstimo" de 22,25M€?

5. Perante os inquéritos judiciais e administrativas que se venham a desenrolar, a AM irá defender os interesses dos utentes ou da concessionária?

<https://www.facebook.com/utentesplanalto>

<http://muapaguasplanalto.blogspot.pt/>



MUAP - 28-02-2014